

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Beatriz Carrascosa von Glehn Schwenck

**AS TRABALHADORAS DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
NASCENTE: reflexões sobre políticas públicas de economia solidária,
incubação universitária e a autonomia das mulheres**

São Carlos

2018

Beatriz Carrascosa von Glehn Schwenck

**AS TRABALHADORAS DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
NASCENTE: reflexões sobre políticas públicas de economia solidária,
incubação universitária e a autonomia das mulheres**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do título de Mestra em Sociologia
pelo Programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal de São
Carlos

Orientador: Prof. Dr. Fábio José Bechara
Sanchez

São Carlos

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Beatriz Carrascosa Von Glehn Schwenck, realizada em 24/04/2018:

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez
UFSCar

Profa. Dra. Joana da Silva Barros
UNIFESP

Profa. Dra. Isabelle Claudine Buscail Hillenkamp
UFSCar

AGRADECIMENTOS

À Rose, Vera, Ediane e Nice, trabalhadoras do Banco Nascente, por me acolherem tão calorosamente e por todos os sonhos que construímos juntas.

À equipe do NuMI-EcoSol, em especial às companheiras da equipe Tear Solidário. Ao Erick e Luciana por me provocarem a olhar para o que, sozinha, eu não consigo ver.

Ao Fábio por acolher as minhas inquietações e pela disposição em refletir sobre elas junto comigo. À Isabelle Hillenkamp pelo carinho com que me apresenta novos caminhos de reflexão e ação. À Fernanda Mello que me mostra como lutar e como fazer sociologia sem perder a ternura.

Às mulheres que lutam comigo por autonomia, liberdade e democracia.

Às amigas queridas que fiz em São Carlos, àquelas que me acompanham de antes. À Iaci pela companhia e cuidado diários.

À minha família por sustentar comigo minhas escolhas.

Obrigada por todo o carinho.

RESUMO

A presente pesquisa se insere no embate entre dois discursos: um que denuncia as atuais formas de operacionalização da questão social como gestão, e o outro que apresenta a Política a partir de determinadas formas de superação da pobreza, entre elas a economia solidária de maneira geral, e os bancos comunitários de desenvolvimento, de forma mais específica. Assim, busca-se pensar o lugar das mulheres na vida pública a partir da construção de caminhos de enfrentamento da questão social que, para além de transformações no âmbito econômico, contribuam para a construção das mulheres enquanto sujeitos políticos capazes de reivindicar seus dilemas em termos de direitos legítimos. Tem-se como objetivo explorar os impactos de uma política pública de superação da pobreza pautada nos princípios da economia solidária na vida cotidiana de suas “beneficiárias”, no sentido da sua emergência enquanto sujeitos políticos. A partir da metodologia da pesquisa-ação, apresento aqui minha experiência de campo junto às atividades desenvolvidas no empreendimento econômico solidário Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente, localizado em São Carlos-SP, e da convivência que tive, ao longo desse período, com as trabalhadoras desse empreendimento, as agentes de desenvolvimento local.

Palavras chave: Economia Solidária; Bancos Comunitários de Desenvolvimento; Economia Feminista; gestão da pobreza.

ABSTRACT

This research is positioned between two different lines of thought: one that denounces current forms of operationalization of the social matter as forms of control, and the other that presents Politics related to certain forms of surpassing poverty, amongst them Solidarity Economy in general and, more specifically, Community Development Banks. Here are some thoughts about women's place in public life as ways for treating poverty that transform the economy and also contribute to the construction of women as subjects of rights, capable of exposing their dilemmas and vindicating their rights. This work aims to explore the impacts of a public policy for surpassing poverty based in solidarity economic principles in the daily life of its beneficiary parties, for their emergence as political subjects. Therefore, with a foundation in the methodology of the research-action, I present my experience with the activities developed in a Community Development Bank named Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente, located in São Carlos-SP-Brazil, and the experience I shared with the working women of this enterprise, the local development agents.

Key-words: Solidarity Economy; Community Development Banks; Feminist Economics; poverty management.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1: APRESENTANDO A QUESTÃO	22
1.1 Igualdade, conflito e democracia	23
1.2 Política como subjetivação	27
1.3 A economia solidária entre política e gestão	29
1.4 Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente como campo de pesquisa	35
1.4.1 Principais atividades desenvolvidas no empreendimento	38
1.4.2 Processos e instâncias deliberativas	41
1.4.3 As trabalhadoras: agentes de crédito e agentes de desenvolvimento local	43
CAPÍTULO 2: JARDIM GONZAGA, O CAMPO DE CONFLITO	45
2.1 O Jardim Gonzaga e a abordagem territorial do desenvolvimento	51
2.1.1 De favela a bairro de periferia	51
2.1.2 Jardim Gonzaga e os “bairros do entorno”	56
2.2 As múltiplas ações que incidem no território e como o Banco Nascente é construído nessa trama	62
2.2.1 O papel e a presença do NuMI no Banco Nascente	63
2.2.2 A articulação política local e as diferentes formas de intervenção estatal	68
2.2.3 Assistência Social	71
2.2.4 A Igreja Católica	76
2.2.5 TEIA e o Projeto Água Quente	79
2.2.6 A Universidade: compromisso social e a inserção no Jardim Gonzaga	80
2.2.7 O tráfico de drogas	82
CAPÍTULO 3: BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DA POBREZA	85
3.1 Inserção no mercado como tratamento da questão social e as responsabilidades das mulheres	86
3.2 Finanças Solidárias como via alternativa?	89
3.3 Os dilemas cotidianos do Banco Nascente	96
3.3.1 O “dever-ser” de um Banco Comunitário de Desenvolvimento: linhas de microcrédito e articulação comunitária	96
3.3.2 Geração de renda e o trabalho precário	103
3.3.3 As condições de sustentabilidade do empreendimento	107
CAPÍTULO 4: AS EXPERIÊNCIAS DAS TRABALHADORAS DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO NASCENTE: REFLEXÕES SOBRE A AUTONOMIA DAS MULHERES	112
4.1 As trabalhadoras do Banco Nascente	115
4.2 “Uma nova economia acontece” e é construída por mulheres	122
4.3 Bancos Comunitários de Desenvolvimento como espaços de mediação	130
4.4 Autogestão como exercício cotidiano da fala pública	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	149

INTRODUÇÃO

Minha aproximação com o campo da Economia Solidária se deu por meio da participação em um projeto de extensão do Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar) durante os anos de 2013 e 2014. O projeto *“Proposição de diretrizes para políticas públicas em Economia Solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo – São Carlos – SP”*¹, tinha por objetivo estimular a geração de trabalho e renda junto a comunidades historicamente marginalizadas e trabalhadores(as) excluídos(as) do mercado de trabalho, a partir dos princípios da autogestão, cooperação e solidariedade. Durante este período, ainda como estudante de graduação em Ciências Sociais, acompanhei as atividades que envolviam estudos e produção de conhecimento científico sobre a economia solidária, e também a ação na realidade social dos bairros do “Jardim Gonzaga e entorno”, para fomento ao desenvolvimento territorial local através da economia solidária. Essas atividades eram canalizadas no assim chamado “território” via promoção de atividades junto ao Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente.

Como parte das atividades de extensão, passei a frequentar semanalmente as dependências do Banco no território, conhecendo as ruas e rostos do Gonzaga, a primeira favela da cidade de São Carlos. Do contato cada vez mais próximo com as trabalhadoras do Banco, moradoras da comunidade, e com a dinâmica do bairro, percebi a diferença nos discursos que permeavam a construção de projetos e programas da universidade para superação da pobreza neste território, e os que descreviam as experiências cotidianas nele vividas.

Me chamou a atenção a trama de múltiplas ações desenvolvidas para a superação da pobreza que marca a vida de moradores e moradoras do “Jardim Gonzaga e entorno”, formada por programas de assistência social, por organizações não-governamentais, e também pelas iniciativas de economia solidária fomentadas pelo NuMI-EcoSol, que tinham como estratégia a promoção do desenvolvimento

¹ Projeto financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

territorial e a inserção no mercado de trabalho. É a respeito dessa rede, da qual fazem parte Estado e sociedade civil, e da maneira como ela articula diferentes estratégias para a superação da pobreza, que autoras e autores, investigadoras(es) das novas políticas sociais brasileiras, vêm se debruçando. A desregulamentação estatal e a participação de novos atores no campo assistencial aparecem como produzindo resultados ambíguos para o processo de construção de uma cidadania universal e ativa no Brasil, em movimento chamado pela literatura sociológica de “gestão da pobreza”.

Movida pela inquietação de conviver na “Capital Nacional do Conhecimento”, que é São Carlos, com mulheres e homens ainda não alfabetizadas(os) e vivendo sob condições precárias de moradia, infraestrutura urbana e de acesso à serviços públicos de qualidade, busquei explorar a literatura sociológica sobre a questão social no Brasil e o papel do Estado na construção de caminhos de superação da pobreza e de diminuição das desigualdades. Para melhor entender essa trama de ações e interesses se mostrou necessária a reconstrução de processos históricos, sociais, políticos e ambientais que permeiam a ocupação desse território da cidade para explorar os conflitos e disputas que atravessam a vida de seus moradores e moradoras, entre si e em relação ao centro da cidade.

Desenvolvi durante o ano de 2015 um projeto de Iniciação Científica, que partiu do levantamento das políticas de combate à pobreza em curso na época no bairro do Jardim Gonzaga - localizado na periferia sul do município de São Carlos-SP, território alvo das ações de desenvolvimento territorial do NuMI-EcoSol, de programas de transferência de renda via Sistema Único de Assistência Social, além de outras iniciativas de combate à pobreza de entidades não governamentais². A pesquisa em questão identificou uma rede socioassistencial que atingia moradores e moradoras do Jardim Gonzaga a partir de diferentes direções e suas diferentes formas de “gestão da pobreza”, ao mesmo tempo em que podia ver, ao conviver com

² Projeto de Iniciação Científica intitulado “Jardim Gonzaga: pobreza e desigualdade na Capital Nacional da Tecnologia”, orientado pelo Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez durante a graduação em Ciências Sociais cursada na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), como parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

as trabalhadoras do Banco Nascente, as consequências disso para suas vidas cotidianas.

Como continuidade ao meu trabalho junto ao Núcleo de Economia Solidária da UFSCar, em 2016, passo a fazer parte, enquanto assessora técnica de nível superior, do projeto *"Promoção de ações municipais integradas de economia solidária para o desenvolvimento local visando a superação da extrema pobreza no municípios de São Carlos-SP"*, firmado entre Departamento Municipal de Apoio à Economia Solidária e a então Secretaria Nacional de Economia Solidária no âmbito do Programa Brasil sem Miséria do governo federal. A equipe do NuMI-EcoSol da qual fiz parte realizou durante os meses de agosto de 2016 e agosto de 2017 ações de incubação e assessoria a empreendimentos econômicos solidários em três territórios do município de São Carlos identificados como "bolsões de pobreza". Esse projeto, vinculado à Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda, tinha o objetivo de fazer da economia solidária uma estratégia de superação da pobreza, propondo a "inserção produtiva emancipatória" de beneficiárias de programas de transferência de renda inscritas no CadÚnico. Enquanto parte dessa equipe, continuei acompanhando semanalmente as atividades cotidianas do Banco Nascente, além de outras atividades do campo da economia solidária desenvolvidas no território.

Desde que me envolvi com as atividades no Banco Nascente não conheci apenas as carências e necessidades da "favela do Gonzaga", mas conheci também suas riquezas ambientais e culturais, e inúmeras histórias de luta e resistência que me foram contadas pelas trabalhadoras do Banco durante nossos encontros semanais. Essas histórias de vida e de luta me instigaram a olhar para além das diferentes formas de "gestão da pobreza", buscando no meio dessa trama os deslocamentos negociados por essas mulheres em situações de dissenso e conflito, mudando o ponto de vista de análise e procurando o sentido da política para além do Estado e suas instituições.

Por que são mulheres que constroem o dia a dia do Banco Nascente? O que há na economia solidária que faz com que elas resistam e lutem pela sustentabilidade do empreendimento mesmo em condições precárias? Como elas contribuem com a economia solidária nesse esforço cotidiano de construção de

“uma nova economia”? Em que condições e sob quais processos a economia solidária facilita ou dificulta a emergência das mulheres como sujeitos políticos, agentes de suas próprias histórias, munidas de palavra e voz para construir o mundo comum que experienciam?

Buscando referencial analítico acerca da tensão entre *política* e *gestão*, a proposta desta dissertação é explorar a dimensão do gênero que atravessa as políticas sociais de combate à pobreza, partindo da minha experiência vivida ao lado das mulheres trabalhadoras do Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente. Assim, busca-se pensar o lugar das mulheres na vida pública a partir da construção de caminhos de enfrentamento da questão social que, para além de transformações no âmbito econômico, contribuam para a construção das mulheres enquanto sujeitos políticos. Nesse sentido, tem-se como objetivo explorar refletir sobre políticas públicas de superação da pobreza via fomento aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, pautada nos princípios da Economia Solidária, e seus impactos na vida cotidiana de suas “beneficiárias”, no sentido da sua emergência enquanto sujeitos políticos.

O debate a respeito da feminização da pobreza e da responsabilização feminina de seu tratamento são o substrato a partir do qual passo a olhar para minha experiência no Gonzaga e nos esforços das trabalhadoras do Banco em construir a economia solidária como uma estratégia de fomento ao desenvolvimento local e superação da pobreza. Nesse movimento, trago em mente as provocações feministas críticas das teorias hegemônicas da economia - que pautam inclusive o entender do que é “economia” e “trabalho” dentro da economia solidária - e de autoras que buscam em iniciativas solidárias de mulheres caminhos para a construção de sua autonomia.

Essa questão da participação das mulheres no campo econômico, cuja reflexão foi tomando corpo no convívio com as mulheres do empreendimento Banco Nascente, também emergiu da minha participação em movimentos sociais feministas, e do contato com outras mulheres dispostas a repensar conceitos e suposições historicamente enraizadas a respeito da feminilidade e do lugar da mulher na disputa pública e política.

Durante o período em que me dediquei à esta pesquisa de mestrado, busquei por um paradigma científico alternativo, que concebesse a ciência e a investigação feminista como parte de um mesmo movimento histórico. Além de tensionar as próprias construções epistemológicas e metodológicas que inicialmente informaram meu aporte teórico e procedimentos de construção dos dados, foi importante também repensar as dicotomias entre pensamento e ação, entre ciência e política, e nas formas e efeitos que as teorias sociológicas têm sobre a construção das mulheres enquanto partícipes do jogo público.

A busca pela construção de um conhecimento científico feminista vem justamente do movimento de assumir que a produção do conhecimento não é (e nem deve ser entendida como) neutra, racional, objetiva. Esses preceitos positivistas não deram (e não dão) conta de apresentar, analisar, compreender, a realidade social das mulheres. Margareth Rago (2011) nos pergunta (e eu endosso): como pensar as próprias condições das classes proletárias no Brasil onde metade do operariado é constituído por mulheres? Esse dado passa longe de ser insignificante.

Enquanto algumas cientistas têm se dedicado a repensar a disciplina da economia, colocando a lógica da vida em primeiro lugar e inserindo na equação as realidades, agências e necessidades das mulheres (STRASSMANN, 2002; CARRASCO, 2014); aqui somo esforços pensando também em como fazer e refazer (na construção da pesquisa, no aporte teórico-metodológico, na forma de construção do texto, na apresentação dos resultados) uma sociologia que seja também feminista: que, sem abandonar o rigor metodológico, abandone a cisão entre ciência e política e carregue consigo o compromisso ético-político de contribuir para tirar da invisibilidade dilemas, reivindicações, e movimentos das mulheres.

Maria Noemi Castilhos Brito (2001), ao escrever sobre os referenciais analíticos para pensar as imbricações entre gênero e cidadania, apresenta a crítica feminista feita à rigidez das oposições binárias como categorias explicativas usadas pela sociologia, e propõe o reexame de conceitos e critérios pré-estabelecidos sobre relações entre público e privado, entre pessoal e político. Brito (2001) argumenta que a experiência concreta das mulheres em sociedade e sua atuação na comunidade, na vizinhança, na rua, na fábrica (e, por que não, nos empreendimentos econômicos solidários?) envolve intermediações e relações múltiplas de difícil enquadramento

em pólos dicotômicos. A autora propõe, assim, repensarmos os conceitos de política e do mundo público para além de questões institucionais, redefinindo espaços de atuação das mulheres e mostrando as múltiplas intersecções entre o mundo privado e o mundo público.

Questionar conceitos canônicos, a suposta neutralidade da ciência, sua ética racional e também o objetivo da atividade científica, para mim faz parte da busca pela produção crítica de conhecimento que não se finde como um trabalho teórico em si mesmo, mas que possa vir a ser mais um elemento vinculado ao movimento social de luta pela emancipação das mulheres das estruturas androcêntricas de dominação.

Não há neste caso a suposição de que minha presença enquanto investigadora seja substituível como em uma relação de separação neutra e objetiva entre mim e as mulheres envolvidas nesta pesquisa. Como mostra Maria Mies (2002), o emprego acrítico dos termos que envolvem a “racionalidade” e a “lógica” na prática científica, como universais e atemporais para compreender a realidade sem considerar as raízes europeias burguesas desse pensamento, contribui menos à exposição e mais ao controle sexista e androcêntrico. A autora nos faz lembrar como esta mesma separação entre teoria e prática é tão característica do modo de produção capitalista e de suas diferentes formas de exploração, dominação e opressão (MIES, 2002).

Aproveito, assim, de guias metodológicos apresentados por Maria Mies (1979, 1998) e Cristhine Verschuur (2002) para traçar planos de investigação vinculados à ação com grupos de mulheres. Eles envolvem a construção e análise de teorias científicas a partir da experiência e não só de princípios teóricos. Para isso, é necessário estar consciente da minha identificação com o objeto de investigação, da estrutura social a qual ele faz parte (a qual eu faço parte), e também da minha posição enquanto pesquisadora.

As autoras ressaltam a preocupação em olhar para o objeto de pesquisa não como algo estático ou homogêneo, mas sim histórico, dinâmico e contraditório. Faz-se necessária a atenção às condições culturais e históricas de cada situação sem a pretensão de com sua investigação apresentar validades universais. Isso

significa olhar para os processos e não para feitos isolados das condições que os criam.

A postura é a de não aceitar teorias e conceitos científicos de maneira acrítica, e sim de explorar as áreas que neles ainda permanecem invisíveis: a história social das mulheres, a percepção de nós mulheres sobre nossa própria situação - de subordinação e resistência. O compromisso ético-político na condução desta pesquisa busca também construí-la um meio de colocar em exposição as diversas formas de controle sexista e capitalista, e contribuir para os movimentos de emancipação das mulheres - dentro da academia e fora dela.

Em 1979, Maria Mies chama atenção à falta de estudos e análises, em “tempo real”, das lutas dos movimentos de mulheres e a importância de aprender com eles os erros, para que as mulheres se apropriem de suas histórias e suas lutas como parte de uma consciência coletiva. Quase quatro décadas depois, em outro contexto histórico, social, econômico e político, marcado por inúmeras desigualdades (sociais, econômicas, políticas, de gênero, raciais...) e pelo encolhimento das condições emancipatórias, ainda se mostram atuais para esta pesquisa as mesmas preocupações.

Durante o tempo que desenvolvi esta pesquisa, experimentamos no Brasil uma série de conflitos macro políticos que certamente tiveram impactos nas políticas públicas de economia solidária e também na vida cotidiana das mulheres brasileiras. Vimos a única mulher eleita sair do posto de presidenta do Brasil, e também o desmonte de uma série de iniciativas de combate à pobreza que foram objeto de reflexão que aqui trago como “novas políticas sociais”, mas que, com a rapidez dos acontecimentos, não sei por quanto tempo elas poderão carregar consigo esse adjetivo de “novas”.

Vimos cortes de programas sociais como os programas de transferência condicionada de renda. Vimos o congelamento dos investimentos em políticas públicas de saúde e educação pelo governo federal, em movimento contrário ao reivindicado pelo movimento de mulheres de responsabilização pública e coletiva dos trabalhos de cuidados necessários à reprodução da população de um país. Vimos um projeto de reforma trabalhista que cria condições para que mulheres ocupem postos de trabalho insalubres. Vimos ainda o rebaixamento da SENAES à

subsecretaria vinculada ao Ministério Trabalho, e a redução significativa do repasse de verba que fazia possível a existência de uma série de iniciativas do campo da economia solidária - como os Bancos Comunitários de Desenvolvimento ou as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

No contexto municipal, no município de São Carlos, não experienciamos melhores condições de manutenção e garantia de direitos, em especial das mulheres. A partir de 2013 foram sendo extintas as políticas municipais voltadas ao combate à violência de gênero e garantia de direitos das mulheres, sendo importante mencionar o fechamento do Centro de Referência da Mulher - órgão público multidisciplinar especializado no atendimento às mulheres em situação de violência e vulnerabilidade. Durante esse mesmo período foram retraídas as políticas municipais de economia solidária, em especial com a ameaça de fechamento do Centro Público de Economia Solidária “Herbert de Souza – Betinho” e com o contingenciamento quase que permanente do Fundo Municipal de Apoio à Economia Solidária.

Falar de democracia faz-se cada vez mais urgente. Com os 30 anos da Constituição Federal de 1988, ainda refletimos sobre a incompletude dos direitos em nosso país, sobretudo para algumas parcelas da população: negras, mulheres, pobres. Se buscamos olhar para além do cenário temeroso de retração dos nossos direitos, não podemos deixar de denunciar uma série de processos que diminuem a condição de participação das mulheres no debate político. Por outro lado, como veremos nas próximas páginas, as mulheres que constroem o Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente não parecem se conformar a esse lugar, instaurando nas interações cotidianas cenas polêmicas que transformam a economia e as relações locais e comunitárias, transformando também a si próprias a partir do trabalho no empreendimento econômico solidário.

As imbricações decorrentes deste cenário político na vida cotidiana real das mulheres só poderão ser devidamente analisadas se olhadas por fora das instituições como Estado, governo, partidos, e sim nas vidas cotidianas reais. Para tanto, fui buscar aporte metodológico que me auxiliasse na apreensão e compreensão da realidade das mulheres, encontrando na pesquisa-ação um

horizonte político de pesquisa combinada a “ação” que construo, na minha trajetória individual, no movimento social de economia solidária e no movimento feminista.

A pesquisa-ação emerge na América Latina como convergência interdisciplinar desde a década de 1970, inter-relacionando pensamento e ação na proposição de técnicas e procedimentos de pesquisa. Essa perspectiva mostra que a concepção do saber científico como antagônico ao saber popular se diz objetiva, mas não deixa de ser permeada por valores e interesses de um pequeno grupo de indivíduos chamados cientistas. Vemos também como essa visão da ciência têm objetivos congruentes com os do sistema capitalista, inclusive de preservar e fortalecer formas de dominação política e econômica. (BORDA, 2007)

Faz parte do cerne da concepção epistemológica da pesquisa-ação o questionamento da forma “objetiva” de construção do conhecimento e de critérios de validação de dados usados pelas ciências sociais. Criticando a postura positivista da ciência, a proposta aqui é construir uma abordagem de investigação que seja pautada na participação, intervenção ou inserção de pesquisadores e pesquisadoras em processos reais (BORDA, 2007).

Nesse sentido, Maria Waldenez de Oliveira (2009) também localiza as origens da discussão sobre essa forma de se fazer pesquisa combinada à ação no contexto histórico, cultural e político da América Latina, e fala das consequências dessa separação e hierarquização entre saberes (e entre pessoas detentoras desses saberes):

No processo de reconquistar sua humanidade negada e usurpada pelos colonizadores e escravistas, os povos latino-americanos construíram espaços sociais de luta diária pela vida e pela dignidade, onde redescobriam e redescobrem sua condição humana. Essa construção nos ajuda a pensar práticas antagônicas àquelas que insistem em atribuir a algumas pessoas valores “mais” humanos que a outras, por sua vez entendidas como incapazes por natureza, imorais, sem conhecimento, sem escolaridade; enfim, como pessoas sem cultura. (OLIVEIRA, 2009, p. 311).

Nesse sentido, é feita uma crítica à separação sujeito-objeto, clássica das ciências positivistas, propondo a criação de relações de sujeito-sujeito entre pesquisadores(as) e pessoas envolvidas na situação pesquisada, em uma postura que propicie o diálogo e que reconheça a visão e saberes do(a) outro(a) como contribuições tão valiosas, sejam elas oriundas de diferentes bases, como o

conhecimento acadêmico e o conhecimento popular (OLIVEIRA, 2009). Borda (1981), por sua vez, também defende este posicionamento, conforme demonstra o trecho a seguir:

São muito evidentes as potencialidades de se obter um novo conhecimento sólido a partir do estabelecimento, na pesquisa, de uma relação mais proveitosa sujeito-sujeito, isto é, uma completa integração e participação dos que sofrem a experiência da pesquisa. Nada senão novas intuições podem surgir desse curso. Isto é igualmente importante como uma postura prática, na medida que as políticas de participação tornam-se mais sensíveis as necessidades reais das bases sociais e rompem com as relações verticais e paternalistas tradicionais. (BORDA, 1981, p.xx).

Autores e autoras que pensam e operacionalizam a pesquisa-ação partem dessas concepções epistemológicas para construir suas investigações científicas de modo que seja prevista a convivência como postura metodológica, isto é, que a investigação e o processo de construção do conhecimento carreguem consigo o compromisso ético-político de não hierarquizar diferentes formas de saberes e o compromisso de realizar uma transformação conjunta e coletiva das realidades concretas:

Conviver é mergulhar nos processos vivos de educação, saúde, sobrevivência e luta, os quais o(a) pesquisador(a), ou o(a) profissional, se dispõe a compreender. Conviver é conhecer a vida humana sempre em movimento: ora suave, ora abrupto; ora lento, ora vertiginoso; ora leve, ora sufocante; ora harmonioso, ora ensurdecido. Vidas, vivências, amizades, sabores, cheiros, texturas, sons, palavras, cores, lágrimas e sorrisos tecem uma rede que embala o pesquisador(a), o(a) profissional, integrando-o(a) aos movimentos do viver e redirecionando-lhe o olhar para novas perspectivas, visões do mundo. (OLIVEIRA, 2009, p. 318).

Esse movimento de emergência crítica e engajada requer de pesquisadores e pesquisadoras o reconhecimento de seus próprios condicionantes históricos e sociais, em um movimento de auto escuta (OLIVEIRA, 2009). Na prática, para mim isso significou cruzar nesta caminhada de pesquisa comigo mesma, com os aspectos que eu vejo e torno visíveis, significou também reconhecer o que, a partir da pesquisa, pude observar em mim.

Ter como objeto de investigação políticas públicas das quais fiz parte como assessora técnica implica em reconhecer os diversos vieses que fizeram possível a minha imersão no dia a dia do Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente. É reconhecer que minha presença e interlocução estão permeadas pelas diversas

questões que me levam até lá (de técnica, mulher, universitária, militante...) e que me fazem abordar determinadas questões que ao longo deste trabalho procurei desenvolver. A pesquisa-ação está justamente assentada no fato de que a pesquisa científica e a ação prática se interligam na relação que estabeleço, enquanto pesquisadora, com as pessoas envolvidas na investigação.

Superar essa contradição em nossas pesquisas é poder vivenciar um processo em que o participante é aquele que, ao pesquisar-se, pesquisa; e o pesquisador é aquele que, ao pesquisar, pesquisa-se, num reencontro com sua humanidade. Processos educativos (de pesquisa e de intervenção, incluídos) dialógicos que se dão nesta prática não são um simples trocar de ideias, mas um ato de criação. (OLIVEIRA, 2009, p. 316).

Assim, ao longo dos últimos anos em que estive presente no dia-a-dia do Banco Nascente, convivi com as mulheres que nele trabalham, e pude conhecer suas realidades em um movimento contínuo de reflexão e ação que construímos coletivamente com a intenção de transformar a realidade ao nosso redor. O contato com elas aguçou minhas percepções críticas inclusive da minha própria presença ali, me fazendo repensar o saber e a intervenção técnicos-universitários e todas as contradições que eles carregam. Elas me mostraram que a visão crítica da sociedade e dos processos culturais, sociais, políticos e econômicos não são especiais da academia, só que nela encontra-se sistematizada de forma diferente. O convívio com elas me mostrou, também, os limites de diálogo e compreensão que podemos estabelecer em nossas diferenças: na cor de nossas peles, nos diferentes níveis de escolaridade, nas diferentes trajetórias de vida. Como diz Oliveira (2009) no trecho acima citado, grande parte do movimento de pesquisar, por fim, constituiu-se em pesquisar-me; e vejo como ao provocá-las a pesquisarem-se, pesquisaram junto comigo.

As observações que nas páginas que seguem apresento e reflito sobre são fruto da minha presença em atividades desenvolvidas no Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente durante os períodos de janeiro de 2013 a julho de 2014, e de agosto de 2016 a agosto de 2017. Como parte da equipe do Núcleo Multidisciplinar de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos (NuMI-EcoSol/UFSCar), a primeiro momento enquanto bolsista e posteriormente como coordenadora técnica de nível superior, estive presente nas atividades cotidianas desse empreendimento econômico

solidário, a saber: as reuniões operacionais de trabalhadoras, o comitê de análise de crédito, reuniões periódicas do Conselho Gestor do Banco e da diretoria da AMADESOL, nos eventos organizados pelo Banco, nas campanhas de sensibilização da comunidade e de comerciantes locais, nas atividades de diagnóstico e planejamento da atuação do Banco na comunidade, nos momentos de organização e faxina do Salão, e participando também de encontro da Rede Sudeste de Bancos Comunitários de Desenvolvimento.

Quadro 1 - Atividades desenvolvidas como pesquisa de campo

Período	Local	Atividade
janeiro de 2013 a julho de 2014	São Carlos-SP	Acompanhamento semanal das atividades cotidianas no Banco Nascente
22 e 23 de abril de 2013	São Paulo-SP	VIII Encontro dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento da região Sudeste
agosto de 2016 a agosto de 2017	São Carlos-SP	Acompanhamento semanal das atividades cotidianas no Banco Nascente
agosto de 2016 a dezembro de 2017	São Carlos-SP	Acompanhamento das reuniões mensais do Fórum Municipal de Economia Solidária
agosto de 2016 a agosto de 2017	São Carlos-SP	Acompanhamento das reuniões de planejamento e das feiras Compre no Bairro
08 e 09 de agosto de 2017	Diadema-SP	Seminário “Balanço, Perspectivas e Desafios para as Políticas Públicas de Fomento à Economia Solidária do Estado de São Paulo”
20 e 21 de outubro de 2017	São Carlos-SP	Plenária Municipal de Economia Solidária
17 a 19 de novembro de 2017	São Carlos-SP	Plenária Estadual de Economia Solidária “Quem somos, onde estamos e onde queremos chegar”

Fonte: Elaborado pela autora.

Durante os períodos indicados, participei junto às trabalhadoras do Banco Nascente desde ações de construção do Plano de Trabalho do empreendimento até a execução e avaliação de atividades práticas desenvolvidas para e junto com a comunidade. Nesses momentos, travamos inúmeras discussões sobre a natureza, o futuro, os pilares de sustentação de um Banco Comunitário de Desenvolvimento e da Economia Solidária, e também sobre a forma como a nossa participação nesses espaços reverberava em nossas vidas particulares.

A partir da experiência prática, fui levantando questionamentos e buscando elementos na literatura sociológica que pudesse me ajudar a elaborá-los e discuti-los. Começo esta dissertação com a apresentação das noções de Política, conflito e democracia, principalmente assentadas no pensamento de Jacques Rancière, e que constituem-se nas chaves analíticas usadas para refletir sobre a experiência vivida no Banco Nascente. Essas questões serão elencadas no primeiro capítulo, junto com uma introdução de alguns conflitos que orbitam o campo das políticas sociais, incluindo as de fomento à economia solidária; além de uma breve apresentação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente, o contexto localizado desta pesquisa.

No capítulo seguinte, contextualizo a localização territorial do Banco Nascente, apresentando o campo de conflitos onde ele está inserido: o Jardim Gonzaga e bairros do entorno, periferia sul da cidade de São Carlos/SP. A partir da minha vivência e convivência no território por conta da aproximação com o Banco Nascente, descrevo uma série de situações de conflito entre interesses antagônicos que se encontram nesse espaço: a mídia, a polícia, o tráfico de drogas, a universidade, a Igreja Católica, assistência social, entidades não governamentais, entre outros. Explorar a territorialidade das relações que perpassam o dia a dia do empreendimento e da vida das mulheres que nele trabalham (são elas também moradoras dessas comunidades) tem a intenção de apresentar uma visão holísticas dos conflitos e interesses que tramam a vida cotidiana dessas mulheres.

No terceiro capítulo apresento algumas reflexões sobre o empreendimento Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente relacionadas à metodologia de Bancos Comunitários irradiada por políticas públicas do Governo Federal, executadas aqui por uma incubadora universitária; sobre o trabalho remunerado das

agentes de desenvolvimento local; e sobre as possibilidades de existência do empreendimento frente às situações de retração de programas e projetos que garantiam a remuneração das trabalhadoras. Partindo da experiência no Banco Nascente, busca-se localizar essas questões no debate maior acerca de políticas de fomento à Economia Solidária e às Finanças Solidárias, e de maneira geral as novas políticas sociais brasileiras, no seio do debate que contrapõe a universalização dos direitos à inserção no mercado.

O quarto capítulo é dedicado ao aprofundamento de alguns temas levantados no capítulo anterior, procurando localiza-los na vida das mulheres que trabalham no Banco Nascente, “beneficiárias” das políticas sociais anteriormente apresentadas. Procuo pensar sobre quais os momentos em que a participação no Banco Nascente solidário contribui para a emergência delas como sujeitos políticos. Nesse sentido, pode-se perceber como a participação das mulheres no empreendimento traz à esfera pública uma série de elementos e preocupações historicamente circunscritos à esfera privada dos trabalho reprodutivo exercido por essas mulheres. Repensar as possibilidades de reorganização da divisão sexual do trabalho e dimensão do gênero na economia solidária e aqui é um caminho para pensar na construção da autonomia das mulheres. Somam-se ao texto, além desta introdução, considerações finais e as referências bibliográficas.

Algumas ressalvas fazem-se necessárias. A própria convivência com as mulheres do Banco Nascente e com demais colegas que compuseram os espaços pelos quais circulei ao longo desta pesquisa me fazem refletir sobre quem são essas “mulheres” que aqui busco mobilizar como sujeito político. De certo é imprescindível reconhecer que há diversas questões que compõe a experiência e trajetória de uma mulher e que impedem que esse sujeito se construa como hegemônico, como as dimensões de classe, raça e etnia. É por esse motivo que em algumas passagens deste texto refiro-me às mulheres como um grupo ao qual faço parte, e em outras isento-me, reconhecendo as limitações e efeitos de um discurso centralizador e unificador do que significa “ser mulher”.

Nesse mesmo sentido, faz-se tão necessário quanto ressaltar que as discussões aqui apresentadas sobre a divisão seuxal do trabalho e a autonomia das

“mulheres” refere-se às mulheres cisgênero³. Certamente as trajetórias de trabalhos e participações políticas e públicas de mulheres transgênero são perpassadas por outras dimensões além daquelas citadas, que distancia suas experiências daquelas que trarei ao longo desta dissertação⁴.

³ Diz-se mulher cisgênero aquela cuja identidade de gênero está alinhada ao gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, pelos caracteres sexuais femininos. Esse termo “cisgênero” foi cunhado a partir do entendimento de que tais caracteres sexuais (cromossomos, gônadas, sistema genital) não determinam a identidade de gênero. Às mulheres cuja identidade de gênero não está alinhada ao gênero que lhe foi atribuído ao nascimento, chama-se transgênero.

⁴ As contribuições sobre a inserção das mulheres transgênero no mercado de trabalho e na esfera doméstica familiar me foram trazidas por Erick Gregner, companheiro do NuMI-EcoSol.

CAPÍTULO 1: APRESENTANDO A QUESTÃO

Quando o assunto é cidadania no Brasil, autores e autoras a descrevem como incompleta, restrita, regulada (CARVALHO, 2015; GOMES, 2002). Essas análises normalmente apresentam um balanço da história do Estado Brasileiro marcado por ciclos de governo onde nunca se fazia completa a cidadania a contemplar concomitantemente direitos civis, políticos e sociais - os três direitos fundamentais pressupostos a ela⁵. Os direitos políticos iam e vinham com os governos ditatoriais (Estado Novo, Ditadura Militar). Os direitos sociais, mais tardiamente garantidos à população brasileira, começaram como direitos do trabalho - só tinham acesso a esses direitos as pessoas que participavam do mercado de trabalho, apenas uma parte da população. Por outro lado, os direitos civis sempre foram um aspecto problemático da sociedade brasileira. Parte da população nunca teve a integridade desses direitos conquistados, seja em relação a questão racial e étnica com o passado escravagista não superado, seja também na ótica da questão de gênero.

Sobre a conquista e manutenção de direitos no Brasil, tem-se uma vasta bibliografia sociológica a que se pode recorrer. Pensando em políticas públicas ou na organização do Estado Brasileiro, estaremos dialogando mais especificamente com aquelas e aqueles que se dedicam a refletir sobre a garantia dos direitos de toda a população brasileira, pensada a partir da ótica politizante de pertencimento a essa comunidade política (ARENDR, 2002) e suas contradições e desentendimentos com as relações de mercado. Essa discussão será melhor desenvolvida adiante.

Por hora, tomemos como marco a Constituição Brasileira de 1988, o marco jurídico que assegura os direitos sociais à toda a população, garante e consolida formalmente e universalmente os direitos civis e políticos. Assistência social, seguridade, saúde e educação públicos passam a ser garantidos juridicamente a toda a população brasileira, inaugurando um novo período democrático da nossa

⁵ T. H. Marshall em "Cidadania, status e classe social" (1967) apresenta o conceito de cidadania a partir de três elementos: civil, político e social. Ao analisar historicamente o desenvolvimento desses três elementos, detecta que eles se formam e consolidam em dinâmicas e ritmos diferenciados, em épocas e contextos distintos, mostrando assim como a ideia de cidadania se constrói também a partir de suas contradições.

história, conquistado com a luta de movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980, que supostamente perdura até os dias de hoje.

Também é na Constituição Federal de 1988 que aparece pela primeira vez numa legislação brasileira a igualdade de direitos entre homens e mulheres, e foi conquistada também com muita luta que remonta às reivindicações femininas por sufrágio e representatividade política, pelos direitos trabalhistas das mulheres na cidade e também no campo, por direitos de acesso à educação e pela denúncia das diversas formas de violência de gênero pelas quais passam as mulheres desde a infância, em casa, na rua, no casamento e espaços de trabalho, sendo importante também ressaltar as reivindicações específicas das mulheres negras, das mulheres indígenas. “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”, diz a Constituição.

“Precisamente uma simples frase jamais é uma simples frase. Ela tem a força que os sujeitos lhe dão, a força do que eles podem construir com ela”, nos diria Jacques Rancière (1996b, p.376). O artigo primeiro no segundo capítulo da nossa Constituição é a inscrição jurídica da igualdade de homens e mulheres na construção da comunidade política brasileira.

É com duas reflexões que eu gostaria de começar esta dissertação: a primeira é a reflexão sobre o que é essa igualdade que se desdobra em democracia. A segunda, sobre quem são e como se constituem os sujeitos políticos que a reivindicam.

1.1 Igualdade, conflito e democracia

Em outubro de 2017, em São Carlos aconteceu uma Plenária Municipal de Economia Solidária. Estiveram presentes representantes de todos os empreendimentos autogestionários organizados no município, do poder público e da Universidade Federal de São Carlos, discutindo sobre o cenário político e social brasileiro e a resposta da Economia Solidária. A essa plenária se seguiria uma de caráter estadual, na qual seriam compartilhadas todas as discussões realizadas nos municípios. Para tanto, além das discussões, era necessário que na Plenária

Municipal fossem eleitos delegados e delegadas para representar São Carlos em instâncias de discussão e deliberação estaduais. Todas as pessoas interessadas em ser delegado(a) se inscreveram e foram submetidas à votação. Eu esperava o resultado da votação sentada no auditório, cercada por pessoas integrantes dos empreendimentos econômicos solidários (EES). Todas as pessoas eleitas já haviam sido indicadas, e agora era apresentada a lista de suplentes que representariam os EES. O homem que estava sentado na minha frente foi eleito suplente. Ele comemorou, parecendo satisfeito por estar no topo da lista. As três indicações seguintes para suplente eram mulheres, sendo uma delas trabalhadora do Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente. Vejo o homem recém-assumido suplente olhar para um amigo que está sentado do outro lado do auditório e gritar: “Não tem problema não cara, essas a gente trata assim: dizendo junto! Junto!”. Ele apontava para os próprios pés como se dissesse para um cachorrinho andar junto.... Os dois gargalharam.

Ouvir aquele homem se referindo às mulheres como cachorro me fez pensar na grave situação de desigualdade que sua fala denuncia: compará-las à animais é privá-las de sua humanidade. Ele não se referia àquelas três mulheres em específico, mas um protocolo de como lidar com todas as mulheres de maneira geral. Com as mulheres nós gritamos, nós não travamos discussões, era como se dissesse para outro homem. Como se nós mulheres não manifestássemos mais que gemidos, latidos; como se não fôssemos seres falantes que constroem *com eles* e *como eles* um mundo comum, uma comunidade política. Partiremos dessa cena presenciada em São Carlos para pensar nos fundamentos e concretudes da democracia no Brasil.

Seres falantes manifestam palavras, animais emitem ruídos. A igualdade de seres falantes, é essa igualdade axiomática a que se refere Jacques Rancière (1996a; 1966b; 2014) ao refletir sobre os fundamentos da democracia. Tal inscrição da igualdade na comunidade política - a igualdade de seres falantes, de qualquer um com qualquer um - é o fundamento a partir do qual podemos falar em democracia.

Um axioma é um pressuposto inicial necessário para a construção de uma teoria. Dizer que para determinada visão do que é a Política toma-se a igualdade como axiomática, é dizer que ela é o substrato no qual se construirá essa teoria.

Tomar a igualdade como um axioma não significa que ela seja um dado concreto, observada em evidência, nem que ela seja o ponto de chegada esperado, o objetivo. Estamos nos referindo a igualdade na condição de fala de fazer parte dessa comunidade política constituída por seres falantes. O fato dessa igualdade não se verificar concretamente, de ser uma igualdade vazia, contingente, é justamente como se constrói o que é específico da política, a partir da denúncia litigiosa de sua ausência.

Nos atentaremos brevemente a essa concepção do que é a política, pois ela será o pano de fundo fundamental de toda a análise que se desdobrará ao longo desta dissertação. Não localizaremos a política em instituições específicas, em formas de governo ou no Estado. Inscreveremos à política as situações em que se cause uma ruptura na ordem. Acharemos a política em toda a situação em que aquela igualdade primeira não se verifica concretamente e assim é denunciada como situação de desigualdade. (RANCIÈRE, 1996b)

Veremos como a política manifesta-se no dissenso, no desentendimento da igualdade de seres falantes confrontada com a denúncia da desigualdade concreta de organização da ordem do sensível, em que alguns (ou algumas) são ouvidos como seres falantes e outros(outras) não. A política é, então, o conflito, ou a passagem entre duas lógicas: uma que determina a distribuição sensível dos corpos em comunidade e outra que questiona a contagem dessa distribuição.

À essa primeira lógica Rancière (RANCIÈRE, 1996a) chama *polícia*. A polícia é o conjunto de processos pelos quais se opera a ordem do visível e do dizível que determina a divisão das partes e dos papéis de uma coletividade, é gestão, é a organização dos corpos que define as divisões entre os modos de fazer, do ser e do dizer; a lei que define a parcela ou a ausência de parcela das partes na divisão de um todo.

A segunda lógica é o movimento de questionamento da ordem policial, é o que entendemos por Política, é o conflito instaurado a respeito da própria lógica de divisão do mundo sensível. Entenderemos a política, assim, como o

(...) conjunto das atividades que vem perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer ser falante. (RANCIÈRE, 1996b, p. 372).

Voltemos a falar de democracia, como a ruptura primeira que instaura a possibilidade da política ao inscrever como axiomática a igualdade de seres falantes. Esse movimento de inserir na esfera pública quem antes não tinha determinados títulos que legitimassem o exercício do poder comum é um movimento constante de alargamento da esfera pública. A ruptura da ordem policial faz se reconhecer como parte da comunidade política quem antes era relegado (ou relegada) ao domínio privado, particular. A política como uma forma de subjetivação (como veremos adiante) é a luta para afirmar públicas relações, instituições, e espaços considerados privados.

O movimento democrático é assim um duplo movimento de transgressão dos limites, um movimento para estender a igualdade do homem público a outros domínios da vida comum e, em particular, a todos que são governados pela limitação capitalista da riqueza, um movimento também para reafirmar o pertencimento dessa esfera pública incessantemente privatizada a todos e qualquer um (RANCIÈRE, 2014, p. 75).

São essas concepções de democracia e de política, como a ruptura causada pela atualização daquela igualdade axiomática, que nos permitem localizar o presente debate nos desdobramentos da nossa Constituição Federal de 1988 - menos pela forma jurídico legal de organização das leis, dos mandatos de poder, das eleições ou sistemas partidários a partir das quais se organiza o Estado Brasileiro. Interessa, para efeito da análise aqui proposta, a denúncia da desigualdade concreta, haja vista que:

A desigualdade só é, em última instância, possível pela igualdade. Existe política quando pela lógica supostamente natural da dominação perpassa o efeito dessa igualdade. Isso quer dizer que não existe sempre política. Ela acontece, aliás, muito pouco e raramente (RANCIÈRE, 2014, p. 31).

A ideia radical de que as mulheres também são gente tem como substrato essa igualdade de todos com todos falantes (ou todos com todas). O homem que quer tratar as mulheres como cachorro tenta contar as mulheres como seres não falantes no contexto da igualdade daquela eleição de representantes. A participação das mulheres na arena pública já estava dada e foi motivo de polêmica. Reivindicar essa igualdade instaurando o dano é construir-se (ou constituir-nos) como sujeito político.

1.2 Política como subjetivação

A política não tem nada que lhe é próprio, é antes um momento de ruptura. Elas não têm lugar próprio nas instituições, nos governos, nos Estados; e sim no momento de erupção do questionamento da ordem estabelecida. Ela causa uma perturbação no mundo sensível, ao apresentar uma modificação singular na ordem do que é visível, dizível, contável: a política é um momento, ela existe em ato (RANCIÈRE, 1996b).

O sujeito político, assim, é entendido como uma entidade que não pode ser acomodada nos termos da ordem social estabelecida, mas reivindica sê-lo, perturbando a ordem. O que constitui o sujeito político é o litígio ou as potências de enunciação e manifestação do dano que inscrevem como algo a mais em relação à composição do corpo social.

Os sujeitos políticos não existem como entidades estáveis, existem como sujeitos em ato, como capacidades pontuais e locais de construir aqueles mundos polêmicos que desfazem a ordem policial. São, portanto, sempre precários, suscetíveis de se confundir de novo com simples parcelas do corpo social que pedem apenas a otimização de suas partes. (RANCIÈRE, 1996b, p.378).

Pensem em uma situação concreta de subjetivação política que possa nos ajudar a demonstrar os fundamentos dessa teoria. No ano de 1791, durante a Revolução Francesa, Marie de Gouze (ou Olympe de Gouges, como assinava), apresenta à Assembleia Nacional da França um documento intitulado Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã - em contraposição à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Entre outros artigos, o documento dizia: “*A mulher tem o direito de subir ao cadafalso [forca], deve ter também o de subir à tribuna [lugar de onde falavam os oradores nas assembleias e cortes]*”. Ela coloca em evidência a torção entre a relação de vida e cidadania, que fundamenta sua reivindicação de pertencimento das mulheres à esfera da opinião pública, da qual historicamente foram excluídas em nome da divisão entre a esfera pública e a esfera privada. Excluídas de alguns benefícios -como falar no púlpito; de outros não -como o de ir à

força. Se elas têm o direito de ser condenadas à força, é por que a vida delas é política. A igualdade da sentença de morte anula a distinção entre vida doméstica e familiar ao equiparar todos e todas subordinadas às mesmas sentenças. A reivindicação, portanto, é a de expressar a igualdade na lógica da desigualdade.⁶

Marie de Gouze mostra como em outro contexto distante do nosso, a situação de igualdade entre homens e mulheres só existia em pressuposto, mas não de maneira concreta, uma vez que o que ela denunciava era justamente a ausência de igualdade da fala pública. A subjetivação política, neste caso, é exatamente esse movimento de reivindicar-se igual, em situação onde não se é (mas deveria sê-lo).

No nosso contexto, mais de dois séculos depois e onde a democracia está supostamente estabelecida e consolidada há quase 30 anos, podemos recorrer à muitas outras situações para ilustrar essas questões, mas nos ateremos à eleição de representantes na Plenária de Economia Solidária de São Carlos. O que acontece quando uma mulher é eleita representante de um grupo de empreendimentos autogestionários no seio de um movimento social? Ela é questionada quanto a falta de títulos que a tornam legítima para efetivar essa representação, justamente pelo fato de ser mulher. A cena do homem que não se conforma com a participação das mulheres na eleição é a descrição da ordem policial resistindo à ordem política, é o consenso resistindo ao dissenso. O conflito já havia sido criado com a polêmica participação deles na arena pública.

É a respeito desse processo que se constrói a presente dissertação. Procuraremos a política nas situações e experiências cotidianas das mulheres, nas rupturas, no movimento de reivindicarem-se sujeitos políticos, as tentativas de transformação da ordem policial. E para tanto, não temos onde procurar a não ser no contexto em que elas estão inseridas. Assim, buscaremos também desvendar a lógica policial que coloca as mulheres “em seu lugar” na ordem dos corpos, cotidiana e rotineiramente. Não apostaremos na existência apenas de uma lógica ou de outra, gestão ou política. Pelo contrário- buscaremos aquelas situações e processos onde as duas lógicas se encontram, em desentendimento.

⁶ Mais sobre a subjetivação política a partir da história de Marie de Gouze em “O desentendimento”, de Jacques Rancière (1966a).

Ao refletir sobre a economia solidária, sobre políticas públicas, ou sobre processos de incubação universitária, procuramos pensar quais são as condições na participação das mulheres na economia solidária que contribuem para a sua reivindicação enquanto sujeito político, e quais são os processos que instauram uma ordem de organização do mundo em que elas não têm voz. Tendo como substrato a igualdade constitutiva da nossa democracia, procuraremos pensar em quais condições as mulheres encontram e constroem para reivindicar sua parte na construção do mundo comum.

1.3 A economia solidária entre política e gestão

Partindo dessa concepção da política como a inscrição do conflito fundamentado na igualdade, entendemos a gestão dos corpos - do que possível e plausível de ser ver, dizer, fazer, contar - como a lógica policial, e a ruptura dessa lógica como a erupção da política. A partir das políticas sociais - como as de economia solidária-, poderemos refletir sobre situações concretas de organização do mundo, dos corpos, procurando olhar sempre para o conflito entre formas de gestão e a emergência da política. Nos interessa investigar a especificidade da construção de processos democráticos e da emergência de sujeitos políticos em contexto histórico localizado: brasileiro, paulista, são-carlense, no território do Jardim Gonzaga, no empreendimento solidário Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente, na vida das mulheres que nele trabalham.

O debate sociológico corrente sobre as políticas sociais brasileiras denuncia uma série de processos, procedimentos e formas de tratamento da pobreza e da questão social no Brasil marcadas pela *gestão* de seus(suas) beneficiários(as). Isso quer dizer que, diferente da lógica do alargamento da esfera pública no sentido da universalização e garantia dos direitos à toda população brasileira, pertencentes de uma comunidade política comum, essas formas de gestão pautam-se pela inserção no mercado, de forma que não politize seus(suas) beneficiários(as) e sim insira(os) no fluxo dos processos econômicos, deixando uma série de questões circunscritas à esfera privada, particular.

As reformas do Estado pelas quais passou o Brasil nos anos 1990 reorientam a política social centrada no combate à pobreza a partir da reestruturação produtiva neoliberal, orientando a questão do social de acordo com os limites dos ajustes econômicos. O resultado disso é um modelo de políticas sociais focalizado, de caráter mitigador e compensatório, marcado pela flexibilidade e contingenciamento dos serviços de assistência, no qual a questão social não é mais vista como proteção (como previa a Constituição Federal de 1988) e entra no campo da eficiência do gasto público (IVO, 2008).

Essa “gestão da pobreza” (PAOLI, 2002; RIZEK 2011; YAZBEK, 1995), é retratada a partir do movimento de transferência das responsabilidades públicas de prestação de serviços sociais para a, assim chamada, comunidade (movimentos sociais, ONGs, organizações filantrópicas, tradicionais ou empresariais, universidades), resultando na criação de um conjunto de políticas, instituições e interesses centrados na questão social articulados de forma fragmentada que permite com que a pobreza seja tratada de forma “adaptável, vista como objeto de acomodação e pacificação” (RIZEK, 2011). Esse debate pauta-se justamente na ideia de que essa gestão da pobreza tem o caráter de sua despolitização (LAUTIER, 2010), circunscrevendo a pobreza à responsabilização e subjetivação individuais, a partir de processos de normatização regidos pela lógica econômica de mercado (GEORGES; RIZEK; CEBALLOS, 2014).

Ainda sobre formas de tratamento e gestão das pessoas em situação de pobreza, também há formas de controle que incidem especificamente sobre as mulheres, costurando também por meio das relações de gênero uma lógica do que é visível, dizível, contável - e de quem está apto a fazê-lo. A família entra como ator central dessa forma de conceber e fazer a gestão das desigualdades: é *na* e *através da* família que se podem encontrar os recursos e dificuldades para que os sujeitos desenvolvam as capacidades que os permitirão resistir às situações de risco e vulnerabilidade (GEORGES; SANTOS, 2016). As novas políticas sociais baseadas no acompanhamento familiar vêm, da parte do Estado, na forma de Programas de Transferência Condicionada de Renda, com o exemplo do Programa Bolsa Família, no Brasil, referência internacional no combate à pobreza.

O que o debate sociológico tem mostrado, no entanto, é que o interesse do Estado pela família tem menos a ver com o resguardo da família como instituição de vínculo, proteção e solidariedades domésticas, e mais em como aproveitar as famílias enquanto “porta de entrada” à vida cotidiana dos sujeitos atendidos (ROJAS LASCH, 2014). A crítica que se têm feito à essa abordagem familiar para o tratamento da questão social problematiza exatamente a naturalização de desigualdades circunscritas também dentro das dinâmicas familiares, à medida que não questiona como a institucionalidade estatal de assistência e proteção estruturam a questão de gênero e os modos de se ter e fazer família. Ao associar a mulher ao papel tradicional normativo de (boa) mãe, essas políticas sociais naturalizam e reproduzem as divisões a partir das quais a desigualdade de gênero é produzida, reforçando a divisão tradicional do trabalho e relativizando o papel do homem no cuidado doméstico (MOLYNEUX, 2006; ROJAS LASCH, 2014; SANTOS, 2014).

No meio desse debate, nos perguntamos: Em que momentos a economia solidária é mais um dispositivo de gestão e aprisionamento, e em que momentos ela pode vir a ser uma ruptura em erupção? O que faz dela uma ou outra coisa? De que maneira a economia solidária enquanto uma política pública de superação da pobreza pode contribuir para a construção de processos de fato democráticos, que se diferenciam das demais formas de tratamento da questão social orquestradas na gestão de seus beneficiários e beneficiárias? As respostas para essas perguntas se organizam longe de um consenso.

Se, por um lado, temos a avaliação da operacionalização da questão social como práticas de gestão, desde um debate mais geral acerca da questão social no Brasil e as diferentes formas de se lidar com a pobreza, até estudos que olham para as diferentes formas de inserção no mercado de trabalho; por outro lado temos a busca por formas de políticas sociais que se propõem a reorganizar essas mesmas questões de outras formas. Nesse sentido, tem-se a aposta em políticas públicas de economia solidária como uma via de combate à pobreza que, a partir de uma nova configuração das relações de trabalho, podem contribuir para a construção de sujeitos políticos ao reconfigurar também dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas.

Jacob Lima (2006), olha para as consequências dos arranjos econômicos neoliberais no chamado “mundo do trabalho”, ressaltando a flexibilização dos processos produtivos e do mercado como movimento marcado pela desregulamentação das relações salariais e pela precarização do trabalho. Partindo das novas formas da informalidade e dos arranjos construídos em torno delas, ele apresenta a Economia Solidária e os empreendimentos formados a partir do trabalho associativo ou cooperativo, autogestionário, como estando no limiar entre a autonomia e a precarização. A medida em que se debruça sobre as iniciativas econômicas solidárias formadas por mulheres, ele apresenta a contradição entre a produção dessas mulheres enquanto indivíduos autônomos, conscientes e democráticos; e a sua utilização enquanto mão de obra barata, funcional ao desenvolvimento do sistema capitalista de produção. Lima mostra assim como as potencialidades de emancipação que essas formas de organização do trabalho esbarram em obstáculos e restrições devido à sua posição de informalidade e terceirização dentro da organização flexível do mundo do trabalho no Brasil.

Partindo do mesmo contexto de desenvolvimento capitalista e dos processos de reestruturação produtiva (envolvendo o enxugamento das empresas, terceirizações, investimentos transnacionais e corte de custos), produtores e reprodutores de desigualdades econômicas, sociais e geográficas; Paul Singer (2002), por outro lado, vê no surgimento da economia solidária e no trabalho coletivo e associado uma forma de promoção do respeito à igualdade, do direito à liberdade individual e da participação democrática.

Junto com Singer, parte da produção teórica a respeito da economia solidária e dos empreendimentos econômicos solidários organizados a partir do trabalho coletivo ou associado de mulheres enxerga esses processos menos como formas de gestão, e mais como rupturas da ordem policial. Nesse sentido, tem-se a busca por organizações de formas de geração de trabalho e renda que deem origem à novas formas de interação social, marcadas pelas transformações das relações sexuais do trabalho, ao proporcionar outras formas de articulação da produção e reprodução, em movimento de introduzir da esfera pública questões relativas ao bem-estar da população que foi historicamente circunscrito à esfera privada e feminina. (OLIVEIRA, 2008; NOBRE; FREITAS, 2012).

Também aparece no que diz respeito à transformação do lugar das mulheres por meio da economia solidária as possibilidades da criação de espaços de discussão e diálogo onde podem ser (re)construídas as identidades dessas mulheres e onde elas podem encontrar novas perspectivas de elaboração de projetos pessoais (GUERIN, 2005), ou onde podem articular de forma dinâmica as questões de gênero, origem e diferença social que perpassam as trajetórias pessoais de cada uma (HERSENT, 2010).

Algumas produções teóricas sobre a economia solidária debatem que essas novas formas de se pensar o trabalho e suas relações tem o potencial de tornarem-se emancipatórias quando abarcam as agendas feminista e antirracista de compreensão e luta contra as diferentes formas de desigualdades e opressões que perpassam a vida de grupos historicamente marginalizados da economia (HILLEMKAMP, 2012; NOBRE, 2003a, 2003b; STRASSMANN, 2002).

Das produções teóricas sobre o diálogo possível entre a economia solidária e o debate feminista, está a transformação das relações de poder através do reconhecimento da importância dos recursos não apenas monetários e mercantis, mas também das relações de confiança e reciprocidade não só no ambiente familiar e doméstico como na economia (NOBRE, 2003a, 2003b).

O foco da economia solidária nas necessidades humanas aparece como via para a garantia de autonomia e constituição de sujeitos de direito, a medida que não opera apenas a partir da dimensão social (da propriedade dos meios de produção ao trabalho coletivo e associado), mas também de reconfiguração do sentido e conteúdo das atividades produtivas e reprodutivas e dos papéis masculino e feminino nas esferas social, econômica, cultural e política (HILLENKAMP, 2012).

No geral, essa parte da produção teórica vê na economia solidária a potencialidade de ressignificação das esferas público e privada, a medida em que colocam em questão a ordem estabelecida ao rearticular as dimensões política, social e econômica. Além da valorização dos recursos não-monetários envolvidos nesses processos e a revisão da divisão sexual do trabalho (reavaliando também as relações intrafamiliares), os espaços de discussão, reflexão e deliberação coletivas aparecem como um modo de acesso à fala pública, ou à reivindicação de direitos.

Assim, tem-se a aposta em políticas públicas pautadas por essa forma alternativa de organização dos processos de produção, distribuição, comercialização, consumo e crédito, com o argumento de que além de garantirem as condições mínimas materiais de subsistência, apresentam a potencialidade da constituição das mulheres envolvidas em sujeitos políticos, partindo do reconhecimento social e cultural para a construção dessas mulheres enquanto cidadãs.

No embate entre a política e a gestão, o que significaria afirmar que a economia solidária pode ser uma forma concreta de organização de processos democráticos? Se entendemos a democracia como a luta pela ampliação da esfera pública, estamos nos referindo ao movimento de reconhecer como iguais quem antes ficava circunscrito à vida doméstica e reprodutora. Assim como a política não tem lugar que lhe seja específico, também não é na economia solidária que ela se solidifica. A economia solidária, portanto, não tem como ser *a priori* democrática, mas sim poderá ser reconhecida como tal em momentos que ela contribui para a reivindicação da igualdade de ser sujeito falante e político em uma situação de provocação de ampliação da vida pública.

Buscaremos ao longo desta dissertação fugir das chaves de análises dicotômicas ou binárias, que procuram aquilo que é ou não é, política ou gestão. Apostaremos, sim, em análises processuais, holísticas. Buscaremos as condições ou processos que facilitam ou obstruem o movimento de alargamento da esfera pública. Será apresentada uma análise construída a partir de diferentes escalas, que leva em consideração o município de São Carlos/SP, o território do Jardim Gonzaga, o empreendimento solidário Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente, a vida das mulheres que nele trabalham. Como parte fundamental desta análise, incorporaremos a todo momento a dimensão do conflito, para procurar a política onde quer que ela cause alguma subversão da ordem.

1.4 Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente como campo de pesquisa

Aqui, o Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente se constitui como campo da pesquisa, por ele ser oriundo de uma política social de combate à pobreza, financiada pelo governo federal e incubada por uma universidade federal. A partir dele, procuro construir uma análise que trabalhe com as complexidades e contradições dos discursos que, por um lado, falam do controle e gestão da população a partir da financeirização da pobreza ou das relações hierárquicas de gênero, e por outro, refletem e mostram as possibilidades das relações de autonomia das iniciativas econômico solidárias, principalmente daquelas que trazem rupturas na ordem da divisão sexual do trabalho e da participação das mulheres no mercado de trabalho e no jogo público.

O Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente é um empreendimento de microfinanças solidárias, inaugurado na cidade de São Carlos no ano de 2013, com apoio de políticas públicas de fomento à economia solidária do governo federal, e também da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos. São ofertadas para a população do território onde ele está inserido duas linhas de microcrédito além de ações e atividades de articulação e mobilização comunitárias. O Banco Nascente funciona de acordo com os princípios da economia solidária (cooperação, autogestão, solidariedade), e também de acordo com as referências dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento estabelecidas nacionalmente entre iniciativas de natureza semelhante.

O meu interesse pelo Banco Nascente foi despertado pela curiosidade da aposta na mudança de uma dura realidade social a partir de um dinheiro que não leva o nome de Real, e sim de VIDA. A moeda social implementada pelo Banco Nascente leva consigo não só esse nome carregado de peso simbólico, como também leva estampada em suas cédulas um desenho feito por um morador de rua das nascentes (fontes de vida) que existem no Buracão - uma área de preservação permanente que é local de descarte do lixo da população do território que o circunda. É com essa moeda que moradoras e moradores do Jardim Gonzaga e

bairros do entorno acessam a linha de Crédito de Consumo oferecida pelo Banco Nascente, em procedimento que envolve a busca pelo “aval solidário” de outras pessoas da comunidade para liberação do dinheiro e acompanhamento individual em caso de inadimplência. Não há juros.

A circulação das VIDAs acontece em comércios cadastrados, previamente mapeados pela equipe do Banco Nascente e sensibilizados para a economia solidária e para uma diferente forma de se lidar com as finanças locais. A outra linha de crédito oferecida pelo Banco, de Crédito Produtivo, tem o objetivo de estimular iniciativas de geração de trabalho e renda, também funciona sem as condicionalidades exigidas pelo sistema financeiro convencional, mas sim com acompanhamento individual por parte das trabalhadoras do Banco - tanto no momento de pedido de empréstimo e cálculo da quantidade de dinheiro emprestado, valor e prazo para pagamento, quanto em situações de atraso no pagamento das parcelas. Vejo nas atividades de microcrédito do Banco Nascente, como será desenvolvido mais adiante neste trabalho, como se misturam as relações econômicas e as relações de vizinhança e proximidade, trazendo às transações financeiras e ao espaço público questões de confiança, amizade e cuidado - historicamente circunscritas ao mundo privado.

Com a inauguração das linhas de crédito nos anos de 2012 e 2013, o Banco Nascente experimentou altas taxas de inadimplência, o que levou à escassez de sua carteira de crédito e à um “recesso” das atividades de empréstimo, principalmente dos cedidos em Reais. Durante o recesso, a equipe do Banco, formada majoritariamente por mulheres, dedicou-se ao acompanhamento de inadimplentes, e também à organização de outras atividades *para e na* comunidade: de mapeamento e estímulo à produção e comércio local, principalmente com a promoção da Feira Compre no Bairro; de organização de eventos culturais e campanhas de mobilização e articulação comunitárias; e também à participação nos espaços de organização do movimento de economia solidária não só em nível municipal, como comundo redes e fóruns estaduais, regionais e nacional.

A participação em espaços do movimento de economia solidária costuma trazer às trabalhadoras do Banco Nascente a demanda por empréstimos de pessoas que não residem no território do “Jardim Gonzaga e entorno”, mas que estão ligadas à

produção e comercialização solidárias. A partir da demanda começa e estruturar-se, a partir de 2016, uma nova linha de crédito temática para pessoas ligadas à Economia Solidária, não mais circunscrita à um recorte territorial. A partir do acompanhamento de perto e de dentro das ações do empreendimento, procurei olhar, além de mudanças na estrutura organizativa do empreendimento, para quais mudanças aconteceram na vida das mulheres a partir do trabalho no Banco Nascente e da participação delas no movimento de economia solidária organizado.

Diferentemente dos demais grupos que compõem a rede de empreendimentos autogestionários de São Carlos, os serviços oferecidos pelo Banco Nascente não garantem a remuneração de seu quadro de trabalhadoras, sendo assim dependente de outras formas de captação de recursos - ações mobilizadas com a comunidade, campanhas de financiamento colaborativo, entre outras. A existência do Banco Nascente enquanto empreendimento de finanças solidárias, no entanto, sempre esteve atrelada à projetos e programas de financiamento público - seja por projetos ligados à Secretaria Nacional de Economia Solidária; seja com projetos ligados à extensão universitária e de fomento às incubadoras tecnológicas geridos pelo Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de São Carlos. A partir de 2016, a situação de não renovação dos projetos e programas que garantiam a viabilidade econômica desse empreendimento solidário tensiona a perspectiva de sustentabilidade do Banco Nascente, problema que se estende não só a ele, mas aos demais Bancos Comunitários de Desenvolvimento brasileiros.

Se por um lado o Banco Nascente fomenta laços de reciprocidade que trazem novos elementos para a esfera pública; por outro, será que podemos considerá-lo uma forma de conquista e garantia de direitos? A história de criação do Banco Nascente e a conjuntura atual que tensiona as perspectivas de sua existência futura me levam a refletir sobre os papéis do poder público e da universidade na construção de iniciativas econômicas solidárias que sejam autônomas e viáveis economicamente, e das relações de dependência e gestão que se criam quando tais empreendimentos não o são.

A hipótese é de que nem só de controle ou dependência se constroem as relações criadas a partir e no entorno dessa política pública, ainda que essas relações de dependência se mostrem presentes na participação no dia-a-dia do

Banco Nascente (vistos, principalmente, nas relações com a universidade e na ameaça à existência do empreendimento fundadas as fontes de financiamento público). Vejo também como, na trama desses conflitos, as trabalhadoras do Banco encontram caminhos de mediação e negociação, transformando elas mesmas suas próprias realidades. Procuro mostrar, a partir da descrição de suas experiências cotidianas ligadas ao trabalho no empreendimento - que extrapolam às suas vidas pessoais, familiares, comunitárias - os potenciais de transformação das políticas públicas de fomento à economia solidária, quando articulam de novas formas, para além da esfera econômica material, também as esferas política e social: da elevação da autoestima e do reconhecimento dessas mulheres enquanto pessoas munidas de *palavra* e *voz*, à ocupação de novos espaços - físicos, geográficos, de interlocução pública.

Para explorar tal hipótese, baseio-me nos fundamentos da pesquisa-ação, buscando resgatar e registrar suas histórias e trajetórias de vida para pensar nas transformações que as políticas públicas podem trazer para a vida de mulheres reais, em suas situações cotidianas de opressão, exploração, resistência e resiliência, de gestão e de política.

1.4.1 Principais atividades desenvolvidas no empreendimento

Para introduzir as reflexões sobre o Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente, a seguir apresentarei brevemente as principais atividades desenvolvidas no empreendimento, suas instâncias e processos deliberativos, e como se constitui o quadro de trabalhadoras “agentes de desenvolvimento locais”.

- **Oferta de microcrédito:** são oferecidas para moradores e moradoras da região do Jardim Gonzaga duas linhas de crédito: *crédito produtivo* e *crédito de consumo*. O crédito produtivo empresta até 1 mil reais para pessoas interessadas em investir em alguma atividade geradora de renda, com juros de 1%. Os pedidos de empréstimo são calculados um a um de acordo com as

possibilidades e necessidades individuais de cada caso, em um processo de análise de crédito feito pelas trabalhadoras do Banco e monitorado pelo Comitê de Análise de Crédito (quando ainda ativo) ou pelo Conselho Gestor do Banco Nascente. O *crédito de consumo* empresta até cem reais, sem juros, para serem devolvidos em até 90 dias, na moeda social circulante local VIDA. Essa linha de crédito é emergencial e tem o pedido liberado em até 24hs. A garantia de ambas as linhas de crédito se dá por meio do *aval solidário*: pessoas que solicitam o acesso ao crédito indicam outras três pessoas moradoras da comunidade, que não sejam parentes, que garantam que aquela pessoa está apta a receber e devolver o empréstimo.

- **Moeda social circulante local VIDA:** é aceita em 09 comércios do território de atuação do Banco Nascente, que foram previamente cadastrados e capacitados sobre a natureza, modo de funcionamento, e função social da moeda. Após o mapeamento do comércio local, foram cadastrados comércios que pudessem suprir as necessidades imediatas de consumo da população, a saber: uma *rotisserie*, uma padaria, um sacolão, uma farmácia, uma costureira, um açougue, dois empreendimentos (também iniciativas da economia solidária) que vendem produtos de limpeza, uma loja de materiais de construção, e uma papelaria. A Moeda VIDA sai do Banco Nascente na forma de empréstimo de consumo, e só é aceita nesses comércios cadastrados. Caso o(a) comerciante queira resgatar o valor da moeda em reais, pode acessar o Banco (que possui devido lastro em reais), e fazer a troca com deságio de 5%. O nome da moeda faz alusão às nascentes de água que existem no território, também estampada na arte da moeda.

Imagem 1 - Frente e verso da moeda social circulante local VIDA



Fonte: Fotografia da autora.

- **Feira Compre no Bairro:** A Feira Compre no Bairro é uma iniciativa estimulada pela equipe do Banco Nascente de reunião de produtores(as) locais para organização feiras nas praças da região. Ela já funcionou em diferentes praças e reuniu ao longo dos anos diferentes grupos de produtores(as). No final de 2016, um grupo de 09 produtoras passa a se reunir periodicamente para organizar feiras que acontecem aos sábados, na Praça Cristiane de Nardo. As Feiras têm sido, desde então, a principal forma de divulgação do Banco Nascente para a comunidade.

- **Encontros da Comunidade:** os Fóruns de Desenvolvimento Local, são espaços previstos na metodologia de Bancos Comunitários que têm por objetivo propiciar o diálogo entre moradores(as) da região para a articulação política. Os Encontros da Comunidade ganharam esse nome na tentativa de transformar as reuniões dos “Fóruns” em momentos mais acolhedores, o que se somou à estratégia de congregar, além das discussões políticas e sistematização das reivindicações de moradores(as) locais, atividades culturais, música ao vivo, festival de prêmios e edições da Feira Compre no Bairro. São eventos que acontecem nas praças da região (em especial na Praça Maranhão), de final de semana, e normalmente duram um período, em que, além da participação da população local nas atividades desenvolvidas - todas gratuitas -, é esperado que dessa interação surjam novas formas de articulação e reivindicação das pessoas que residem nessa região, que subsidiem o trabalho desenvolvido pelo Banco Nascente e o diálogo com o poder público local.

- **Cine Gonzaguinha:** um cineclube organizado para crianças da comunidade, que preza pela exibição de filmes do circuito alternativo e independente. Durante o período de janeiro de 2013 a julho de 2014, eles aconteciam periodicamente, ora na Estação Comunitária do Jardim Gonzaga, ora no SESC (situações em que o Banco organizava a saída de um ônibus de crianças do território até o SESC, gratuitamente). Já em 2016 e 2017, as sessões acontecem de forma esporádica, exibidos na praça depois do escurecer. Já foram firmadas parcerias com diferentes atores para viabilizar a exibição dos filmes, como com a Casa Fora do Eixo de Sanca; a rede São Cines de Cineclube; a Paraty - empresa de ônibus que cedia o transporte das crianças; escolas da região; o próprio SESC. Durante os primeiros meses de 2017, foram feitos esforços para criação de projeto de reativação dessa atividade de forma periódica em parceria com o Projeto Madre Cabrini, que atende crianças da comunidade no contraturno escolar, por ora suspenso até que seja novamente viabilizado o trabalho remunerado das Agentes de desenvolvimento local.

1.4.2 Processos e instâncias deliberativas

- **Reuniões operacionais,** também chamadas por elas de “reuniões das trabalhadoras”, acontecem semanalmente. Nesses momentos são discutidos assuntos pertinentes às atividades cotidianas no Banco, a situação dos fundos e da carteira de crédito, é feito o monitoramento dos empréstimos concedidos, são criadas diretrizes para estabelecimento de parcerias, e avaliado o andamento de atividades desenvolvidas no empreendimento. Só participam dessas reuniões as próprias trabalhadoras e membros da equipe do NuMI designadas para incubação desse empreendimento. São nessas reuniões onde são tomadas todas as decisões envolvendo o empreendimento e o trabalho das Agentes de desenvolvimento local. É nesse espaço onde é construído, monitorado e avaliado o Plano de Trabalho do Banco Nascente, que delimita as prioridades e modos de atuação das equipes ligadas a ele.

- O **Comitê de análise de crédito** (CAC) foi formado por moradores(as) da comunidade, pelas trabalhadoras do Banco, e por membros do NuMI, normalmente aglutinando de 6 a 8 pessoas. Esse coletivo costumava a se reunir de acordo com a demanda dos pedidos de empréstimo produtivo, quando eles aconteciam regularmente. Mesmo com o término do período de recesso dos empréstimos, o comitê deixa de se reunir para avaliar e monitorar os pedidos de empréstimo, sendo esses processos acompanhados desde então na reunião das trabalhadoras e nas reuniões do Conselho Gestor do Banco.

- O **Conselho gestor** se confunde com o quadro de membros da AMADESOL, a Associação Minas D'Água para o Desenvolvimento Solidário, uma associação da sociedade civil sem fins lucrativos que carrega o CNPJ do Banco Nascente. Ele se reúne duas vezes por ano, quando é necessária a atualização dos documentos da Associação em cartório, e extraordinariamente quando há algum assunto urgente a ser deliberado. Essa instância é formada por moradores(as) locais, pessoas externas que são (ou um dia foram) ligadas ao NuMI, e pelas trabalhadoras do Banco, atuais e outras que já passaram em outras épocas do empreendimento. Nessas reuniões, em que participam entre 10 e 15 pessoas, normalmente, são avaliadas as atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras e são tomadas decisões quanto ao posicionamento político, articulação e rumos do empreendimento.

- As **reuniões extraordinárias** acontecem com parceiros(as) internos(as) ou externos(as) ao território, quando necessário, para tratar de assuntos específicos ou do planejamento, monitoramento e avaliação de atividades desenvolvidas no cotidiano do empreendimento. Nem sempre todas as trabalhadoras participam de todas as atividades desenvolvidas pelo Banco, apesar de normalmente preferirem atuar juntas a se dividir em diferentes funções. Tudo o que acontece em reuniões extraordinárias é trazido e discutido nas reuniões operacionais na presença de todas as trabalhadoras.

1.4.3 As trabalhadoras: agentes de crédito e agentes de desenvolvimento local

É pré-requisito para que uma pessoa seja admitida como trabalhadora do Banco Nascente residir no seu território de abrangência, uma vez que faz parte das concepções teórico-metodológicas dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento que eles sejam geridos pela própria comunidade onde atuam. As primeiras pessoas efetivadas como trabalhadoras, um grupo de duas mulheres e um homem, participaram, ainda antes da inauguração do Banco, das atividades de formação e de construção e planejamento do empreendimento, e tiveram seus salários remunerados a partir das políticas de financiamento de BCDs vinculadas à incubadoras universitárias. Hoje, apenas Violeta⁷ continua próxima ao empreendimento, tendo a outra mulher e homem se afastado por motivos diversos.

Quando o Banco Nascente foi inaugurado, o quadro de trabalhadoras se dividia entre Agentes de crédito e Agentes de desenvolvimento local, termos incorporados dos projetos de fomento à BCDs, e que tinham como objetivo de separar as funções de recebimento, avaliação e monitoramento dos empréstimos, implementação e circulação da moeda VIDA; das atividades culturais, educacionais, e de articulação e organização comunitárias. Quando o Banco entra em recesso de crédito, em 2013, ambas as mulheres que trabalhavam no empreendimento (na época eram apenas as duas) passaram a designar suas atividades profissionais como Agentes de desenvolvimento local, extinguindo o cargo de Agente de crédito mesmo não se extinguindo as atividades de tratamento da inadimplência. Mesmo com a volta dos empréstimos, após inúmeras discussões, as trabalhadoras decidem não mais fazer a divisão de funções dentro do empreendimento daquela forma, optando por abarcar todas as trabalhadoras sob a mesma denominação de “agentes de desenvolvimento local”.

O cargo de “agente de desenvolvimento local” aparece nos projetos ligados às atividades de extensão do NuMI, nas políticas públicas municipais de economia solidária, e também nos projetos de fomento aos BCDs ligados à outras entidades de fomento como o Ateliê de Ideias, que executou projeto ligado à SENAES de

⁷ Os nomes usados nesta dissertação são fictícios.

fomento à BCDs da região Sudeste e Centro-oeste, que remunerou o trabalho de algumas das mulheres do Banco Nascente no período de 2014 a 2016. De maneira geral, a remuneração vem de projetos ligados à SENAES, e também (às vezes informalmente) de projetos ligados ao NuMI.

Todos os processos seletivos que admitiram novas pessoas no Banco Nascente foram construídos coletivamente pelas pessoas que lá trabalhavam, na ocasião de vacância de alguma vaga ou frente a possibilidade de contratação de mais uma pessoa. Ao longo da história do empreendimento, já passaram pelo seu quadro de trabalhadoras 7 mulheres e apenas 2 homens, que ficaram, ambos, pouquíssimo tempo acompanhando as atividades diárias do empreendimento. Do início de 2016 até julho de 2017 formavam o quadro de trabalhadoras 4 mulheres: Rosa, Jasmin, Violeta e Margarida, sendo que a última se afastou das atividades cotidianas - sem desligar seu vínculo com o empreendimento - no início de 2017 por conta de problemas de saúde na família.

A continuidade do trabalho delas no empreendimento se vê instável ao longo de 2017 e, principalmente, no segundo semestre deste ano, devido ao final dos projetos que garantiam sua remuneração (tanto projetos diretamente relacionados ao Banco vinculados à SENAES, quanto projetos de financiamento das atividades do NuMI). A falta de remuneração das trabalhadoras põe em risco a continuidade das atividades desenvolvidas pelo empreendimento, fato que procuro desenvolver ao longo deste trabalho, pensando na utilidade pública dos Bancos Comunitários e nas relações de dependência criadas, desde sua implementação, com o poder público e a universidade.

CAPÍTULO 2: JARDIM GONZAGA, O CAMPO DE CONFLITO

Ao nos propormos a refletir sobre a política e os processos de construção das mulheres trabalhadoras do Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente como sujeitos, não podemos deixar de olhar para o contexto onde o empreendimento solidário está inserido - a trama de conflitos territoriais, ambientais, culturais, históricos e sociais que tece as experiências vividas no Jardim Gonzaga e bairros do entorno.

Pensaremos o fazer-se das trabalhadoras do Banco Nascente a partir da rede de questões e conflitos que permeiam e atravessam direta e rotineiramente suas vidas a partir do campo de conflito onde estão inseridas, ou: a arena pública de elementos e sujeitos conflituosos e antagônicos que, em determinado contexto, movimentam uma diversidade de interesses. Estamos entendendo o campo de conflito como uma “complexa e delicada polaridade de forças que operam em determinado contexto” (THOMPSON, 1989, p. 32). Essa chave interpretativa permite que as relações de homens e mulheres reais, e os artifícios que constroem e reconstroem em suas vidas cotidianas, sejam apresentadas e analisadas em relação ao ambiente de conflitos que os cercam. (THOMPSON, 1987, 1989).

O Jardim Gonzaga deixa de ser apenas a localização geográfica onde essas mulheres moram, ou o território de abrangência do Banco Nascente. Ele será aqui apresentado como o campo de conflito que reúne diferentes sujeitos, interesses, valores. O Jardim Gonzaga aqui é a arena pública de elementos contraditórios que articula os mais variados interesses, e que se constitui como a trama por onde essas mulheres tecem suas histórias, identidades, reivindicações.

Assim, inicio este capítulo com uma primeira delimitação desse campo de conflito que procuro explorar nas seções adiante. Trata-se do Buracão, uma área de preservação permanente que circunda os limites da ocupação urbana, e que ao longo da minha experiência de campo se construiu como um lugar de disputa de diferentes interesses. No meio de suas árvores, acharemos conflitos permeados pela questão ambiental, o tráfico de drogas, ação policial, diferentes formas de

articulação de moradores(as) da região, os valores da Igreja Católica, ações ligadas à atividades de extensão da universidade.

Durante o ano de 2013, um assunto bastante discutido no Banco Nascente foi a questão ambiental, em especial tratando do problema de descarte de grande quantidade de lixo e entulho nessa área de preservação ambiental que abriga nascentes e uma, ainda que degradada, mata ciliar. Na época eu ouvia (das trabalhadoras do Banco e também das pessoas da comunidade que participavam das atividades organizadas por elas) muitas reclamações de que a coleta de lixo não passava na região de forma regular. A pauta nas reuniões no Banco era o monitoramento da situação de um terreno da prefeitura que não ficava muito longe das dependências do Banco, que era usado para despejo de lixo e entulho Buracão abaixo, e que era também o lugar onde se reuniam os “nóias”, usuários e usuárias de crack que circulavam pelo bairro.

Como forma de tentar resolver essa situação, a Prefeitura Municipal construiu nesse terreno um muro de concreto que impedia acesso ao Buracão, o que preservaria o terreno tanto dos(as) moradore(as) que lá iam descartar o lixo, como também dificultaria a circulação dos(as) usuários(as) de drogas - essa segunda parte não era, no entanto, dita oficialmente pelo poder público, mas pelos(as) moradores(as) locais. O muro, em si, nada resolveu. Logo foram feitos nele buracos simulando uma escada, que facilitava o acesso ao outro lado, onde agora se tinha mais privacidade. Tampouco o lixo parou de ser descartado lá, agora jogado por cima do muro se acumulava sem que pudesse ser visto.

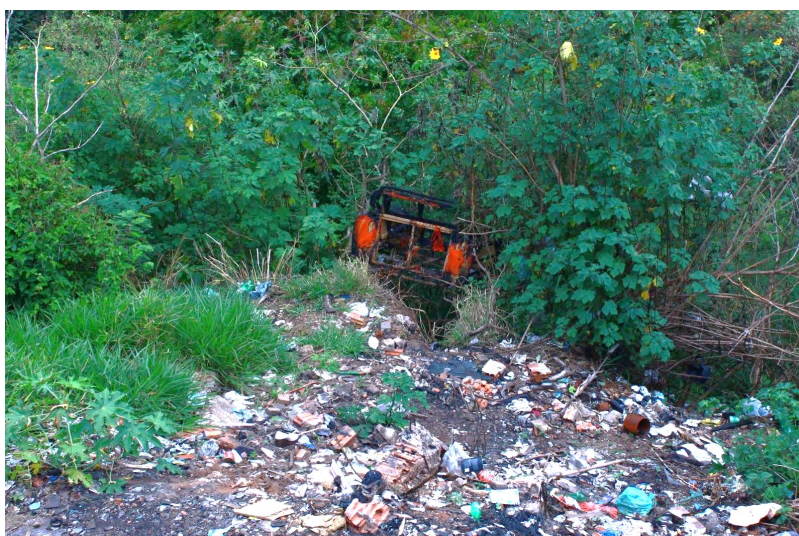
Esse terreno dava acesso ao Buracão por meio de trilhas abertas pelos(as) próprios(as) moradores(as), onde alguns barracos são construídos em meio às árvores. Por conta do desnível geográfico (não é à toa que ele tem esse nome), da ponta do terreno era possível ver o horizonte onde se põe o sol, e o outro lado do bairro, que contorna os limites da encosta. O muro tampou o horizonte e também a vista das casas e barracos do lado de lá, que configuram exatamente os bairros do Gonzaga e Monte Carlo (as imediações do CRAS, onde funcionava na época o Banco, e do próprio terreno ficam ainda no bairro Pacaembu).

O Salão da São José Operário, onde hoje funciona o Banco Nascente, fica ao lado desse terreno. Se antes ele já era de preocupação das trabalhadoras do Banco,

quando passam a ser vizinhos de muro as preocupações foram acentuadas. Em outubro de 2014, pouco depois da mudança do Banco Nascente para o Salão, esse assunto volta à preocupação das trabalhadoras: um grupo de 30 pessoas derruba parte do muro com uma grande tora de madeira, é acionada a polícia que chega rapidamente com viaturas e uma equipe da ROCAM⁸ para averiguar o “ato de vandalismo”, fechando a rua e a porta de entrada e saída do Banco Nascente.

O que se fala entre as trabalhadoras do Banco é que a moradora da casa ao lado do terreno organizou com a comunidade a derrubada do muro por conta das consequências que o acúmulo de lixo trazia para sua residência (agora concentrados os montes de lixo do lado de lá do muro, ficava canalizada a circulação de animais como ratos, baratas, cobras e escorpiões para o seu quintal). Derrubado o muro, continua a ser jogado lixo e entulho no Buracão, agora sem cobertura. Também continua a circulação de usuários(as) de drogas, que entram pelo terreno, contornando a lateral do Salão, e ocupam espaços na parte dos fundos do prédio do Salão e buracão abaixo. A versão da polícia divulgada na mídia local é de que a derrubada do muro se deu para facilitar a rota de fuga de “traficantes e usuários de entorpecentes”, que se emaranham no Buracão escondendo-se na pequena mata ciliar conseguindo pelas trilhas acesso à outras saídas do bairro.

Imagem 2 - No terreno, olhando pra baixo: o buracão e o lixo.



Fonte: Foto tirada pela autora em 11 de janeiro de 2013.

⁸ Rota Ostensiva com Apoio de Motocicletas da Polícia Militar.

Imagem 3 - No terreno, olhando para frente: as casinhas e a encosta do morro.



Fonte: Foto tirada pela autora em 11 de janeiro de 2013, antes que fosse construído o muro.

Imagem 4 - A derrubada do muro.



Fonte: Foto tirada por Maurício Duch, divulgada no site Revelando São Carlos em 15 de outubro de 2014. Acesso em 02 de abril de 2017.

Imagem 5 - Vista do buracão, sem o muro.



Fonte: Foto tirada pela autora em 27 de março de 2017.

Em 2017 o terreno ainda é pauta das reuniões no Banco Nascente, visto que a situação continua a mesma: lixo continua sendo descartado irregularmente no Buracão - é comum ouvirmos o barulho de carrinhos de mão chegando cheios de entulho, as vezes até picapes com a carroça cheia. Muitas vezes as trabalhadoras do Banco Nascente interrompem as atividades internas para abordar as pessoas no ato de descarte do lixo, dizendo das consequências ambientais e dando indicações de onde descartar o lixo de forma correta, mas dizem-se frustradas por não serem respondidas com seriedade.

Nas tardes de calor, o cheiro que fica na porta do Salão é insuportável. Também há problemas com animais que por ali circulam - que entram na casa da vizinha que mandou derrubar o muro, e entram também no Salão da São José Operário. Essa questão dos animais peçonhentos preocupa especialmente nos dias de pesagem da Pastoral da Criança, que acontecem mensalmente no Salão e recebem mais de 100 crianças e suas famílias. Como tentativa de resolver esse problema, as trabalhadoras do Banco buscam acionar instâncias da prefeitura. Já foram feitos diálogos com vereadores da cidade, e também foi chamada uma rede de televisão local, onde elas deram entrevistas ao vivo alertando à necessidade de limpeza do terreno pelo poder público.

Nessa breve descrição, percebemos a movimentação de diferentes interesses: usuários e usuárias de drogas, a polícia, a mídia, moradores e

moradoras locais, o Banco Nascente e a Igreja Católica, sendo o Salão que abriga o Banco e que circunda o terreno parte das dependências da Paróquia São Francisco de Assis. Podemos ver, aqui, como diferentes sujeitos são mobilizados por interesses distintos e antagônicos, que se dá na construção e derrubada do muro, na intervenção do poder público, na forma de articulação de moradores(as) locais, nas estratégias traçadas pelo Banco Nascente para tratamento da questão ambiental. Essa região já foi, também, alvo de projetos de educação ambiental desenvolvido por ONGs da cidade.

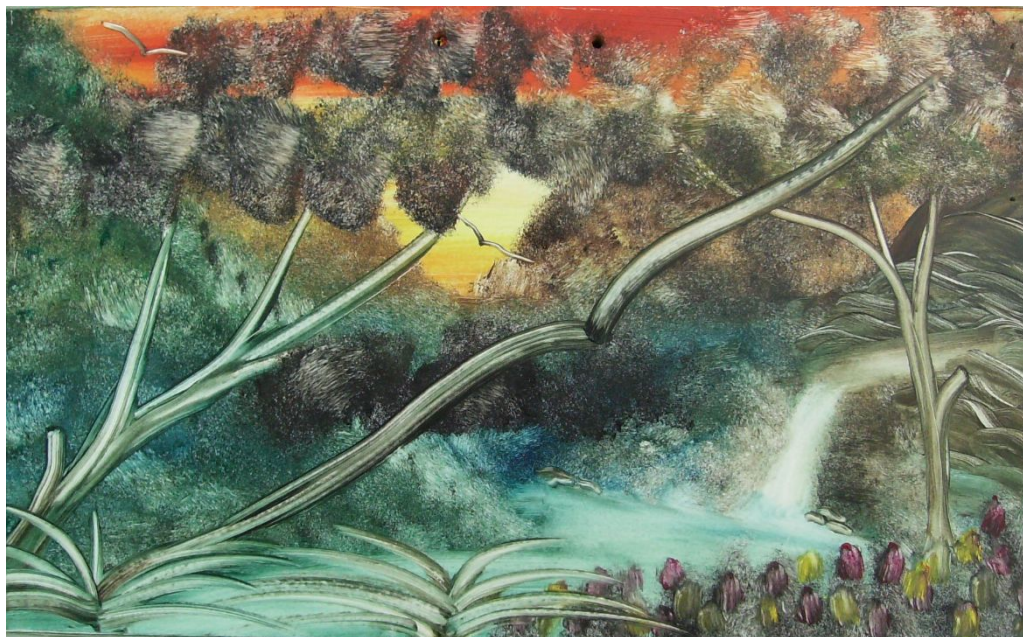
O Buracão e suas nascentes deram nome ao Banco e à moeda social VIDA, assim denominada como uma forma de valorizar a água que dali brota, como uma metáfora da fonte de vida que brota naquela comunidade. A preocupação ambiental, para além das articulações traçadas no âmbito do empreendimento, também se vê na construção da identidade de moradores(as) da região, assim como aparece no material de divulgação do Banco Nascente e na arte estampada nas cédulas da moeda VIDA:

Imagem 6 - Imagem de divulgação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente



Fonte: Desenho de autoria desconhecida. A imagem ilustra as redondezas do terreno do lado esquerdo; o Jardim Gonzaga, a encosta e o buracão ao centro; e as casinhas do bairro Monte Carlo à direita.

Imagem 7 - Arte que estampa as cédulas da moeda VIDA



Fonte: Pintura feita em tinta a óleo por artista local, morador de rua.

2.1 O Jardim Gonzaga e a abordagem territorial do desenvolvimento

2.1.1 *De favela a bairro de periferia*

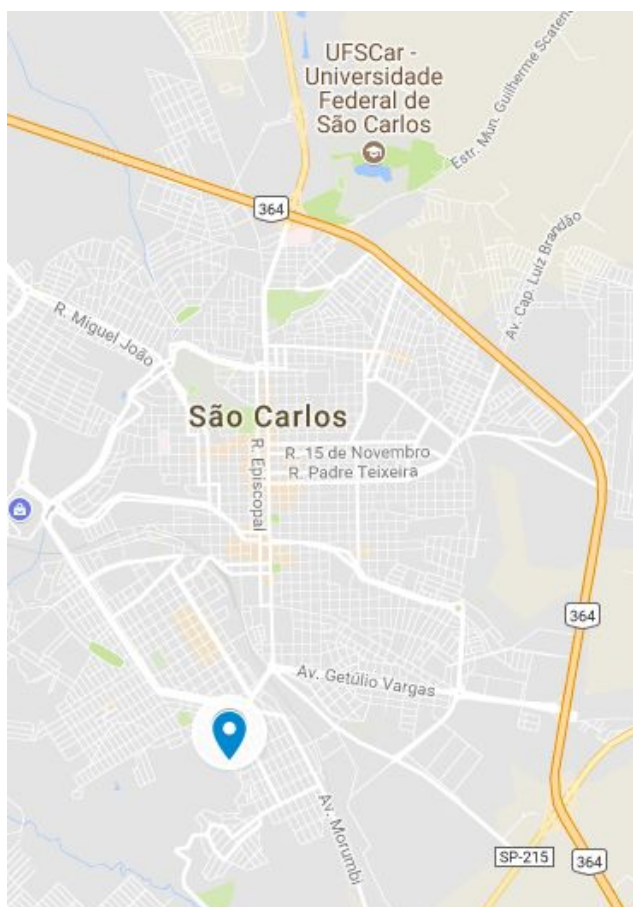
Como resultado do padrão de acumulação e industrialização capitalistas, temos em São Carlos, município do interior do estado de São Paulo, desigualdades e segregações sócio espaciais que muitas vezes são mascaradas pelos altos índices de renda e desenvolvimento humano. Nem toda a população são-carlense tem acesso aos benefícios que acompanham tal modernização que garante à cidade o status de potência científica e tecnológica. A ocupação irregular da zona sul da cidade onde localizam-se o Jardim Gonzaga e bairros do entorno acontece de forma não planejada a partir dos anos 1970, e esse território ainda hoje é marcado por índices de “vulnerabilidade socioeconômica” que justificam a incidência de diversas iniciativas de combate à pobreza, como as políticas, programas e projetos de instrumentalização da Economia Solidária como ferramenta de promoção do desenvolvimento local.

Já nas instalações das primeiras indústrias em São Carlos, no início da segunda metade do século XX, os incentivos fiscais que tinham como objetivo a captação de investimentos não se voltavam à estrutura social. O resultado disso são o desenvolvimento de uma produção industrial desvinculada da criação de empregos e uma mudança na alocação de recursos públicos (num cenário onde a gestão municipal de recursos prioriza tais investimentos industriais e seus empresários e deixa em segundo plano preocupações sociais como a saúde, educação, segurança ou infraestrutura urbanas). Essa questão dos empregos se torna ainda mais latente com o processo de reestruturação produtiva das empresas instaladas na cidade, a partir da década de 1990. A diminuição de custos gera demissões, o barateamento das máquinas e matérias primas gera diminuição da oferta de empregos, a abertura para competição internacional levou muitas empresas à falência e a terceirização da produção faz com que cresça o número de microempresas e diminua o número de empregados diretos. Há, em São Carlos, a partir da segunda metade da década de 90, redução expressiva dos postos de trabalho na cidade (DOZENA, 2008).

A ocupação da área sul da cidade de São Carlos, ainda na década de 1940, já tinha marcada a segregação por meio da linha férrea que atravessa a cidade. Ao longo da segunda metade do século XX essa área foi palco da expansão urbana periférica até alcançar os limites das encostas e relevos do município, onde localiza-se o bairro do Jardim Gonzaga. Nessa região a ocupação irregular acompanha a encosta da bacia hidrográfica do Córrego do Rio Quente, local que abriga 6 nascentes de água e que é conhecido pelos moradores e moradoras da região como “Buracão”.

O “Gonzaga” é a primeira e mais conhecida favela da cidade de São Carlos. Desde a construção dos primeiros barracos irregulares, nos anos 1970, até a sua primeira aparição em documentos oficiais da cidade, passaram-se mais de oito anos. Nessa situação, a Favela do Gonzaga foi apresentada à comunidade civil a partir da ótica da ilegalidade, promiscuidade, incivilidade e carência, como “problema social” e “vergonha para a cidade”. O bairro começou a ser chamado legalmente de Jardim Gonzaga - e não mais Favela do Gonzaga - somente no início dos anos 1990 (ROSA, 2008).

Imagem 8 – Mapa da cidade de São Carlos, com destaque indicando o Buracão



Fonte: Imagem capturada do Google Maps. Acesso em 15 de setembro de 2017.

Sobre o processo de consolidação do bairro que vemos hoje, podemos ressaltar a criação da ProHab - Progresso e Habitação São Carlos, em 1985, empresa mista criada com o objetivo de solucionar problemas de habitação e urbanização em São Carlos, principalmente no que diz respeito à erradicação da Favela do Gonzaga. O desfavelamento foi previsto por meio da construção de habitações mínimas em regime de mutirão, onde a prefeitura cederia o terreno, o governo do estado disponibilizaria o material de construção e uma equipe de assessoria técnica para acompanhamento da obra, e a população beneficiária entraria com a mão-de-obra, organizada em mutirões. O projeto, no entanto, nunca

foi concluído em totalidade, e só uma parte das famílias cadastradas foi atendida (ROSA, 2009).

Mais tarde, os esforços de erradicação da favela aconteceram em tempo recorde: aceitou-se o desafio de urbanização do Gonzaga em junho de 1989 e começaram as obras em abril de 1990, tendo feito a prefeitura nesse meio tempo a locação e demarcação de lotes e vias públicas, a implantação das redes de água e esgoto, abertura das ruas e terraplanagem. A concretização da urbanização aparece como uma benfeitoria diretamente associada ao prefeito da época, Vadinho (ROSA, 2008).

Taís Troncon Rosa coloca que as políticas públicas implantadas nessa trajetória do Gonzaga de favela a bairro de periferia:

(...) pautam-se pelos já conhecidos mecanismos de “consolidação” de tais espaços através de uma somatória de ações pontuais, esporádicas e clientelistas (que, em sua grande maioria, limitam-se a solucionar apenas parte dos problemas, concentrando-se nas questões infra-estruturais emergenciais e visando a manter o controle sobre os moradores), ora apostam na “requalificação” através da “urbanização” e da “regularização” de tais territórios. Com o pretexto de recuperá-los urbanisticamente, estes últimos assumem, muitas vezes, um caráter autoritário, desprovendo tais espaços de seus significados e identidades, impondo novas lógicas de ocupação, agregando maior valor àquelas parcelas de solo urbano que se tornam, assim, passíveis de extração de valor pelo capital imobiliário (...) (ROSA, 2008, p. 33).

O Jardim Gonzaga volta a ser alvo de intervenção no começo dos anos 2000, com o Projeto e Urbanização Integrado, financiado pelo Programa Habitar Brasil-Bid. Esse projeto previa, além da urbanização de assentamentos subnormais, a quantificação e caracterização das áreas subnormais do município sob o ponto de vista dos aspectos físicos, sociais, culturais e econômicos. A escolha do território do Jardins Gonzaga e Monte Carlo foi baseada no Plano Estratégico Municipal para Assentamentos Subnormais (PEMAS), sendo eles que a área era ocupada há já mais de cinco anos, mais de 60% das famílias residentes possuíam renda de até 3 salários mínimos, morando em situação de risco físico por desmoronamento e enchentes, a precariedade em relação à infraestrutura e serviço, destacando-se a precariedade do serviço de saneamento básico, além da exposição de crianças e adolescentes ao tráfico de drogas e violência.

As ações do projeto se iniciaram em 2001, com o diagnóstico da área e população atendida, seguido da elaboração do projeto, obras físicas e trabalhos junto à comunidade, terminados quase em totalidade até o ano de 2004. O cadastro dos imóveis e famílias da área e pesquisa socioeconômica e habitacional foram realizados pelo Núcleo de Pesquisa e Documentação “Prof. Dr. José Albertino R. Rodrigues”, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. Foram cadastradas 500 famílias e levantadas informações a respeito da situação dos imóveis existentes na área de intervenção, das características físicas dos domicílios, do acesso aos serviços urbanos, da condição da ocupação e legalização da posse do imóvel, das características das famílias (demográficas, escolaridade, trabalho, renda) e das características da área (questões organizacionais, histórico da ocupação e das conquistas da comunidade, organização comunitária, lideranças, entidade de base e manifestações culturais, equipamentos sociais, programas institucionais e entidades sociais).

Segundo esse levantamento, em 2002, a renda média dos(as) trabalhadores(as) residentes do bairro era de 1,8 salários mínimos e o nível de desemprego girava em torno de 18,9% e era muito maior do que o nível nacional do mesmo ano (7%). Além disso, 40,2% dos(as) trabalhadores(as) afirmaram não ser registrados(as) e 11,2% da população não havia sido alfabetizada. A pesquisa mostra, ainda, que 38% dos jovens não frequentavam o Ensino Médio e 48,3% dos trabalhadores(as) desempregadas/os estavam abaixo dos 25 anos.

Mesmo com essas ações de urbanização do território, a questão da habitação ainda hoje é um problema expressivo no bairro. No Censo SUAS de 2014, o CRAS Pacaembu, Centro de Referência em Assistência Social que atende a região, indica a presença de moradias irregulares como um dos principais problemas das famílias que nela residem, juntamente com a presença de conflito e violência vinculados ao tráfico de drogas. Outras situações indicadas no Censo SUAS de 2014 relativas ao território foram: a negligência em relação a crianças e adolescentes, violência contra mulheres, crianças e jovens fora da escola e em situação de vulnerabilidade e risco social, além da presença de usuários de crack e outras drogas.

2.1.2 Jardim Gonzaga e os “bairros do entorno”

O discurso da *abordagem territorial* da concepção de desenvolvimento que pauta as atividades dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento tem essa característica de circunscrever a um determinado espaço geográfico aspectos culturais, sociais, políticos, históricos e ambientais semelhantes; aspectos esses que são levados em conta no processo de planejamento e execução de projetos com objetivo de incidir na qualidade de vida da população que nesse território vive, ao passo que dizem incentivar e valorizar as potencialidades particulares de contextos específicos. Essa abordagem territorial aparece na concepção teórico-metodológica dos BCDs como um caminho possível para se trabalhar a partir das particularidades de diferentes contextos onde atuam iniciativas solidárias de geração de trabalho e renda (SILVA JUNIOR, 2007).

O caso do Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente não é diferente. O recorte territorial que engloba os bairros da zona sul de São Carlos: Cruzeiro do Sul, Pacaembu, Monte Carlo, Vila Conceição, Madre Cabrini e Jardim Gonzaga compreende a abrangência de atuação do Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente, e assim me foi apresentado quando ali cheguei ainda estudante de graduação participando de um projeto de extensão da universidade, ligado ao Núcleo de Economia solidária da UFSCar. Esse recorte territorial é o delimitado nos projetos do NuMI, inclusive nos que criam condições para a atuação da universidade junto ao Banco Nascente. Também é o desenho territorial delimitado nas políticas públicas municipais de economia solidária, como a que desenvolve as ações junto ao Banco Nascente.

A vivência e muitas conversas com as trabalhadoras do Banco Nascente e outras pessoas que ali moram denunciam que apesar da proximidade geográfica, há fronteiras visíveis e invisíveis que diferenciam esses bairros entre si. Gostaria de me ater mais a essas fronteiras e deixar de descrevê-los aqui como um só território, ainda mais usando o nome do Gonzaga (que faz referência à que um dia e por muito tempo foi a única favela de São Carlos).

O projeto de urbanização da favela anteriormente citado, que em 1985 contempla apenas parte das famílias com novas habitações enquanto outras continuam residindo nos barracos e moradias irregulares, traz conflito entre moradores(as) das novas “casinhas” e os dos antigos “barracos” (ROSA, 2008). Hoje esses bairros são o Monte Carlo e o Jardim Gonzaga, respectivamente, e mais de 30 anos depois ainda é visível a diferença da infraestrutura urbana (de asfaltamento, energia elétrica, saneamento básico, e da própria construção das casas) entre esses pequenos conjuntos de ruas. As dinâmicas sociais entre os(as) moradores(as) também podem ser observadas. Entre um bairro e outro fica a “chacrinha”, apelido dado ao Centro da Juventude Elaine Viviani (CJ), um complexo equipado com quadras, piscinas, salas onde acontecem cursos de artesanato, ginástica, lutas, e uma horta comunitária, e que poderia muito bem abrigar as atividades organizadas pelo Banco Nascente - já que é um espaço público de uso comunitário. A experiência das trabalhadoras do Banco Nascente, no entanto, mostra que não é toda a população do território “Gonzaga e entorno” que frequenta o CJ, que esse é um espaço mais ocupado pela juventude do Monte Carlo do que a do Gonzaga, para mim apresentadas assim como grupos antagônicos.

Acima do Gonzaga fica o Cruzeiro do Sul, bairro localizado ao redor de uma avenida que concentra pontos de ônibus, comércio e Igrejas. As casas mais próximas à Av. República do Líbano são maiores, rebocadas e pintadas, tem carros estacionados nas garagens. “O lugar é até bom, o problema é que é colado na favela”, me diz uma moradora do Cruzeiro do Sul.

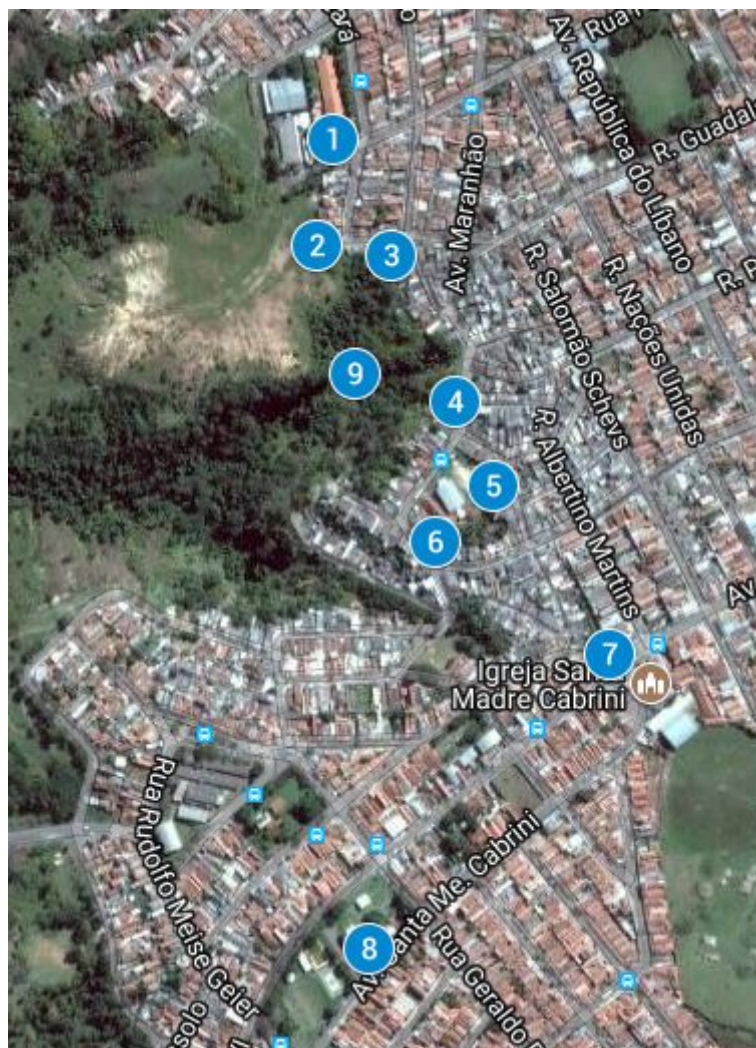
A favela é o Jardim Gonzaga, das praças cheias de meninos, abaixo do morro no limite do Buracão. O “Gonzaga” é um conjunto de ruas bem estreitas, onde as casas não comportam garagens e os carros ficam estacionados em cima das calçadas, onde há casas sem reboque, casas de madeira, e a energia sobe às lajes com “gatos”.

Imagem 9 - Mapa do Jardim Gonzaga e bairros do entorno



Fonte: Imagem capturada do Google Maps. Acesso em 15 de setembro de 2017.

Imagem 10 – Mapa do Jardim Gonzaga e entorno com pontos de referência



Fonte: Imagem capturada do Google Maps. Acesso em 15 de setembro de 2017.

Legenda: Destaque para localidades mencionadas ao longo do texto: 1) CRAS Pacaembu; 2) Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente (Salão São José Operário); 3) Terreno que dá acesso ao Buracão; 4) Praça Maranhão; 5) ECO-Estação Comunitária do Jardim Gonzaga; 6) USF Gonzaga; 7) Praça Cristiane de Nardo (Feira Compre no Bairro); 8) Centro da Juventude Elaine Viviani; 9) Buracão.

Quando as equipes do Banco Nascente e do NuMI-EcoSol mapearam as praças que poderiam sediar uma feira de produtores(as) e comerciantes(as) locais, a escolha da Praça Cristiane de Nardo foi pelo fato de que ela ficava na frente de uma Igreja (onde havia boa circulação de pessoas), porque era na rua do comércio e pontos de ônibus, e porque assim as “pessoas de lá” (Pacaembu, Cruzeiro do Sul, Madre Cabrini) poderiam ver que as “pessoas daqui” (do Gonzaga) também trabalham, produzem, e que têm coisas a vender numa Feira de Bairro, e terem seu

trabalho reconhecido. Violeta, durante a reunião de produtoras que se organiza para montar as feiras quinzenais, diz: “Tentamos montar um ponto de comercialização na Madre Cabrini pras *peessoas daqui* poder vender e pras *peessoas de lá* verem outra cara daqui do bairro, que a gente não quer só coisa doada, a gente faz coisa e comercializa”.

Essa fala que contrapõe as pessoas daqui com as de lá foi dita por uma trabalhadora do Banco Nascente cuja casa fica localizada no Jardim Gonzaga. As demais trabalhadoras do Banco moram nos bairros do entorno (Pacaembu e Cruzeiro do Sul), que não tem a mesma cara (nem a mesma representação histórica) da favela. A heterogeneidade desse território que muitas vezes é apresentado como uno são sentidas nos discursos cotidianos das trabalhadoras, também um conjunto heterogêneo de mulheres, e no emprego dos pronomes possessivos que elas usam para se referir à comunidade (a minha ou a sua).

Essa mesma trabalhadora que se coloca como uma pessoa “daqui” me conta que na ocasião em que o Banco teve que sair às pressas do CRAS, edifício que abrigou o Banco Nascente nos seus primeiros anos de funcionamento, havia uma opção de lugar que poderia abrigá-lo, local que não foi aceito por todas as trabalhadoras na época, em sua interpretação porque algumas trabalhadoras não queriam que o Banco “descesse pra favela”. Assim foi o Banco instalar-se no Salão Comunitário da Igreja São José Operário, que fica no Pacaembu, uma esquina pra cima do Jardim Gonzaga.

No início de 2017 uma atividade do Banco Nascente em parceria com uma professora da UFSCar ligada à questão ambiental teve como fruto um abaixo assinado a ser entregue na Prefeitura Municipal, reivindicando o correto tratamento de lixo e revitalização do terreno vizinho ao Salão e que local de descarte irregular de lixo. No abaixo assinado, redigido pelas pessoas da universidade, a reivindicação é feita em nome de “moradores da região do Jardim Gonzaga”. Com o abaixo assinado em mãos e com a missão de recolher assinatura de pessoas que ali residem, as trabalhadoras do Banco deparam-se com o seguinte dilema: provavelmente deixariam de conseguir assinaturas da população que não mora propriamente no Gonzaga, mesmo que também fossem afetadas pelo problema do lixo e da degradação ambiental, pelo fato de que não queriam ser representadas

como um conjunto homogêneo de “moradores do Jardim Gonzaga”. Quem não mora no Gonzaga não quer ser confundido como tal.

Percebo nessas situações as tensões intrínsecas a uma comunidade que aparece no discurso da universidade e do poder público como sendo uma, mas que na prática é marcada por fronteiras visíveis (como as condições de moradia) e também invisíveis (como a renda das famílias, a presença do tráfico de drogas, a representação histórica e simbólica - permeada de estigmas- da favela). Faz-se importante reconhecer a complexidade e a singularidade das relações sociais circunscritas a esse determinado contexto e território, abandonando a ideia dicotômica de que a cidade que se divide entre a periferia e o centro:

A referência a essa cidade dicotomizada é recorrente em parte significativa das políticas sociais e das intervenções urbanas levadas a cabo nos últimos tempos, para as quais as favelas e periferias – alcunhadas “aglomerados subnormais” – permanecem sendo homogêneas, perigosas, desordenadas, ilegais e marcadas pela “ausência” e pela “carência”. (ROSA, 2009, p.11).

Apesar das diferentes representações e sensações de pertencimento que as trabalhadoras do Banco Nascente deixam transparecer nas conversas do dia-a-dia, em situações onde elas apresentam e representam o Banco fora da comunidade, elas também mobilizam essa concepção de território como sendo homogêneo. Inclusive nos materiais de divulgação do Banco Nascente, como folders, flyers, site e camiseta, normalmente é feita a referência apenas ao Jardim Gonzaga.

Quando as atividades do Banco são feitas no território essas diferenças são sempre marcadas, e vejo como isso influencia os modos de funcionamento do Banco e sua relação com a “população-alvo” de suas atividades. Um bom exemplo disso é a escolha das praças onde as atividades desenvolvidas pelo Banco acontecem. As Feiras organizadas sobem à rua com comércio (no bairro Madre Cabrini), mas as atividades para a comunidade (de cunho mais cultural e político) acontecem normalmente na praça central do Gonzaga, a Praça Maranhão. Na frente da praça fica também a ECO, que engloba uma Unidade de Saúde para a Família (USF Gonzaga), um centro comunitário e uma quadra de esportes. Quando chove os eventos do Banco acontecem lá.

2.2 As múltiplas ações que incidem no território e como o Banco Nascente é construído nessa trama

Após a caracterização da região de atuação do Banco Comunitário Nascente, desde a ocupação dessa área da cidade até as fronteiras visíveis e invisíveis que atravessam a vida de seus(suas) moradores(as), nos atentaremos agora à trama de múltiplas ações que incidem nesse território, e em como o Banco Nascente é construído: como isso afeta o empreendimento em seus modos de funcionamento, a legitimidade que se tem com a comunidade, o alcance de suas atividades e suas possibilidades de sustentabilidade, e também como afeta a vida das mulheres que nele trabalham.

A primeiro momento, fica nítida a intervenção direta da universidade nesse território na figura do NuMI-EcoSol, que conta com financiamento público (seja do Ministério da Educação, da SENAES, ou de agências de financiamento de pesquisa) que garante a contratação de pessoal e dos subsídios necessários para implementação de um projeto de desenvolvimento territorial por meio da economia solidária a partir da incubação do Banco Nascente e de outras iniciativas solidária.

Será apresentada de forma breve a tentativa de reativação da Associação de Moradores que está imbricada nos esforços de implementação de um Banco Comunitário no território, as formas de relação e intervenção da assistência social, pensando na relevante articulação que é feita com o Banco Nascente desde sua instalação nas dependências do CRAS à forma que a comunidade recebe essa proximidade. Além disso, serão apresentadas questões relacionadas ao tráfico de drogas na região, a forte influência da Igreja Católica nas ações comunitárias.

Buscamos com essas breves inflexões pintar um retrato sobre as múltiplas entidades – internas e externas ao bairro – presentes na região de atuação do Banco e como suas trabalhadoras se movimentam fazendo a constante mediação entre elas. Esse cenário é o campo de conflito onde as mulheres trabalhadoras do Banco se fazem e refazem, ora como moradoras do território, ora como militantes da Igreja Católica, ora como Agentes de Desenvolvimento Local.

2.2.1 O papel e a presença do NuMI no Banco Nascente

Na cidade de São Carlos-SP, a presença de iniciativas de economia solidária remonta a criação, no final da década de 1990, de cooperativas de trabalhadores e trabalhadoras moradores(as) de bairros periféricos da região do Jardim Gonzaga, fomentadas por projetos de extensão da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O “Jardim Gonzaga e bairros do entorno”, assim delimitado e definido pela universidade, passa a ser “território-alvo” das ações de extensão da universidade, sendo na época identificado por uma pesquisa do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos como mais expressivo “bolsão de pobreza” do município⁹. No ano de 1998, núcleos de extensão da UFSCar iniciam atividades de sensibilização junto à população desses bairros. Esse movimento cria condições para a inauguração da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da UFSCar (INCOOP, que, em 2012, decorrente do processo de institucionalização dentro do quadro da universidade, virá a ser o Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária, ou NuMI-EcoSol). Esse movimento também resulta, no mesmo ano, na criação do primeiro empreendimento de economia solidária que se tem registro em São Carlos: a Cooperativa de Limpeza Jardim Gonzaga Organização (COOPERLIMP).

Ao longo dos anos 2000 é inserida na política pública municipal o fomento à economia solidária, com projetos e programas de incentivo à criação e consolidação de empreendimentos econômicos solidários, e com a criação, em 2004, do Departamento Municipal de Apoio à Economia Solidária, hoje vinculado à Secretaria Municipal do Trabalho, Emprego e Renda (DAES/SMTER).

⁹ Em 1994, o estudo “Condições de vida e pobreza em São Carlos: uma abordagem multidisciplinar”, realizado pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, indica o Jardim Gonzaga como uma das regiões da cidade com o maior índice de vulnerabilidade social, considerando as variáveis de renda, inserção no mercado de trabalho, moradia, escolaridade e saúde.

Em 2008 a INCOOP começa a receber financiamento por parte do Programa de Pesquisa em Políticas Públicas da FAPESP¹⁰, a partir do projeto *“Proposição de diretrizes para políticas públicas de economia solidária como condição para desenvolvimento de território urbano: caso Jardins Gonzaga e Monte Carlo - São Carlos - SP”*. Este projeto garante recursos financeiros para a formação de uma equipe de assessoria técnica formado por docentes e discentes da universidade e coordenadores(as) técnicos(as) de nível superior. Mais tarde, outras fontes de financiamento viriam a garantir a estrutura e equipes responsáveis por estimular a consolidação da economia solidária como uma forma de promoção do desenvolvimento territorial local dessa região da cidade, como os advindos do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC) e também do Programa de Extensão Universitária desenvolvido pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (PROEXT/MEC). Vemos como a atuação da incubadora universitária é determinante para a criação do Banco Nascente, que surge da proposta feita pela incubadora de implementação de iniciativas financeiras solidárias na região:

No bojo da execução deste projeto de desenvolvimento territorial por meio da Economia Solidária, houve o entendimento, por parte da equipe INCOOP/UFSCAR responsável pelo planejamento e desenvolvimento de suas atividades, da necessidade de criação, nos bairros em que ocorria sua atuação, de iniciativas financeiras solidárias que pudessem criar e operar mecanismos de integração entre produtores, prestadores de serviços e consumidores locais, de modo a garantir simultaneamente a circulação dos bens e serviços internamente oferecidos e a satisfação das necessidades de consumo dos moradores daquela localidade. (TAFURI, 2014b, p.198).

Durante os anos de 2011 a 2013, a INCOOP/NuMI estabelece uma parceria com o Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL/USP), no âmbito do projeto *“Apoio às finanças solidárias com base na organização de bancos comunitários”* firmado entre o NESOL e a SENAES. O estabelecimento dessa parceria possibilitou a realização de atividades de formação técnica para moradores e moradoras da região do Jardim Gonzaga e bairros do entorno sensibilizados(as) e mobilizados(as) para a economia solidária; a contratação de agentes de crédito; e a elaboração do design a impressão da moeda social.

¹⁰ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Em 2012, acontece no Centro da Juventude Elaine Viviani, localizado no bairro Monte Carlo, um curso de economia solidária, finanças solidárias e bancos comunitários de desenvolvimento. Nessa ocasião, e com presença e participação ativa de moradores e moradoras do bairro interessados(as) no projeto de consolidação de um banco comunitário na região; foi definido o nome da moeda social *VIDA*¹¹. Além disso, foi definido a abrangência de atuação do Banco, delimitada aos bairros Jardim Gonzaga, Monte Carlo, Vila Conceição, Madre Cabrini, Cruzeiro do Sul e Pacaembu (TAFURI; POMPERMAIER; FREITAS, 2016).

A história de criação do Banco Nascente, desde o estudo de viabilidade econômica à escolha do nome do empreendimento e da moeda social, aqui se confunde com a história de atuação INCOOP/NuMI na região, e isso não acontece por acaso. Vemos como as primeiras iniciativas de economia solidária em São Carlos surgem das atividades de extensão da universidade. Ao apresentar a história do Banco Nascente na região do Jardim Gonzaga, interessou ressaltar o fato de que, apesar de contar com a participação ativa de algumas pessoas ligadas à COOPERLIMP e que estiveram presente nos esforços de implementação do Banco Nascente, esse movimento aconteceu sem que houvesse a organização política endógena prévia da comunidade. As consequências disso procuro debater ao longo desta pesquisa. Agora, mostrou-se interessante ressaltar brevemente o histórico da economia solidária nessa região da cidade, que se constitui como a dimensão histórica e localizada da pesquisa.

Se o discurso da universidade, nos trechos que citei acima, apresentam o encadeamento de atividades de extensão, pesquisa e financiamento que deram condições à implementação do Banco Nascente na região, outra história me é contada por Violeta, uma das trabalhadoras do Banco que fazia parte da primeira cooperativa organizada do bairro e acompanhou todo o processo de implementação

¹¹ Texto de divulgação retirado do blog do Banco Nascente, em postagem feita no dia 26 de janeiro de 2012: “Começamos o ano com um curso, realizado pelo NESOL sobre Economia Solidária, Bancos comunitários e a programação de algumas decisões para a continuidade do processo de inauguração do Banco Nascente, ratificando este nome e votando o nome da nossa moeda social: VIDA! Como os bairros fazem divisa com um paredão onde existem 6 nascentes – que foi de onde veio o nome do Banco – a nossa moeda social procurou representar a água e a vida que estas nascentes trazem para a região e para a cidade de São Carlos, desaguando no Rio Monjolinho que corre a cidade toda. Serão muitas “vidas” circulando para melhorar a vida das pessoas dos bairros onde o Banco vai atuar!” Retirado de <https://banconascente.wordpress.com/>; acesso em 13 de julho de 2017.

do Banco Comunitário. Ela me diz que um problema corrente entre membros da COOPERLIMP era o endividamento com agiotas locais. Assim, o discurso dela quando resgata a história do Banco Nascente começa identificando uma demanda local que tornava a ideia de implementação de um empreendimento de finanças solidárias na região plausível¹².

Percebem-se os inúmeros movimentos que possibilitaram a inauguração deste empreendimento econômico solidário: as políticas públicas nacionais de fomento aos BCDs como ferramenta de desenvolvimento territorial; as formas de financiamento das atividades de extensão da universidade; o plano traçado pela incubadora de implementação de iniciativas financeiras solidárias como forma de transformação da realidade de pobreza de moradores(as) da região; e a demanda local por incentivo à produção e ao consumo, vinda de uma população que não tem total acesso ao sistema bancário convencional.

Uma vez centralizadas as atividades do NuMI nesse território, elas passam a se dividir dentro da estrutura da incubadora a partir de diferentes “linhas de ação”, sendo que uma delas é responsável pelo acompanhamento cotidiano do Banco Nascente, enquanto outras são responsáveis pelo desenvolvimento de outros projetos nesse território ou na universidade. Por conta do Banco ser um empreendimento já bem consolidado na região, ele acaba sendo a porta de entrada de muitas das equipes e projetos do NuMI que tem esse território e sua população como “alvo”. Esse fato é sentido negativamente pelas trabalhadoras do Banco Nascente, que muitas vezes reclamaram da quantidade de reuniões e de demandas que chegam da universidade para elas, e que as impede de desenvolver as atividades que elas mesmas gostariam de planejar e executar no território.

Caracteriza as equipes formadas no NuMI a grande rotatividade de seus membros, pelo fato de estarem ligadas a projetos com duração determinada, sendo majoritariamente compostas por estudantes que permanecem apenas durante o tempo necessário para a conclusão de estudos de graduação ou pós-graduação na universidade. Essa questão me foi apresentada ainda antes do meu primeiro contato

¹² Essa é mais uma das situações em que nota-se a diferença entre os discursos das trabalhadoras e da universidade, visto que essa relação com agiotas não aparece nos trabalhos acadêmicos publicados sobre o Banco Nascente. Essa questão das diferenças dos discursos também será desenvolvida ao longo do texto.

com as trabalhadoras do Banco Nascente, em 2013, que só se concretizou depois de um período de atuação apenas nas atividades que aconteciam dentro da universidade, garantindo assim o estabelecimento de alguma relação de confiança e proximidade antes que eu viesse a participar de atividades e reuniões internas do empreendimento.

A percepção por parte das trabalhadoras de que essa rotatividade de pessoas do NuMI afeta de maneira negativa as atividades do Banco Nascente me foi relatada em diferentes momentos, com a reclamação de que sempre há pessoas novas circulando por espaços e decisões do empreendimento, e que isso faz necessário com que os mesmos assuntos sejam debatidos recorrentemente, ou que sejam lembradas constantemente as situações e atividades que já foram desenvolvidas no Banco.

Na prática, percebe-se como a atuação do NuMI no Banco Nascente remonta o próprio planejamento e execução do estudo de viabilidade que foi feito antes de que o Banco fosse implementado. Neste processo, a atuação do NuMI foi determinante para o estabelecimento de parcerias vitais a inauguração e funcionamento do empreendimento, como articulação com o NESOL/USP que possibilitou a impressão e implementação da moeda social VIDA, ou articulação com a prefeitura municipal que garantiu o uso do espaço do CRAS pelo nos primeiros anos de funcionamento do Banco.

Além disso, listo abaixo a atuação das equipes do NuMI no dia a dia do empreendimento:

- Desenvolvimento e adaptação das ferramentas de gestão do Banco Nascente, que incluem as planilhas de controle geral, planilhas de controle de crédito, a gestão e entrada de saída da moeda VIDA, o controle das moedas em circulação, e a organização dos arquivos do computador do empreendimento;
- Organização financeira dos recursos do Banco, com participação ativa no planejamento e da alocação dos recursos na divisão dos fundos e carteiras de crédito do Banco, e na criação de estratégias de armazenamento desse dinheiro;

- Criação e alimentação das redes sociais usadas como forma de comunicação do Banco, com destaque ao site do empreendimento e sua página no facebook;
- Promoção de atividades de formação em economia solidária, finanças solidárias, e também de formações específicas como educação etnomatemática para as trabalhadoras do Banco de forma específica, e para moradores(as) da região de forma geral;
- Envolvimento ativo na formalização da AMADESOL, compondo inclusive todos os quadros de coordenação que a Associação já teve;
- Garantindo a remuneração das trabalhadoras do Banco no exercício profissional de Agentes de desenvolvimento local via projetos de extensão que financiam as atividades do NuMI, ainda que às vezes isso aconteça de maneira informal ou instável;
- Compra ou empréstimo de equipamentos usados pelo Banco Nascente como armários, mesas, cadeiras, notebook, barracas, além de garantir alguma parcela do material de papelaria usado no dia a dia do empreendimento;
- Presença de pessoas da equipe do NuMI nas reuniões semanais no empreendimento, nas reuniões de análise de crédito e em encontros do Conselho Gestor.

2.2.2 A articulação política local e as diferentes formas de intervenção estatal

Apesar do relato sobre a procura de uma liderança local pelos núcleos de extensão da Universidade, no final da década de 1990, como uma das condições apontadas como motivo para a implementação de atividades de incubação à iniciativas econômico-solidárias no território (TAFURI, 2014b), a Associação de Moradores deixou de existir no bairro ainda antes que o projeto do NuMI de Desenvolvimento Territorial delimitasse essa a sua região de atuação. Um diagnóstico socioeconômico realizado em 2002 pela pesquisadora Maria Inês Mancuso já apontava a fragilidade dessa Associação, que não tinha sido até então composta por “lideranças fortes que tivessem a capacidade de organizar a

população” (MANCUSO, 2002 apud TAFURI, 2014a). As conversas cotidianas com as trabalhadoras do Banco, no entanto, carregam um relato de tentativa de reativação da Associação em período concomitante ao estudo de viabilidade de implantação de um Banco Comunitário naquela região¹³.

Em 2011, uma pequena mobilização de moradores(as) surge da precariedade de trabalho na Unidade de Saúde da Família (USF) do Jardim Gonzaga, que fica ao lado da Estação Comunitária, localizadas na Avenida Maranhão, principal avenida do bairro Jardim Gonzaga. A partir dessa mobilização, que de início parte das trabalhadoras da USF, são organizadas duas assembleias de moradores(as) do bairro para que fossem levantadas reivindicações a serem levadas à Prefeitura Municipal. Nesse contexto, moradoras do bairro que participaram ativamente da organização e condução dessas assembleias montam uma chapa com o intuito de retomar a Associação de Moradores local. As próprias moradoras criam a diretriz de que chapa seria constituída apenas por mulheres. É montada uma chapa de oposição, com a liderança de um homem que não se contentou em não poder fazer parte dessa articulação. Sem demora, há a desarticulação da chapa das mulheres por parte da Prefeitura, que contata lideranças locais e consegue influenciar a composição da chapa, destituindo a mulher inicialmente indicada e alçando à presidência da chapa um homem, que meses depois seria contratado pela prefeitura com um cargo comissionado. Em uma assembleia com 115 moradores(as) do bairro, a chapa das mulheres é eleita. Esse processo é seguido pela intervenção do vice-prefeito da época, usando de sua autoridade política para questionar os resultados da eleição. A chapa que perdeu se negou a reconhecer a validade da eleição e ameaçou entrar com ação legal caso o processo de legalização da Associação seguisse adiante. A chapa vencedora se negou a participar de nova eleição, já tendo concorrido e ganhado a primeira. A Associação de Moradores nunca chegou a ser reativada. (TAFURI, 2014a)

Apesar dessa situação ter ocorrido ainda antes da minha chegada no Banco em 2013, ela ainda reverberava na memória e nas falas das trabalhadoras, uma vez

¹³ Essa situação foi também registrada por Diogo Marques Tafuri (2014a), que na época fazia parte da equipe do NuMI responsável pelo projeto de desenvolvimento territorial a partir da economia solidária no território em questão.

que a mulher que ocuparia o cargo de presidência da chapa e que foi destituída era na época uma das Agentes de Desenvolvimento Local, que atuou no dia a dia do Banco durante seu primeiro ano de funcionamento. Essa situação é um retrato das condições de organização coletiva do bairro, que foram historicamente mediadas pela ação do Estado, indiretamente na figura do NuMI, mas também diretamente, como no caso da intervenção à composição e eleição da chapa que reativaria a Associação de Moradores.

A relação do poder público com a organização política local tem esse caráter duplo: por um lado, é o Banco Nascente atendido por projetos de financiamento público que viabilizam a atuação de uma equipe vinculada a uma universidade federal, que não deixa de ser um braço do Estado presente no bairro, atuando no fomento à mobilização e organização comunitárias. Por outro, é marcado por experiências como a da tentativa de reativação da Associação de Moradores, que faz com que moradores e moradoras locais e as próprias trabalhadoras do Banco mantenham uma posição de distância da prefeitura municipal e de figuras políticas locais.

No primeiro semestre de 2016, quando já se instalava na cidade movimentação por conta da eleição para prefeitura e para a câmara municipal, aconteceu na Praça Maranhão mais um Encontro da Comunidade, organizado pelo Banco Comunitário Nascente, a Horta Comunitária do Centro da Juventude (outra iniciativa que existe no bairro e é incubada pela universidade), e o NuMI-EcoSol. Nesse dia, Margarida faz uma fala no microfone que teve como objetivo estimular a articulação política de moradores(as) da comunidade em torno das atividades do Banco:

Nós somos do Banco Comunitário Nascente, e essa ação está sendo promovida pelo Banco Comunitário Nascente, a Horta Comunitária também e o NuMI-EcoSol da UFSCar *[ela referia-se ao evento com atividades, música ao vivo e festival de prêmios que levava o nome de Encontro da Comunidade]*. **Vocês tão vendo que tem muitas pessoas diferentes aqui, essas pessoas são do NuMI da UFSCar.** É que a gente quer conversar com vocês. A gente quer saber o que vocês pensam, o que vocês querem pro bairro de vocês. Eu quero deixar bem claro aqui pra vocês: **nós não somos de nenhum candidato, nós não pertencemos e nem temos vínculo com nenhum candidato, esse é um trabalho para a comunidade.** A gente está se reunindo porque a gente quer ideias. O que que queremos para o nosso bairro? O que a gente quer que melhore? O que que tá ruim? O que que tá errado? O que que eu quero de melhor para a minha família, para as minhas crianças? Pros meus filhos?

Quase cinco anos depois do ocorrido em torno da Associação de Moradores, em um contexto onde o quadro de trabalhadoras do Banco já é diferente do que acompanhava as mobilizações de 2011, essa dupla relação com o Estado ainda aparece de forma clara. Ao referir-se como “a gente”, em sua fala, ela alinha de um mesmo lado Banco Nascente e NuMI-EcoSol, aparentemente aliados aos interesses da população que ali vive. Essa configuração de atores locais e externos, entretanto, é colocada em oposição à presença de figuras políticas locais e a política partidária como um todo.

2.2.3 Assistência Social

Também como parte do poder público local, o serviço de assistência social atua de diversas formas nos bairros de atuação do Banco Nascente, sem que elas sejam no entanto voltadas à organização política de seus(suas) moradores(as). As atividades de assistência social na região irradiam do Centro Comunitário Maria Bernadete Rossi Ferrari, ou Centro de Referência em Assistência Social - CRAS Pacaembu, que abriga serviços de distribuição de cestas básicas e dos programas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família, cartão alimentação e auxílio moradia, disponibiliza acompanhamento a famílias em que algum membro sofre de transtorno comportamental, além de ofertar cursos de formação profissional, de inclusão digital e ginástica.

Durante os primeiros dois anos de funcionamento, o Banco Nascente ficava abrigado no prédio do CRAS. O uso desse espaço foi cedido pela prefeitura municipal ainda em 2012, quando inaugurado o Banco. Entrando nas dependências do CRAS, a porta do Banco era a última do corredor. Esse espaço não configurava exatamente uma sala, uma vez que foi construído provisoriamente com uma divisória de eucatex separando-o das dependências da assistência social. A divisória foi estrategicamente posicionada no final do prédio, deixando para o Banco Nascente uma parte de corredor que chamávamos de “sala de reuniões” - onde cabiam apertadas uma mesa redonda e seis cadeiras. Dois banheiros que um dia

foram de uso comum do prédio e que ficavam no final do corredor, agora só davam acesso ao Banco Nascente. Cada um desses banheiros tinha três cabines e pias, mas não se fazia uso pois estavam entupidos ou com vazamentos. A “sala de reuniões” do Banco não tinha janelas, o que fazia difícil as tardes de calor onde não havia vazão para o mau cheiro que vinha dos banheiros interditados. A porta do Banco Nascente dava para a área externa do prédio, o que garantia autonomia de abertura e fechamento independente do horário de funcionamento do CRAS, e havia ainda uma “antessala” que comportava apenas uma pequena mesa que servia de mesa de trabalho, arquivo e balcão de atendimento ao público.

A presença do Banco Nascente dentro das imediações do CRAS trazia abertura para algumas articulações e dificultava outras. O contato próximo às assistentes sociais facilitava o acesso e divulgação das atividades desenvolvidas no espaço (as aulas de ginástica, cursos de informática...) e também à algumas questões e demandas que chegavam da população à assistência social, como foi o caso da articulação para ações contra o uso indevido de drogas. Por outro lado, as instalações físicas e as articulações entre Banco Nascente e CRAS traziam preocupações quanto à relação do Banco com a comunidade. A imediata associação do Banco Nascente com o serviço de assistência social fazia, na percepção das trabalhadoras, com que ele fosse visto pela população como uma das atividades e programas desenvolvidos pelo poder público, o que, segundo elas, criava barreiras para que se efetivasse a apropriação do Banco Nascente como um projeto construído coletivamente por e para moradores(as) da comunidade.

Uma situação clara dessa relação emaranhada entre Banco Nascente e assistência social é quando chega ao Banco, em julho de 2013, a demanda de uma oficina de organização financeira doméstica direcionada a mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, e é colocada à disposição uma sala do prédio da assistência social para que o Banco pudesse facilitar a atividade (já que a “sala de reuniões” do Banco mal comportava as trabalhadoras do próprio Banco). O planejamento e execução da atividade ficaram à cargo das trabalhadoras do Banco Nascente, tendo as assistentes sociais feito apenas o convite para as mulheres do Bolsa Família.

A atividade que foi preparada pela equipe do Banco Nascente e do NuMI envolvia a conversa com as mulheres para que elas descrevessem como funcionavam as finanças em suas casas, dicas e estratégias de organização financeira, e também a apresentação da economia solidária, das finanças solidárias, e das ações do Banco na comunidade. Seriam combinados com as mulheres encontros periódicos, e pedido para que, no tempo de um mês, elas anotassem tudo o que suas famílias ganhavam e o que gastavam de dinheiro para que os encontros pudessem acontecer com base nas realidades delas, trabalhando os desafios e dificuldades de cada situação familiar específica. Poucas mulheres apareceram no dia da atividade, e as que vieram não se sentiram confortáveis em fazer o controle diário de gastos. Na avaliação da atividade, as trabalhadoras do Banco Nascente afirmaram que as mulheres beneficiárias do Bolsa Família tiveram medo de que as contas discriminadas na atividade não batassem com o declarado no CadÚnico e assim perdessem seus benefícios.

Vejo como há diferença das relações estabelecidas entre o Banco Nascente e a prefeitura municipal quando houve a mudança de gestão e o Partido dos Trabalhadores (PT) deixou o poder executivo. No período de governo petista (2001-2012), além da criação e consolidação a legislação municipal de economia solidária, a articulação para uso do prédio do CRAS foi feita sem grandes atritos, contando inclusive com a presença do prefeito da época na inauguração do Banco Nascente. A mudança de gestão para um governo municipal do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), é sentida no Banco tanto nos momentos de participação dos espaços do movimento de economia solidária no Fórum e no Conselho Municipal, como na própria manutenção do espaço que o abrigava.

A saída do Banco Nascente do prédio do CRAS aconteceu no ano de 2014. Chegando o fim do contrato de cessão de uso do espaço, dois anos depois da inauguração do Banco, foram feitas várias tentativas de agendamento de reunião com a equipe da assistência social. Quando essa reunião finalmente aconteceu, foi comunicado que o termo não seria renovado e o espaço teria que ser esvaziado no tempo de duas semanas. Essa notícia trouxe desespero ao Banco Nascente, que teve pouco tempo de articulação para garantir uma nova sede, crucial para existência e funcionamento de um Banco Comunitário.

Uma vez instalado no Salão Comunitário da Igreja São José Operário, o Banco experimentou várias mudanças nas formas de atuação e relação com a comunidade, algumas delas diretamente ligada à relação (inclusive física) do Banco com a assistência social. A primeira e mais expressiva delas é a diminuição dos índices de inadimplência dos empréstimos feitos à população. Se ainda no prédio do CRAS o Banco emprestara toda sua carteira de crédito experimentando baixo retorno do dinheiro, que o leva ao recesso das atividades de empréstimo de dinheiro; os tímidos empréstimos feitos depois de instalado no Salão demonstram melhores índices de retorno. A avaliação das trabalhadoras do Banco é que a imediata relação com o CRAS fazia com que as pessoas do bairro associassem o Banco a uma ação assistencialista da prefeitura: isso faria com que tomadores(as) de empréstimos não se sentissem em dívida com a comunidade (como era a visão das trabalhadoras do Banco), e sim com a prefeitura, e por conta do histórico de atuação do poder público na região, as pessoas não se sentiriam na obrigação de restituir a ele ao Banco o montante total do dinheiro emprestado.

A relação que o Banco estabelece com a assistência social é marcada por contradições, onde por um lado a equipe do Banco vê a assistência social como potencial parceira para viabilizar as atividades propostas pelo Banco, como na cessão de uso da sala do CRAS que abrigou o Banco em seus primeiros anos de funcionamento, na divulgação das atividades e serviços do Banco para usuários(as) dos serviços de assistência social e frequentadores(as) do prédio do CRAS. Por outro lado, essa aproximação é vista pela equipe do Banco como um dos entraves para a consolidação do empreendimento como um projeto coletivo comunitário, em que não se estabeleça entre a equipe do Banco e a comunidade relações assistencialistas, paternalistas ou filantrópicas. Nessa situação, ilustra-se a diferença nas taxas de inadimplência entre tomadores(as) de empréstimo no tempo em que o Banco esteve sediado no prédio do CRAS e depois que ele se instalou no Salão; e a dificuldade de estabelecimento de vínculos com as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Esse jogo das percepções da comunidade em relação à atividades assistencialistas e às atividades do Banco aparece em outras situações da minha inserção no campo. Isso é uma questão cara à equipe do Banco, uma vez que, no

discurso, esse projeto tem como razão de ser a potencialização das particularidades locais, o que significa que é esperado que a comunidade se envolva e construa coletivamente os caminhos de atuação do Banco enquanto uma entidade de fomento ao desenvolvimento local. Essa é uma visão, segundo as trabalhadoras do Banco, contrária à postura assistencialista, já que se espera que a comunidade se aproprie das atividades do Banco e se sinta responsável não apenas em manter ativa a rotatividade de seu fundo com o empréstimo do dinheiro, mas que se responsabilize também no envolvimento com as instâncias deliberativas do Banco e com as atividades de articulação local propostas por ele. Não é incomum essa dificuldade de aproximação com a população ser relacionada por elas à cultura assistencialista e de doação que marca historicamente as intervenções do poder público na região.

Essa questão aparece muitas vezes quando o assunto é a comercialização no território: um dos desafios de estabelecimento da Feira Compre no Bairro debatidos nas reuniões das trabalhadoras do Banco era mudar a mentalidade das pessoas para entenderem que aquele espaço não era destinado a doação de produtos e sim de venda. Nesse caso, a preocupação delas é em estabelecer o Banco como uma entidade que forneça condições (seja por meio dos empréstimos que incentivam a produção local, seja por meio da criação de espaços destinados à comercialização) para a geração de trabalho e renda para moradores(as) do bairro, e não como uma instituição de caridade ou de transferência de renda.

Essa situação fica clara na fala da Violeta que propõe a organização da feira de produtoras locais para mostrar “outra cara daqui do bairro, que a gente não quer só coisa doada, a gente faz coisa e comercializa”. Em outra situação, conversando com uma produtora que participou durante anos dessa feira de bairro, ela conta que inicialmente a feira acontecia na Praça Maranhão, mas que a opção por subir à rua do comércio aconteceu também por que na praça constantemente crianças vinham pedir suas verduras e legumes, os quais ela dava “por dó”, chegando a ficar sem produtos para vender. Ela me conta essa situação dizendo que “no Gonzaga sempre foi assim, o povo não quer comprar nada, só quer coisa dada”. Novamente vemos como essa cultura assistencialista é usada para marcar a diferenciação entre as pessoas da favela e demais moradores(as) dos “bairros do entorno”.

Do ponto de vista das trabalhadoras do Banco Nascente, um de seus maiores desafios é conquistar a legitimidade da população, revertendo essa lógica da doação e fazendo com que as pessoas se responsabilizem pelo Banco, criando nelas uma sensação de pertencimento. Esse é um assunto frequentemente discutido em reunião, e que pauta a escolha de atividades planejadas e executadas e forma de diálogo com a população.

2.2.4 A Igreja Católica

Com a saída repentina do prédio do CRAS, rapidamente foi articulada a mudança do Banco Nascente para o Salão Comunitário São José Operário, dependência da Paróquia de São Francisco de Assis, com a qual as trabalhadoras do Banco daquela época tinham proximidade religiosa. Historicamente, a atuação dessa Paróquia é marcada pelas atividades desenvolvidas pela Pastoral da Criança na comunidade, que acontecem desde 1989. Também é importante para a dinâmica local o próprio Salão São José Operário, que abriga o bazar da Igreja, uma cozinha, banheiros, estoque de alguns materiais, uma sala de computadores da FESC¹⁴, carteiras, mesas e cadeiras de plástico, e era onde aconteciam (e ainda acontecem) os encontros de pesagem da Pastoral da Criança, cuja equipe era e ainda é composta por outras mulheres da comunidade e também pelas trabalhadoras do Banco Nascente.

Esse salão era usado esporadicamente pelo Banco Nascente para reuniões e atividades que o espaço do CRAS não comportava. Com a mudança definitiva do Banco Nascente pra lá, foi separado o ambiente principal com divisórias de eucatex para que a mobília e equipamentos do Banco Nascente pudessem ficar guardados em segurança, sem comprometer o uso do resto do espaço para as demais atividades que aconteciam no salão. O espaço do Banco construído com divisórias,

¹⁴ O Programa de Inclusão Digital, da Fundação Educacional São Carlos, tem o objetivo de promover a inclusão digital da população são-carlense, dentre outras ações, através da instalação de telecentros com priorização para localidades com baixos indicadores sociais, utilizando os espaços públicos existentes e projetados (escolas, bibliotecas, centros comunitários, loteamentos sociais, etc). Retirado de www.fesc.com.br. Acesso em 03 de setembro de 2017.

apesar de provisório e de não comportar a organização desejada pelas trabalhadoras, proporcionou melhor ambiente de trabalho, estando agora o Banco instalado em ambiente amplo, espaçoso e arejado, com grandes janelas e portas que permitem a entrada de ar e luminosidade. A salinha do Banco no salão abriga materiais de divulgação, documentos, materiais de papelaria, computadores e outros equipamentos eletrônicos, e há uma mesa grande de reuniões que fica no centro do Salão é usada para as atividades desenvolvidas pelas trabalhadoras. Como parte da negociação com a Igreja para uso desse espaço, ficou o Banco Nascente - na figura das trabalhadoras que participam ativamente das atividades e organizações religiosas da paróquia - responsável pela abertura do prédio nos dias de curso da sala de computadores da FESC, pela limpeza e manutenção do prédio, e por desenvolver atividades no espaço que seriam abertas, gratuitas, e de interesse da comunidade.

Essa articulação com a Igreja foi registrada formalmente em 2017, ocasião em que o Banco solicitou à direção da Paróquia um termo formal de cessão de uso do espaço para que pudesse ser modificado o estatuto da Associação Minas D'Água para o Desenvolvimento Solidário, a AMADESOL, figura jurídica do Banco Nascente. Para tal, foram feitas várias conversas com a Igreja, e o processo ficou estagnado com a saída do antigo e chegada de um novo padre na paróquia. Nos primeiros meses de 2017, o novo padre foi convidado para uma reunião no salão, em que foi apresentado a economia solidária, o Banco Nascente, a contrapartida de manutenção e abertura do Salão para as atividades da Igreja, e a necessidade de formalização do acordo em um documento reconhecido em cartório. A reunião com o padre na sede do Banco certamente foi um evento que teve destaque no dia-a-dia do Banco Nascente. As agentes de desenvolvimento local que trabalhavam no Banco Nascente nessa ocasião tinham proximidade com assuntos religiosos, algumas mais outras menos, mas todas participam de alguma instância da Igreja Católica como a Pastoral da Criança, o Encontro de Casais com Cristo, a Comissão Pastoral Paroquial ou a Campanha da Fraternidade. Em suas falas, o padre aparece sempre como uma figura a quem se deve extremo respeito e atenção. A reunião com o padre não foi uma como outra qualquer. Ela foi ensaiada com ansiedade e entusiasmo, e também foi feita faxina no dia anterior.

A proximidade do Banco Nascente com a Igreja Católica vem de antes da inauguração do Banco, quando a parceria com bingo da Paróquia Madre Cabrini possibilitou que a equipe do Banco Nascente angariasse o fundo que disponibiliza como linhas de crédito. A Igreja Madre Cabrini desenvolve um projeto com jovens na região, o Projeto Madre Cabrini, desde 1987.

Todas as mulheres que trabalharam no Banco Nascente tiveram proximidade com a Igreja Católica, umas mais que outras, sendo a equipe de quatro agentes de desenvolvimento local que têm atuado desde maio de 2016 bastante próximas das atividades paroquiais, sendo esse inclusive um dos motivos elencados por algumas delas como interesse às atividades da economia solidária. Frequentemente, principalmente quando o assunto é a falta e precariedade da remuneração de seus salários, elas evocam o “espírito voluntário” que as faz continuar envolvidas com o Banco, fazendo alusão à fé católica e à outras atividades paroquiais que desenvolvem.

No primeiro semestre de 2016, em um Encontro da Comunidade organizado pelo Banco Nascente na Praça Maranhão, Margarida falou no microfone sobre intuito do evento, que era reunir as pessoas que moravam na comunidade para que pudessem pensar em formas de melhorar a vida no bairro. Depois de sua fala, ela foi procurada por um pastor, cuja Igreja fica na frente da praça. Ela convidou a equipe para divulgar o Banco Nascente em um culto na sua Igreja. Essa situação foi bastante discutida em reunião interna no Banco, pois as trabalhadoras nunca tinham recebido um convite dessa natureza. Depois de muitas considerações sobre quem eram as pessoas que compunham essa comunidade, Margarida decidiu aceitar o convite, com a ressalva de que o pastor não tentasse a converter (e ela disse que faria o mesmo), porque afinal cada um tinha sua crença, “mas um só Deus e a nossa a comunidade são os mesmos”.

A abertura da divulgação do Banco para outras comunidades religiosas passou a aparecer nos diálogos depois do convite do pastor. As trabalhadoras começaram a divulgar as Feiras Compre no Bairro durante as missas que frequentam, e sempre incentivam as mulheres produtoras que frequentam outras igrejas divulgassem, “independente da fé”. O discurso da tolerância religiosa foi

introduzido por elas quando novas pessoas começaram a frequentar os espaços do Banco, que antes eram só ocupados por pessoas ligadas à Igreja Católica.

A religião é um assunto que permeia muitas discussões dentro do Banco Nascente, seja por conta de questões morais e de comportamento (como quando são compartilhadas questões relativas aos casamentos das trabalhadoras do Banco, à sexualidade, ao crime, às drogas, ou ao “espírito voluntário” que move o trabalho que elas desenvolvem no empreendimento), seja com experiências prévias que as trabalhadoras compartilham de mobilização comunitária. Muitas vezes é citada uma passagem da bíblia para ilustrar as discussões que temos no Banco ou o encaminhamento das ações decididas coletivamente.

Na época das eleições para a prefeitura municipal, em 2016, as trabalhadoras do Banco Nascente se envolveram em diferentes espaços de discussão política, como a articulação com vereadores que tinham interesse em conhecer o bairro; com o movimento de economia solidária que organizou encontros para a formulação de cartas-compromisso a serem assinadas pelos candidatos à prefeitura; e também em debate com os candidatos organizados pela Igreja Católica. Nessa ocasião, elas me falavam sobre as diferentes formas de se fazer política e a importância das eleições. Elas me contaram que houve uma época em que a Igreja e a Política não se envolviam muito, mas como as coisas estavam “complicadas” na política do nosso país a Igreja “teve que entrar no meio”. Elas compartilharam comigo uma cartilha “O cristão e a política”, da CNBB¹⁵, e afirmando a importância dessa iniciativa, disseram-me: “Dê a Deus o que é de Deus e à César o que é de César”.

2.2.5 TEIA e o Projeto Água Quente

A TEIA - Casa de criação é uma associação da sociedade civil sem fins lucrativos que atua desde 2002 na cidade de São Carlos com o desenvolvendo e prestação de assessoria a projetos e pesquisas nas áreas urbana e ambiental, cultura e comunicação, arquitetura, tecnologia e construção, visando à valorização

¹⁵ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

da cultura, à igualdade social, à busca de melhor qualidade de vida e do espaço habitado (TEIA, 2009).

No ano de 2003, a TEIA - Casa de criação foi contemplada por um edital do Programa Petrobrás Ambiental que tinha como tema “Água: corpos d’água doce e mar, incluindo a biodiversidade marinha”. Assim, tem-se início na região da bacia do Córrego do Rio Quente, onde localiza-se o Buracão, uma série de atividades formativas, de mobilização social e de recuperação ambiental com o objetivo de “enfrentar o contraste de uma área com grande potencial paisagístico e comunitário e, ao mesmo tempo, com elevados impactos socioambientais” (TEIA, 2009, p.03).

Esse projeto, que contou com o financiamento da Petrobrás e a articulação com outras ONGs da cidade e com núcleos universitários, desenvolveu na região ações de educação ambiental (realização de cursos, oficinas e palestras, produção de materiais educativos); de mobilização comunitária (encontros e fóruns para fortalecimento de grupos comunitários, revitalização de espaços verdes); e atividades ligadas à gestão dos recursos naturais (elaboração de diagnósticos e mapas ambientais, realização de plantios agroflorestais, oficinas de mudas). Durante os anos de 2005 a 2009, ele foi desenvolvido, na região, a partir da formação e contratação de Agentes Comunitários, pessoas pertencentes a grupos com atuação no próprio bairro, que tinham como objetivo sensibilizar e formar a população local para questões sociais e ambientais. Violeta e Rosa, Agentes de desenvolvimento local do Banco Nascente, faziam parte do quadro de Agentes Ambientais formado no âmbito desse projeto, marcando em suas trajetórias o envolvimento com em atividades de articulação e mobilização comunitária.

2.2.6 A Universidade: compromisso social e a inserção no Jardim Gonzaga

Particularmente no caso da Universidade Federal de São Carlos, o interesse pela região do Jardim Gonzaga parece estar intimamente ligado ao já citado estudo sobre condições de vida e pobreza que deram subsídio à escolha desse local como locus de atividades de extensão que culminaram, na virada dos anos 2000, na

criação da INCOOP. Ao longo do tempo, outras atividades da UFSCar vêm sendo desenvolvidas na região, e parecem estar ligadas à ideia do compromisso social da universidade perante à comunidade, explícita nos Planos de Desenvolvimento Institucional da UFSCar, e também reafirmado no slogan da chapa que esteve à frente da reitoria da universidade durante os anos de 2012-2016: “excelência acadêmica com compromisso social”.

A presença da universidade no território se concentra, no caso Banco Nascente, na figura das equipes de incubação do NuMI que acompanham cotidianamente as atividades do empreendimento. Esse, no entanto, não é o único espaço onde há a intervenção da universidade no território. Essa questão aparece no dia a dia do Banco tanto na procura das trabalhadoras para serem parceiras em iniciativas de extensão universitárias interessadas em desenvolver atividades ligadas à economia solidária, à questões relacionadas ao território ou à qualidade de vida de sua população; como acontecem em outros espaços do bairro independente do escopo ou atuação do Banco.

Foram muitas as pessoas que, ao longo do tempo em que estive próxima ao Banco, procuraram o empreendimento com a intenção de fazer dele, de suas experiências ou, trabalhadoras objeto de pesquisa. A rotatividade de pessoas externas à dinâmica de funcionamento e ao posicionamento ideológico e político do Banco eram sentidos tanto na presença de pessoas estranhas acompanhando as reuniões internas, quanto com a divulgação de informações que não fossem fidedignas aos serviços e metodologias desenvolvidas no empreendimento. As trabalhadoras se queixavam, dizendo “a pessoa só vir aqui e ficar olhando a gente e depois ir embora, aprender o que a gente faz, só *xupinhar* e depois nunca mais aparecer, isso não tem vantagem nenhuma pra nós”. Como uma forma de evitar situações como essa, as trabalhadoras criaram uma diretriz de que só aceitariam a presença de pesquisadores(as) acompanhando suas atividades se esses(as) se envolvessem no planejamento e execução de tais atividades, na medida do possível, ou que apresentassem alguma forma de contrapartida que elas julgassem ser interessante ao Banco.

Uma situação que elas elencam como uma troca justa nesse sentido foi a parceria feita com uma professora que no primeiro semestre de 2017 ministrou uma

disciplina na universidade ligada à temática ambiental, e que acessou as trabalhadoras como uma forma de se aproximar da comunidade e de sua percepção da atual situação de degradação ambiental do Buracão. Foi organizado no âmbito dessa disciplina um abaixo assinado que coletou as assinaturas de moradores(as) locais, reivindicando do poder público municipal a devida manutenção da coleta de lixo e preservação ambiental. As trabalhadoras do Banco fizeram o contato das pessoas da universidade com a população do bairro onde moram, e ficaram satisfeitas com o encaminhamento prático que isso poderia ter nas suas realidades.

Outros projetos da universidade ligados à área da terapia ocupacional, esportes, empreendedorismo; tem as pessoas da comunidade como “público-alvo”. O diálogo com esses projetos é feito pela equipe de trabalhadoras do Banco Nascente quando se quer fazer o convite para alguma parceria, propor a organização coletiva de algum evento, ou solicitar a divulgação de alguma atividade ou serviço oferecido pelo Banco entre os moradores(as) mobilizados.

2.2.7 O tráfico de drogas

A bibliografia publicada sobre a relação do Primeiro Comando da Capital com o território do Jardim Gonzaga e com os bairros da região aponta o início dessa articulação na virada dos anos 2000 (SILVA, 2014). O mercado ilícito não é a única forma que marca a presença do PCC no bairro, mas não deixa de ser uma faceta importante de suas atividades.

Logo que eu cheguei no Banco, ainda no primeiro semestre de 2013, manchetes dos jornais locais denunciavam a presença do PCC nessa região e as complexas relações estabelecidas entre ele, a população, e o poder público. Naquela época, chamou a atenção do poder público local o velório de um homem, suposta liderança da articulação do PCC na cidade, no ginásio de esportes da ECO. O Ministério Público Estadual entrou com uma ação para investigação de onde surgiu a autorização para que o corpo fosse velado em tal prédio público, cuja

cogestão era feita por integrantes do poder público e moradores(as) locais¹⁶. O velório ocorreu, no entanto, com a participação e presença significativa da população moradora local. Essa situação deixou clara para mim a presença e do PCC como um ator influente na dinâmica do bairro.

Desde então, sua presença é sentida em vários espaços, seja em espaços de discussão internas às equipes do Banco, seja na circulação pelo bairro e ocupação das praças. Os *irmãos*¹⁷ que circulam pelas praças da região todos os dias e todas as noites, têm seus postos de trabalho marcados nas esquinas e normalmente conhecem a cara das pessoas que circulam pela região, mesmo não morando na região, como eu.

Em algumas situações, o envolvimento com a droga, tanto em situação de comércio ilícito quanto do uso abusivo das substâncias, é encarado pelas trabalhadoras do Banco Nascente como um entrave ao desenvolvimento do território. Em outras situações, a boa relação com os irmãos é importante para viabilizar as atividades propostas pelo Banco. A presença dos irmãos já era mencionada naquela situação de rearticulação da Associação de Moradores, em que eles acompanharam as assembleias e demonstraram apoio à chapa das mulheres que concorreu à diretoria da Associação (TAFURI, 2014a). Além disso, os irmãos são responsáveis pela organização de atividades festivas na comunidade, algumas que tem inclusive tradição histórica como é o caso da festa do dia das crianças.

Ainda que no Banco Nascente o assunto do tráfico seja tratado com muita cautela e poucas palavras, a percepção das trabalhadoras é de que no geral os irmãos têm boa receptividade das atividades comunitárias organizadas pelo Banco, se envolvendo espontaneamente tanto na organização do espaço da praça durante a montagem e desmontagem dos eventos, quanto no convite à população. Nesse sentido, o envolvimento deles permite o maior alcance das atividades do Banco e também significa o estabelecimento de boas relações com lideranças locais.

16

<http://www.saocarlosagora.com.br/cidade/noticia/2013/03/28/40137/mp-continua-apurando-velorio-de-suposto-trafficante-em-ginasio-de-sao-carlos/>. Acesso em 17 de agosto de 2017.

¹⁷ “Irmãos” são assim designados os integrantes do PCC, fato que encontro na literatura (BIONDI, 2009), e também nas falas cotidianas da população local e na forma como eles próprios se apresentam e se identificam.

O Jardim Gonzaga, território são-carlense historicamente marcado pela pobreza, também é campo de conflito onde podemos observar e refletir sobre essas questões. Chama a atenção a quantidade plural e - muitas vezes desarticuladas entre si - de ações que incidem nesse território e na vida de seus moradores e moradoras: sejam as políticas de assistência social, principalmente com programas de transferência condicionada de renda; seja na presença de ONGs e outros projetos de cunho não-governamental; seja a intervenção policial violenta cotidiana; e também com a presença de políticas de Economia Solidária financiadas pelo Estado e executadas por uma Universidade Federal.

Como já apresentado anteriormente, a cidadania “regulada” que permeia a vida política brasileira ganha esse adjetivo por não ter sido tratada de maneira universal, e sim produzindo grupos que passam a ser objeto de reconhecimento e proteção, ao mesmo tempo em que permanece excluída parte da população, quem não parece merecer o amparo público. Nesse sentido, podemos ver assistência e repressão como dimensões articuladas da intervenção do Estado até os dias de hoje (FELTRAN, 2011), em uma forma de organização das políticas sociais que se afastam daquela ideia de universalização embutida no debate sobre direitos e cidadania. No próximo capítulo serão melhor aprofundadas algumas dessas questões.

CAPÍTULO 3: BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DA POBREZA

A descrição do campo de conflito, e das relações antagônicas traçadas entre Igreja Católica, tráfico de drogas, polícia, mídia, poder público, universidade, organizações da sociedade civil, assistência social, me fizeram retornar à questão da gestão da pobreza e à forma como são construídas as políticas públicas sociais no Brasil - permeadas por diversas situações de gestão que se constituem como entraves para a construção de autonomia e da garantia de direitos e de cidadania, em especial das mulheres. Nesse cenário, as políticas de fomento às finanças solidárias carregam o discurso de se construírem como alternativa, potencialmente fortalecedoras da autonomia e soberania dos empreendimento e pessoas nele mobilizadas.

Procuraremos a seguir levantar algumas questões sobre as “novas políticas sociais” brasileiras trazendo a tensão entre a construção universal da cidadania e a inserção no mercado como uma forma de “superação” ou “combate” à pobreza. Voltar ao debate do acesso ou garantia de direitos, ressaltando sempre o lugar das mulheres, tem por objetivo compreender a lógica a partir da qual essas políticas são construídas. Contextualizando esse debate no qual emergem as políticas públicas de Economia Solidária, em especial as voltadas ao fomento das Finanças Solidárias e dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, poderemos procurar a especificidade dessas iniciativas e também a semelhança com outras que, como veremos, têm sido lidas na ótica do controle e gestão de seus beneficiários, em especial das mulheres.

Em seguida aproximaremos essas questões do contexto localizado do Banco Nascente, lembrando do território no qual ele está inserido, e dos conflitos e disputas que isso traz ao empreendimento. Falaremos então de três questões: a metodologia criada a partir do Banco Palmas que chega no território do Jardim Gonzaga e bairros do entorno como uma série de diretrizes que o Banco Nascente deve ser e cumprir, chamado aqui de “dever ser” de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, e como isso se concretiza na prática das atividades organizadas no Banco Nascente. Também será discutida a questão da inserção no mercado como uma forma de

superação da pobreza, a partir da organização das linhas de crédito do Banco Nascente, e também da situação de trabalho e remuneração das mulheres que dão vida ao empreendimento. Será apresentado o conceito de “trabalho precário” para tensionar a ideia do “bem viver” mobilizada nos discursos da economia solidária e dos Bancos Comunitários. Por fim, pensaremos em condições para a sustentabilidade do empreendimento - seja nas formas de financiamento público, seja na intervenção cotidiana da universidade na criação e funcionamento deste empreendimento.

3.1 Inserção no mercado como tratamento da questão social e as responsabilidades das mulheres

No contexto da abertura democrática, a história do Brasil foi marcada por intensos debates políticos proferidos por sujeitos que até então não eram vistos como cidadãos. A partir da forte mobilização social, reivindicações desses novos sujeitos foram transformadas em políticas públicas e em direitos sociais universais, alguns dos quais incorporados juridicamente na Constituição Federal de 1988 (SADER, 2001).

Os anos 1990, por outro lado, são marcados por políticas de restrições orçamentárias de cunho neoliberal. O impacto disso para as políticas públicas é a transformação em direção ao atendimento focalizado cuja aplicação de “públicos-alvo” constitui um dos meios de controle do gasto público. Essas políticas públicas têm como campo privilegiado nichos de extrema pobreza e de manifestações de violência permanentes. É no seio desse contexto, das chamadas “novas políticas sociais” brasileiras, que a Economia Solidária é incorporada como política pública de superação da pobreza pelo Governo Federal, no início dos anos 2000 (GEORGES; LEITE, 2012), carregando consigo o discurso de construir-se como uma alternativa às políticas sociais correntes da época.

Voltaremos um pouco no tempo para compreender o contexto do cenário nacional e internacional que são as condições sob as quais essas políticas foram

construídas. A partir da década de 1970, as ações do Banco Mundial¹⁸ passam a ser construídas no sentido de olhar para os pobres a partir de uma perspectiva de maximização de suas utilidades para o mercado. O próprio acesso ao crédito às pessoas pobres não é visto na chave da universalização do acesso aos direitos, mas sim a partir de uma visão que responsabiliza o pobre como ator ativo do desenvolvimento e como empreendedor de si para a superação da própria situação pobreza. Nesse contexto são incorporadas as ideias de “liberdade”, “capacidade” e “escolhas”, a partir da teoria de Amartya Sen, que dá ênfase a agência individual dos pobres (GEORGES; SANTOS, 2016).

Na virada dos anos 1990 para os anos 2000, como reflexo do debate no cenário internacional, o sistema de combate à pobreza no Brasil (e na América Latina) passa a adotar o vocabulário da “vulnerabilidade” e “risco social” como principal objeto de superação e correção para a população pobre. A retirada dos termos “desigualdade” e “pobreza” do debate pode ser entendida como o abandono de uma linguagem do conflito, retirando a questão política do debate em torno da pobreza, e impondo um novo referencial de “consenso” nas suas formas de tratamento, como uma questão situacional individual, despolitizante (GEORGES; SANTOS, 2016).

A construção de consensos no seio das políticas sociais latino americanas tem o efeito de matar o debate antes que ele possa ser iniciado (LAUTIER, 2010). Se pensamos na política como o momento de erupção de sujeitos ávidos por serem reconhecidos como tais na construção de um mundo comum, instaurar o consenso é também excluir a possibilidade dos debates litigiosos apresentados por esses sujeitos, que aqui procuramos chamando de “Política”.

Vemos como o modelo focalizado de intervenção do Estado não se concretiza como uma resposta universal à conquista e manutenção dos direitos. Veremos a seguir como essas políticas operam também conformando papéis de gênero no seio familiar, ao assumir que as desigualdades que merecem ser tratadas publicamente

¹⁸ O Banco Mundial, fundado no contexto pós Segunda Guerra Mundial, faz parte da política internacional de desenvolvimento econômico que marca a era das relações internacionais e do capitalismo organizado, junto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, e Organização Mundial da Saúde. Para mais sobre essa noção de desenvolvimento social em cenário internacional e nacional, ver Georges e Santos, 2016.

não envolvem os relacionamentos intrafamiliares, como as desigualdades ou violência de gênero.

Nas “novas políticas sociais” brasileiras, em especial nas de saúde e assistência social, a família passa a ter papel central dentro de uma nova forma de conceber e fazer a gestão da população pobre e administrar as desigualdades, baseadas naquelas noções de “vulnerabilidade”, “risco” e “proteção”. Autoras que se dedicam a analisar essas políticas têm mostrado como elas estão assentadas na mediação das mulheres pobres para o diálogo entre Estado e a população atendida (GEORGES; SANTOS, 2016).

As mulheres passam a ocupar um lugar central na manutenção da integração social das famílias economicamente frágeis, não pelo trabalho produtivo como se espera dos homens, mas como responsável pelas atividades da esfera reprodutiva. (GEORGES; SANTOS, 2016). A partir de uma propriedade biológica feminina, naturaliza-se e essencializa-se a inclinação das mulheres para o cuidado com membros da família, e toma-se esse trabalho de cuidados, reprodutivo, como uma atribuição natural da mulher que não é entendida propriamente como um trabalho¹⁹.

Quando a inserção no mercado é vista como uma estratégia de superação da pobreza, além de individualizar e despolitizar a questão não se concretizando como uma resposta universal à demanda da garantia e manutenção de direitos, também relega à invisibilidade esse trabalho de cuidados domésticos e familiares comumente realizado pelas mulheres. Ficam as mulheres, então, responsáveis pela reprodução e pelo bem viver da população, responsabilidade essa que aparece como estando no cerne do que se entende por ser mulher - e não como um trabalho exercido por elas e nem como uma questão pertinente a ser tratada na esfera pública. (GUERIN, 2005)

¹⁹ O conceito da divisão sexual do trabalho que apresenta essa divisão do trabalho “produtivo” e do trabalho “reprodutivo” vem sendo cunhado por feministas que tentam explicar a distribuição diferenciada e desigual de trabalho entre os gêneros nas esferas pública e privada. Dar visibilidade ao trabalho de cuidados doméstico e familiar historicamente realizado pelas mulheres vem também no sentido de propor uma nova abordagem ao conceito de “trabalho” e das construções do que se entende pela esfera econômica. Faz-se necessária a denúncia da necessidade indispensável desse tipo de trabalho para a reprodução da população e, conseqüentemente, para a sustentação do trabalho produtivo exercido fora de casa, e das formas de separação e hierarquização entre os diferentes tipos de trabalho. Para mais, ver Hirata e Kergoat (2007).

Isabelle Guérin, em *As mulheres e a economia solidária* (2005), mostra como o dever social feminino (com o trabalho de cuidados) e a dependência intrafamiliar das mulheres (como o acesso ao dinheiro, muitas vezes vinculado ao marido) são institucionalizados como direitos sociais das mulheres. Se por um lado alguns direitos são concedidos às mulheres a partir da maternidade, outros direitos são intermediados pelos maridos. Essas questões constituem-se como entraves para a conquista da autonomia das mulheres e para a emergência delas como sujeitos políticos.

Assim, reconhecer o caráter multidimensional da pobreza é falar não só sobre as situações econômica, social e política, mas falar também dessas desigualdades e violências intrafamiliares. Falar da pobreza a partir da chave dos direitos tem, aqui, a intenção de levar a abordagem para além de uma concepção jurídica-institucional dos direitos, mas propor uma ideia que antecede essa, que é a contagem de quais pessoas têm direito a ser ter direitos (ARENDR, 2002).

3.2 Finanças Solidárias como via alternativa?

Partindo desse debate que olha para as “novas políticas sociais” brasileira, procuramos contextualizar a economia solidária no campo de disputa das iniciativas de combate à pobreza. Olhando especificamente para as políticas públicas de Finanças Solidárias, veremos como elas nascem exatamente a partir do discurso de construção de uma alternativa às políticas de inclusão de pobres no mercado. Nos interessa aqui olhar mais atentamente ao contexto de surgimento e implantação dessas políticas, para posteriormente poder refletir sobre a forma concreta como elas são operacionalizadas tendo como campo de observação o Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente.

A Secretaria Nacional de Economia Solidária é inaugurada a partir de grande mobilização da sociedade civil no ano de 2003, quando a Economia Solidária se transforma em política pública no cenário nacional, e se soma às demais políticas de desenvolvimento econômico e combate à pobreza implantadas pelo Governo Federal. Começam a ser construídas as políticas de fomento e fortalecimento à

iniciativas solidárias de geração de trabalho e renda que com a proposta de reorganizar as relações produtivas a partir de outra lógica.

A agenda política do movimento social de Economia Solidária construída em plenárias e conferências dá destaque às Finanças Solidárias²⁰ no que diz respeito à construção de políticas públicas visando a criação e consolidação de um sistema alternativo de financiamento à iniciativas de economia solidária, como estratégia para incidir nas políticas de bancos públicos federais a partir da consideração de que “para a Economia Solidária o valor central é o direito das comunidades e nações à soberania de suas próprias finanças” (FBES, 2006). Tem-se então a reivindicação da construção de um modelo de financiamento que não seja pautado pela concentração de juros voltados ao lucro e sim pela abertura do acesso popular ao crédito, com o objetivo de “defender a soberania do povo sobre seu próprio mercado” e o “empoderamento financeiro das comunidades”. (FBES, 2006)

A reivindicação pela criação de um sistema de finanças solidárias organizado e reconhecido nacionalmente, e também a constatação de que a falta de acesso ao crédito é a segunda maior dificuldade enfrentada por empreendimentos econômicos solidários²¹ aparecem no discurso de gestores(as) públicos(as) como os argumentos para a criação de políticas públicas de fomento às finanças solidárias em nível nacional, sob competência da SENAES.

A primeira vez que o termo “finanças solidárias” aparece no âmbito das políticas federais é no Plano Plurianual 2004-2008 da SENAES, que como parte do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento previa o fomento à essas iniciativas, visando a constituição de um Sistema Nacional de Finanças Solidárias. A partir dessa diretriz é criado o GT Finanças Solidárias, com o objetivo de elaborar uma “política de finanças solidárias voltada ao desenvolvimento local, visando a geração de trabalho e renda e o combate à pobreza e à exclusão social, em lugar do

²⁰ Marusa Vasconcelos Freire (2013) delimita o campo das Finanças Solidárias como práticas orientadas para a promoção de valores locais da comunidade em que se inserem, com o objetivo de assegurar o acesso a serviços financeiros de forma democrática, ética e solidária; priorizando os excluídos do sistema bancário e fortalecendo o trabalho humano e capital social.

²¹ Dados do Atlas da Economia Solidária no Brasil mostram que em 2007, 53% dos EES informaram dificuldade no acesso ao crédito e investimento; principalmente os concentrados na região nordeste e norte (56% e 54% respectivamente), seguidos do Centro Oeste (44%), Sudeste (37%) e Sul (32%).

microcrédito convencional e da forma complementar de ‘bancarização dos pobres’²². Esse GT passa a trabalhar com iniciativas focadas no apoio à estruturação e expansão das formas de organização das finanças solidárias, e no estabelecimento de relações de parcerias com o objetivo de garantir o acesso dos empreendimentos solidários às linhas de crédito e investimentos públicos. A partir de 2006, esse GT é vinculado ao Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) como um Comitê Temático (BRASIL, 2012).

Segundo Juliana Braz (2014), o apoio a iniciativas alternativas de microfinanças (como as finanças solidárias) se fortalece em função do contexto de resposta ao sistema financeiro formal, para o qual a autora mostra como a lógica financeira que pauta transformações no mercado de trabalho no Brasil tem como consequência a precarização dos postos de trabalho e o desemprego de parcela expressiva da população, e como essas ações se constroem nesse contexto de enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais.

Desde as primeiras iniciativas de institucionalização a nível federal, o assunto das finanças solidárias aparece diretamente ligado à uma concepção de desenvolvimento local solidário, e esse referencial teórico e metodológico se baseia em experiências e iniciativas gestadas pela sociedade civil organizada como um instrumento político de construção da autonomia, de geração de trabalho e renda e de desenvolvimento socioeconômico e cultural. De certo, uma das iniciativas mais expressivas no campo das finanças solidárias, e que impulsionou significativamente sua institucionalização como política pública, é a experiência pioneira do Banco Palmas.

Fundado em 1998, o Banco Palmas nasce da articulação de moradores e moradoras do Conjunto Palmeiras, um bairro periférico de Fortaleza-CE. A história do Banco Palmas está diretamente ligada às transformações pelas quais passa a sociedade brasileira no final do século XX, que perpassa a formação das grandes cidades, a lógica segregadora da acumulação capitalista e as diferentes formas de resistência que disso florescem. A ocupação do Conjunto Palmeiras parte da realocação de uma parcela da população à uma área da cidade distante do centro com precária infraestrutura urbana. Frente à segregação espacial, faceta da

²² Trecho retirado do primeiro relatório do GT Finanças Solidárias (BRASIL, 2012).

dinâmica de exploração e acumulação capitalistas, moradores e moradoras do Conjunto Palmeiras mobilizam-se em torno da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras como uma estratégia de enfrentamento às dificuldades da realidade cotidiana. É a partir dessa realidade de urbanização não planejada, do aumento do custo de vida e expressivo desemprego, com o objetivo de estimular o consumo e produção locais e a permanência das pessoas no bairro que é inaugurado o Banco Palmas (BRAZ, 2014).

Ao longo dos anos, o Banco Palmas cresceu e se consolidou como uma experiência exitosa ao propor a possibilidade de inserção no mundo do trabalho remunerado aliada à uma experiência comunitária. A criação de uma moeda social com abrangência territorial, como instrumento de mobilização e sensibilização da comunidade e como uma forma de garantir o círculo virtuoso da riqueza neste território, consolida-se como um símbolo de pertencimento ao território e como uma ferramenta de incentivo ao consumo local. Além disso, fazem parte das ações desenvolvidas pelo Banco Palmas clubes de trocas, projetos de capacitação profissional voltado às mulheres da comunidade, bem como a organização comunitária para impulsionar o desenvolvimento endógeno local.

No ano de 2003, é criado o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, com o objetivo de desenvolver e difundir a tecnologia do Banco Palmas e apoiar a criação de outros Bancos Comunitários no Brasil, integrando-os em rede. Em 2005, é firmada uma parceria do Instituto Palmas com a SENAES a fim de consolidar a metodologia dos Bancos Comunitários como uma estratégia de desenvolvimento territorial. O “Projeto de Apoio à expansão da metodologia de Bancos Comunitários em municípios de baixo IDH”, foi uma articulação das ações de assessoramento e suporte, por parte do Instituto Palmas, com recursos para o financiamento advindos da Fundação Banco do Brasil. Não por acaso, é também nesse ano que a palavra “desenvolvimento” é inserida na caracterização dos Bancos Comunitários, que hoje conhecemos como Bancos Comunitários de Desenvolvimento, os BCDs (BRAZ, 2014).

Em 2006 há a criação da Rede Nacional de Bancos Comunitários. Em seus encontros nacionais, trabalhadoras e trabalhadores de Bancos Comunitários de Desenvolvimento de todo o Brasil se reúnem para troca de experiências e

sistematização de metodologias, onde são debatidos as prioridades e expectativas para políticas públicas, e a articulação política desses empreendimentos junto ao movimento de economia solidária.

No II encontro dessa Rede, que aconteceu em 2007, foi produzido o Termo de Referência dos BCDs, que caracteriza essas experiências da seguinte forma:

O QUE SÃO BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO? São serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária.

QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO? 1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária do mesmo; 2. Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante; 3. Suas linhas de crédito estimulam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território; 4. Apoiam os empreendimentos em suas estratégias de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros); 5. Atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social; 6. Estão voltados, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias, 7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

QUAL O OBJETIVO DE UM BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO Promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio-produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.

COMO SE MANTÉM O BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO? Sua manutenção se dá através da captação de recursos públicos e da constituição de um fundo solidário de investimento comunitário. Esse fundo constitui-se de múltiplas fontes de recursos, entre doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados (pessoas físicas e/ou jurídicas), prestações de serviços mercantis não-concorrenciais e outros tipos de prestação de serviços. (Rede Brasileira de Bancos Comunitários, 2007).

O fomento às iniciativas de finanças solidárias continua a aparecer nos Planos Plurianuais da SENAES (tanto no de 2008-2011, quanto no de 2012-2015), já com a ênfase na criação e consolidação de Bancos Comunitários em outros territórios do país. No ano de 2008 é firmado um termo de cooperação entre a SENAES e o Banco Central do Brasil com o objetivo de garantir o reconhecimento

dos Bancos Comunitários que usam moedas sociais como agentes financeiros. Consequência da celebração desta parceria foi a criação de mecanismos de acompanhamentos dos BCDs. Esse foi um passo importante no reconhecimento e visibilidade das experiências de BCDs existentes no país, e possibilitou o estabelecimento de novas parcerias e da ampliação de políticas públicas de incentivo e fomento à organização de BCDs, com a constituição de ambiente institucional favorável à consolidação dessas práticas (BRASIL, 2012).

Em 2010, a SENAES abre uma chamada pública de Finanças Solidárias voltada para Bancos Comunitários e Fundos Solidários, da qual nascem 5 convênios para apoio aos BCDs. Além disso, são celebradas outras parcerias para apoio aos BCDs já existentes e para a consolidação de novos.

Há a aposta na criação e fomento de Bancos Comunitários de Desenvolvimento como uma forma de se estimular o “círculo virtuoso da riqueza” nos territórios onde estão inseridos, onde a combinação empréstimos para consumo e incentivo à produção locais pode vir a fomentar novos empreendimentos produtivos e ampliação dos já existentes no território, além de aumentar o poder de compra de moradores(as), tendo como objetivo final a geração de trabalho e renda. Essa visão é corroborada com um arsenal de publicações sobre a importância dos BCDs para a inclusão financeira, que formam o arcabouço teórico dos bancos comunitários aglutinados em torno dessa metodologia comum (FREIRE, 2013; SINGER, 2013)

Genauto Carvalho de França Filho (2013) descreve a atuação dos BCDs em serviços de duas naturezas: os *serviços financeiros*, com as linhas de microcrédito, as moedas sociais, atividades de correspondente bancário etc; e *serviços de natureza pedagógica*, que envolvem a assessoria a empreendimentos locais que solicitam o crédito, o fomento e gestão de fóruns locais, a mobilização comunitária e o estímulo ao processo de desenvolvimento local comunitário, e o fomento à feiras e estratégias locais de comercialização. Ainda sobre a forma de funcionamento dos BCDs, o autor ressalta a incorporação de valores como confiança, solidariedade, lealdade e cooperação, pautados nas *relações de proximidade*. França Filho argumenta que as experiências de BCDs tem o potencial de dar condições para a criação de uma forma inédita de espaço público, partindo da estrutura de

funcionamento em que os próprios moradores e moradoras são, ao mesmo tempo, profissionais remunerados(as), gestores(as) do empreendimento, e usuários(as) e beneficiários(as) diretos dos produtos e serviços ofertados.

Juliana Braz (2014), ao se debruçar sobre a experiência do Banco Palmas, também versa sobre as imbricações entre mundo público e privado, apresentando o Banco Comunitário como mediador das relações sociais organizadas pela lógica mercantil com as relações baseadas nos vínculos de vizinhança e familiares:

Não são as ferramentas financeiras que produzem as transformações, mas a *forma* de seu uso que refaz o sentido da economia como modo de organização da vida e não como um sistema natural de competição por recursos, consumidores, nichos de mercado e maximização dos lucros (BRAZ, 2014, p. 59) (grifo meu).

Olhando para a realidade do Banco Palmas marcada por diversas formas de desigualdade (de renda, social, de acesso à serviços públicos e financeiros, regional), Braz enfatiza os elos criados frente a precariedade de serviços públicos, à instabilidade da renda, e ao desemprego, mostrando como nesse contexto caminham em direção ao espaço público relações de amizade e vizinhança, historicamente circunscritas ao âmbito privado. Trazendo à análise o desenvolvimento do capitalismo financeiro em contexto global, Braz reafirma esse caráter de mediador dos bancos comunitários a partir do modo como ele oferta e processa esses serviços financeiros (BRAZ, 2014).

Hoje, temos no Brasil mais de 103 Bancos Comunitários de Desenvolvimento²³, articulados em redes estaduais, regionais e nacional. Com exceção da experiência pioneira do Banco Palmas, todos os demais Bancos Comunitários brasileiros foram criados após 2004, já no seio dessas políticas públicas de fomento por parte do Governo Federal na figura da SENAES e as diversas parcerias firmadas com outros ministérios e instituições. O Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente, único BCD do interior do estado de São Paulo, é uma dessas experiências, cuja criação foi estimulada por um projeto executado por incubadoras universitárias financiadas com recursos do governo federal, e nasce como uma

²³ Informação encontrada no portal do Instituto Palmas. Disponível em: <http://www.institutobancopalmas.org/rede-brasileira-de-bancos-comunitarios/>. Acesso em 31 de janeiro de 2018.

estratégia de transformação da realidade social do território do Jardim Gonzaga e bairros do entorno.

Nas políticas de incentivo à criação e fomento dos BCDs não há grande especificidade ou aprofundamento da discussão sobre gênero - nem no que diz respeito às formas de tratamento da pobreza, nem sobre os postos de trabalho que são necessários para o funcionamento de um Banco Comunitário. O quadro de trabalhadores do Banco Nascente, no entanto, sempre foi majoritariamente feminino, o que faz levantar muitas questões acerca da participação delas na economia solidária e no papel delas nessa estratégia de superação da pobreza. Algumas questões foram apontadas ao longo desta seção e serão melhor desenvolvidas no próximo capítulo.

3.3 Os dilemas cotidianos do Banco Nascente

3.3.1 O “dever-ser” de um Banco Comunitário de Desenvolvimento: linhas de microcrédito e articulação comunitária

Os programas e políticas de fomento que fizeram possível a criação e funcionamento do Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente se assentam no discurso de uma lógica de tratamento da questão social que se afirma democrática, horizontal e politizante, e que tem como diretriz partir da mobilização política local de determinada comunidade em situação de “vulnerabilidade”, fazendo de seu contexto particular o motor e o objeto de transformação das ações de um Banco Comunitário.

O processo de implementação do Banco Nascente, por ter sido articulado via incubadoras universitárias com financiamento público da SENAES, tinha justamente o objetivo de replicar a metodologia criada e sistematizada pelo Instituto Palmas, e articulá-lo à Rede já existente. O empreendimento, portanto, já nasce dentro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, de acordo com as diretrizes construídas

pelos BCDs articulados que são expressas no Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento anteriormente apresentado.

O Banco Nascente é criado a partir dessa metodologia comum que estabelece o que um Banco Comunitário de Desenvolvimento deve ser, e quais atividades ele deve organizar para e junto com a comunidade. São elas principalmente as duas linhas de crédito, além da organização de atividades de articulação e mobilização comunitárias que, segundo a metodologia dos BCDs, devem ser construídas em “Fóruns de Desenvolvimento Local”. Assim, como estratégia de superação da pobreza assentadas nessas duas questões, tem-se a oferta de créditos voltada para a geração de trabalho e renda e a circulação de uma moeda social circulante local, aliadas ao desenvolvimento de atividades comunitárias que trariam o debate sobre direitos e cidadania para além da esfera monetária-mercantil. O discurso no Banco Nascente vai de encontro com essas construções teórico-metodológicas, porém na prática a operacionalização dessas questões se mostra um desafio cotidiano para as mulheres que nele trabalham.

Diferentemente da história do pioneiro Banco Palmas nota-se como os esforços para criação do Banco Nascente tiveram menos o impulso do protagonismo de lideranças da comunidade organizadas em torno da reivindicação de criação de um outro sistema de organização financeira, e mais da intervenção da universidade com o objetivo de organizar trabalhadores e trabalhadoras excluídos(as) do mercado formal de trabalho e de fomentar o desenvolvimento territorial local a partir da introdução de concepções e práticas da economia solidária.

Essa questão parece estar no cerne de alguns dos principais dilemas enfrentados no dia a dia do empreendimento Banco Nascente, que pude vivenciar ao longo dos anos em que acompanhei de perto as reuniões e atividades internas: altas taxas de inadimplência nos empréstimos concedidos, em especial do crédito produtivo, direcionado ao fomento de atividades de trabalho e renda; a dificuldade no diálogo com comerciantes locais para circulação da moeda social VIDA; a baixa participação e envolvimento da população local nas atividades de caráter comunitário organizadas pelas trabalhadoras do Banco.

As primeiras atividades desenvolvidas pelo conjunto de moradores(as) e da equipe do NuMI envolvidos na implementação do Banco Comunitário de

Desenvolvimento Nascente foram atividades de captação de recursos, ainda antes de sua inauguração, em sua grande maioria viabilizadas pela parceria feita entre a Igreja Madre Cabrini que disponibilizou para o fundo do Banco o montante arrecadado em duas edições do tradicional bingo comunitário. Somado a isso, demais atividades organizadas pelas mulheres como rodadas de pizza, venda de pastéis e de acarajés, além de campanhas de financiamento colaborativo entram no rol de ações organizadas pela equipe do Banco para angariar fundo que encorpasse sua carteira de crédito. Destaco aqui os bingos organizados em parceria com a Igreja pois eles foram iniciativas organizadas e frequentadas pela própria comunidade, arrecadando em duas edições aproximadamente 20 mil reais.

Entre os meses de julho de 2012 e novembro de 2013, foram concedidos 13 empréstimos do crédito produtivo, para as mais variadas finalidades: compra de materiais para confecção de chinelos decorados, compra de roupas e lingerie para revenda, aquisição de estufa e equipamentos de manicure, infraestrutura para equipar uma mercearia. Dos 13 empréstimos concedidos nesse período, apenas 03 foram devolvidos integralmente ao Banco. Os outros tiveram grande atraso no pagamento das parcelas, e alguns não chegaram a ser devolvidos até o início de 2018.

A “situação dos inadimplentes” é extensamente discutida na reunião das trabalhadoras e em espaços específicos para encaminhamento dessa questão. São feitas visitas domiciliares aos(às) inadimplentes, chamadas às pessoas que concederam o “aval solidário”, tentativas de negociação da dívida e de acordos que envolviam o pagamento das dívidas com serviços - uma vez que o tempo passou e com ele a perspectiva de que voltasse ao Banco o dinheiro emprestado. Com o fundo reduzido, o Banco Nascente entra em recesso de crédito. Nessa ocasião, o recesso é anunciado à comunidade com um recado preso do lado de fora da porta do Banco, mesmo recado que é postado em seu site, que dizia:

Anunciamos à toda comunidade que entramos em recesso do crédito produtivo! Infelizmente, temos tido grande incidência de inadimplência entre os tomadores de empréstimo, e sem o retorno do dinheiro, não temos fundo para fazer novos empréstimos. (...)

A decisão do recesso não se deu apenas com a preocupação em relação ao fundo monetário do Banco, mas também com a canalização dos esforços da comissão de crédito e das agentes de crédito e de desenvolvimento em acompanhar e assessorar a organização dos empréstimos já concedidos. Para isso, foi decidido que, além da conversa com os tomadores de

empréstimo, vamos oferecer oficinas particulares e em grupo de organização financeira, para que possamos entender a dificuldade de pagamento e de arrecadamento dos empreendimentos e pensar em alternativas que possibilitem sua consolidação e emancipação.

O recesso do crédito produtivo não afetou o funcionamento da linha de crédito de consumo, emprestado na moeda social circulante local VIDA. Essa linha de crédito foi inaugurada em maio de 2013, depois de um esforço das equipes do Banco, do NuMI e do NESOL/USP²⁴ em mapear, cadastrar e formar comerciantes que viriam a aceitar a moeda; e confeccionar e imprimir as cédulas. Uma vez em circulação, foi organizada uma campanha de divulgação do serviço de crédito e de existência da moeda VIDA, e dos comércios cadastrados no Banco que aceitam a moeda. Do ponto de vista do Banco Nascente, a contrapartida oferecida aos comércios cadastrados seriam a divulgação dos estabelecimentos, e a canalização de consumidores(as) que solicitassem tal empréstimo no Banco.

Em 2013, acompanhei uma das visitas feitas pela equipe de agentes de crédito do Banco a um dos comércios cadastrados. A visita tinha o objetivo de monitorar e avaliar o funcionamento da moeda, 3 meses depois de seu lançamento. Reprozudo aqui as anotações de meu caderno de campo:

Fomos na farmácia e conversamos com a dona, que é responsável pelo caixa (quando o estabelecimento foi cadastrado para aceitar a moeda, não foi com ela que aconteceu a conversa inicial, e sim com seu marido João). Perguntamos sobre a moeda VIDA: como era a circulação da moeda na farmácia, quantas moedas ela tinha em caixa naquele momento, quais as dúvidas e dificuldades que ela estava enfrentando em relação ao uso da moeda com seus clientes. Ela foi muito ríspida, estúpida. Ficou interessada no quanto de dinheiro iria receber para fazer circular aquela moeda e falou que não tinha a menor disposição em perturbar seus clientes com o que é a moeda e o que é o Banco Comunitário. (Anotações pessoais, novembro de 2013)

De maneira geral, a apropriação da moeda pela comunidade e o dinamismo de sua circulação têm sido grandes desafios para o Banco Nascente, como ilustra a fala da proprietária da farmácia, desde sua implementação até hoje. Além de experimentar algum índice de inadimplência, houve (e ainda há) grande maioria de situações em que a moeda sai do Banco com um empréstimo, chega ao comércio local, e volta imediatamente ao Banco em movimento de troca imediata da moeda

²⁴ Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão em Economia Solidária da Universidade de São Paulo.

pelo real, solicitada pelos comerciantes, sem que ela permaneça em circulação. “*O Banco dá crédito pra população, mas a população não dá crédito pra moeda não*”, me dizem as trabalhadoras.

Durante o tempo de recesso, as trabalhadoras passaram a dedicar-se ao tratamento da inadimplência, e também à organização de atividades de “articulação e mobilização comunitária”, além de novas iniciativas para angariar fundos que permitissem a realização de novos empréstimos.

Assentada na concepção de desenvolvimento territorial endógeno, faz parte da metodologia de funcionamento dos BCDs a organização de Fóruns de Desenvolvimento Local (FDL), ou espaços de reunião entre moradores(as) da região, que sejam palco da organização e articulação política comunitária para processar problemas referentes à qualidade de vida da população que reside no território de atuação do Banco Comunitário. O Banco Nascente, como uma experiência que segue essa metodologia, também tem como parte de suas atividades a promoção de encontros e eventos que permitam esse tipo de discussão entre moradores(as) locais. No dia a dia do empreendimento, há uma preocupação constante nas equipes do Banco e do NuMI em organizar atividades que mobilizem questões urgentes dos bairros dessa região e que perpassam a vida da população que ali vive, como as já citadas questões ligadas à degradação ambiental e serviço de coleta de lixo, ou do uso abusivo de drogas.

Nesse sentido, já no início das atividades do Banco Nascente, ainda em 2012, foram organizados Fóruns de Desenvolvimento Local como previa sua metodologia de implementação. Esses encontros aconteciam na Praça Maranhão, e tinham como objetivo além de criar condições para a articulação política comunitária, divulgar, promover e deliberar sobre as atividades do Banco Nascente. Quando eu comecei a participar das reuniões no Banco, havia a pretensão de que esse espaço virasse a instância máxima deliberativa do Banco, que decidisse não só sobre assuntos relacionados ao bairro, mas também às atividades financeiras do empreendimento.

Nas primeiras experiências de organização dos Fóruns de Desenvolvimento Local pelo Banco Nascente havia pouca frequência de moradores(as) da comunidade, e quando iam ficava marcada sua baixa participação. Não se fazia concreto o encaminhamento das questões levantadas, as pessoas não voltavam a

participar dos encontros subsequentes, e em cada novo evento se fazia recomeçar uma discussão que não era levada a cabo. A dificuldade de mobilização da comunidade e os encontros esvaziados eram assunto de discussão nas reuniões internas do Banco. Nessa situação, quando questionado um morador do bairro sobre os Fóruns de Desenvolvimento Locais, o homem respondeu que não iria porque “de Fórum já bastava o da polícia”. Decorrente desse depoimento, foi decidido que os encontros não levariam mais o nome de Fórum de Desenvolvimento Local, e sim seriam chamados de “Encontro da Comunidade” na tentativa de criar um ambiente mais convidativo e acolhedor.

Depois de meses de tentativas frustradas de organização desses eventos, em julho de 2013, foi decidido que as trabalhadoras do Banco não mais despenderiam esforços para a organização desses espaços, e fortaleceriam outros que pareciam atrair mais moradores(as) da comunidade, em especial a Feira Compre no Bairro. Também levando em conta a necessidade imediata de geração de renda, a opção pelo fortalecimento da Feira aparece como uma saída para aglutinar pessoas em volta das atividades do Banco, para que com o tempo elas virassem um espaço de articulação política.

Um ano depois, na visita de um Agente de Desenvolvimento Local do Banco Bem, um BCD localizado em Vitória-ES, são transmitidas às trabalhadoras do Banco experiências positivas de mobilização da comunidade em espaços promovidos pelo Banco Comunitário. Essa troca de experiências, possibilitada pelo projeto de fortalecimento de BCDs financiado pela SENAES, tem como fruto a reativação do “Fórum de Desenvolvimento Local do Jardim Gonzaga e bairros do entorno”. A princípio são criadas comissões para enfrentamento das questões discutidas pelos(as) moradores(as), porém essa estratégia também não garante o encaminhamento concreto das discussões, e a organização na forma de comissões não vinga. Apesar da não continuidade dessas ações, o retorno dos Encontros da Comunidade levanta questões relacionadas à distribuição de remédios na Unidade de Saúde da Família USF Gonzaga, e também questões relacionadas à situação das escolas do bairro. Para as duas questões, são organizados abaixo assinados: um reivindicando a retomada de distribuição de remédios na USF Gonzaga, que foi

interrompida por conta da falta de farmacêutico(a) responsável na unidade, e também um que reivindicava a melhora da merenda de uma das escolas do bairro.

Por conta da baixa participação da comunidade nesses espaços, nova estratégia adotada pelo Banco Nascente foi recheiar os Encontros da Comunidade com atividades culturais: para as crianças, adultos e idosos, festivais de prêmio, oficinas, música ao vivo. A ideia é que os Encontros tivessem uma cara mais lúdica, e menos o formato de reuniões que parecia não instigar a população local.

As discussões travadas entre as equipes de trabalhadoras do Banco Nascente em torno dos FDLs ou dos Encontros da Comunidade me fazem refletir sobre os dilemas de um Banco Comunitário implementado sem a prévia organização política da comunidade. Desde sua fundação, um dos principais problemas que o Banco Nascente enfrenta é a baixa adesão da comunidade em se envolver nas suas atividades - o que também pode ser visto como uma das causas dos problemas de inadimplência dos empréstimos e da baixa aceitação e circulação da moeda VIDA.

De maneira geral, podemos ver como os três grandes pilares que constituem a razão de ser de um Banco Comunitário de Desenvolvimento (duas linhas de crédito e um espaço de articulação política da comunidade que tenha em si esse fim de encontro e discussão comunitária), não se concretizam na história do Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente, apesar de o empreendimento se pautar a todo momento por essas diretrizes do que um Banco Comunitário deve ser ou quais atividades ele deve desenvolver.

A questão que se coloca é: qual é o horizonte de conquista da “autonomia” ou “soberania” (para usar os termos presentes no discurso da própria universidade e das políticas públicas de fomento a essas iniciativas) de um empreendimento de finanças solidárias que tem suas primeiras articulações feitas entre universidade e fontes de financiamento públicos, e não a partir organização prévia de lideranças locais?

Não temos a intenção, porém, de avaliar essas experiências (principalmente as atividades de crédito) só a partir de índices de movimentação financeira, procurando não cair na armadilha de retratar a economia como só formada por números, e não por pessoas. Das diferentes formas de tratamento da inadimplência que trazem às relações econômicas e financeiras preocupações e cuidados típicos

da esfera particular até a elevação da autoestima das mulheres com a comercialização de seus produtos: exploraremos essa contraposição (ou a busca pelos momentos em que as trabalhadoras desafiam a ordem posta) no próximo capítulo.

3.3.2 Geração de renda e o trabalho precário

O discurso do “círculo virtuoso da riqueza” no qual se assentam as práticas financeiras do Banco Nascente apresentam a oferta de microcrédito que, ao apostar no estímulo à produção (linha de crédito produtivo) e consumo (moeda social VIDA) locais, alia a geração de riqueza ao território onde essas iniciativas estão inseridas, sendo uma das ferramentas elencadas com o objetivo de fomentar o desenvolvimento territorial local.

A concepção das moedas sociais circulantes locais de maneira geral, e da moeda VIDA particularmente, está assentada na ideia de que o dinheiro, quando utilizado dentro da própria comunidade (nos comércios previamente cadastrados, e que encontram-se dentro do limite territorial de abrangência dos serviços oferecidos pelo Banco), incentivaria “o desenvolvimento local, ampliando o poder de comercialização e consumo local, ampliando a riqueza circulante na comunidade, gerando trabalho e renda”²⁵. Aumentar o poder aquisitivo da população local aparece como uma relação de causa e consequência para alcançar o desenvolvimento.

A mesma lógica aparece na outra linha de crédito oferecida pelo Banco Nascente. A linha de crédito produtivo do Banco Nascente tem o objetivo de estimular a geração de trabalho, a partir da oferta de um montante de dinheiro em reais que possa financiar ou fortalecer iniciativas de geração de renda para a população local. Os créditos concedidos foram destinados às atividades de trabalho autônomo nos ramos de alimentação, comércio e serviço, para: revenda de roupas e bijuterias; compra de equipamentos para viabilizar e venda ambulante de alimentos (cachorro quente, pastel, acarajé) e serviços de manicure.

²⁵ Trecho retirado do site do Banco Nascente <http://www.banconascente.com.br/>. Acesso em 28 de janeiro de 2018.

Não foi feita no âmbito da presente pesquisa uma investigação sobre as pessoas que tomaram crédito no Banco Nascente e como isso foi articulado em suas trajetórias individuais, e que poderia responder algumas das questões levantadas com evidências empíricas. Ainda assim, queremos provocar a reflexão sobre a forma como a oferta de microcrédito é construída e mobilizada no rol de atividades desenvolvidas no empreendimento Banco Nascente, ao questionarmos qual visão de desenvolvimento se constrói tendo como fundamento a inserção produtiva e de consumo de uma população historicamente excluída desses espaços formais (como o mercado formal de trabalho ou o sistema bancário convencional).

Os empréstimos não devolvidos, que levaram o Banco ao recesso, trouxeram esses questionamentos para as trabalhadoras do empreendimento. A inadimplência revelou tanto a dificuldade de organização financeira da população (constatada a partir de algumas oficinas realizadas com tomadoras de crédito), como também a dificuldade no diálogo com a população. Essa segunda questão é bastante relevante à medida que essa proximidade de diálogo seria justamente a diferenciação das práticas “solidárias” do Banco Nascente quando comparadas às práticas de empréstimos em bancos convencionais.

Voltemos brevemente à discussão sobre estratégias de superação da pobreza a partir da inserção dos pobres no mercado. Vimos como essa forma de conceber e tratar a pobreza é alimentada por uma visão liberal que responsabiliza as pessoas pela situação em que se encontram, e pelas formas e garantias de transformação da própria situação e qualidade de vida. A “despolitização” dos pobres nesse cenário é retratada a partir do movimento de individualização do tratamento da pobreza, a medida em que isso não é visto e tratado de forma pública, e onde não comporta o debate conflituoso. Além disso, vimos também como essa resposta tem o efeito de responsabilizar as mulheres pela reprodução do “bem viver” da população, uma vez que essa esfera não é computada no âmbito econômico quando visto como resposta ou via de saída de uma situação de “vulnerabilidade” pela inserção no mercado.

Apesar de o ambiente institucional do Banco Nascente ser permeado por questões diferentes daquelas que vemos nos sistema financeiro convencional - como pautando-se pelo “aval solidário” de pessoas da própria comunidade, se

dispondo a fazer o acompanhamento individual dos empréstimos concedidos, e pensando também em outras formas de se lidar com a questão da inadimplência; a inserção produtiva e de consumo ainda parece estar orbitando a visão de desenvolvimento local, sem que sejam tocadas em questões como, por exemplo, as responsabilidades e papéis de gênero que permeiam o ambiente econômico e a vida familiar das pessoas que tomam o crédito com o Banco Nascente e sem (constatada a dificuldade no diálogo com a população) conseguir concretizar outros debates com a população como os dos direitos sociais, entendidos fora do âmbito econômico ou de mercado.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) descreve o “trabalho precário” a partir de uma série de inseguranças, tais como a falta de oportunidades de emprego; proteção inadequada contra a perda de emprego ou despedida arbitrária; condições precárias de segurança ocupacional e saúde; nível inadequado de renda; nenhuma garantia de recebimento ou expectativa de um nível adequado de renda atual e futura; e a falta de direitos individuais em leis e de direitos coletivos para negociar (KALLEBERG, 2009).

É a respeito dessa visão de trabalho que a economia solidária parece se contrapor ao propor e reivindicar relações de trabalho horizontais, justas, democráticas (SINGER, 2002). A mobilização do conceito do “bem viver” na Economia Solidária é incorporado justamente nesse sentido de intencional transformação dos modos de vida de uma população, partindo do trabalho autogestionário, construção de caminhos para a libertação e soberania. (FBES, 2012)

De alguma maneira, no entanto, podemos ver dimensões do trabalho precário imbricadas nas formas de trabalho e geração de renda propiciadas pelas linhas de crédito do Banco Nascente (como por exemplo na venda ambulante de roupas e bijuterias, ou no financiamento como incentivo à montagem de carrinhos de cachorro quente ou pastel).

Outra questão relativa ao trabalho precário diz respeito mais especificamente aos postos de “Agentes de desenvolvimento local” ocupado pelas quatro mulheres que dão vida ao Banco Nascente. Ao longo dos anos, a remuneração delas aconteceu de forma instável e irregular. Apenas algumas foram contratadas

formalmente, e em todas as configurações de formas de financiamento, elas não chegaram a ganhar um salário mínimo completo.

A pouca e instável remuneração aos trabalhos executados por elas no empreendimento foram discutidas extensamente durante o período em que acompanhei as atividades. As trabalhadoras se mostravam insatisfeitas com a quantidade de remuneração que recebiam, principalmente quando comparada a quantidade de horas trabalhadas.

A questão das horas trabalhadas aparecia diretamente ligada com demandas que chegavam a elas vindas de equipes do NuMI. Ao longo do tempo em que acompanhei o empreendimento, o NuMI teve diversas e múltiplas equipes que tiveram o “Jardim Gonzaga e bairros do entorno” como território de atuação, e nesses casos as mulheres do Banco Nascente eram acionadas pela experiência de serem moradoras envolvidas com a economia solidária e com assuntos comunitários locais, o que significava na prática horas de trabalho delas dispostas para assuntos que não eram diretamente ligados às atividades desenvolvidas no Banco Nascente.

De maneira geral, o questionamento que elas traziam para as discussões nas reuniões do Banco era sobre um projeto de economia solidária que elas próprias acreditavam e buscavam proporcionar para a população do território, mas que sequer era alcançado dentro do empreendimento. As próprias trabalhadoras do Banco, inclusive como uma exigência desse modelo de empreendimento solidário previsto na política pública que fomentou sua criação e manutenção, também são moradoras desse território, e também se enquadram nessa situação de “vulnerabilidade” que constitui o “público-alvo” de atuação. As formas de vínculo e remuneração que viabilizou o trabalho delas no empreendimento também foi, no entanto, ao longo do tempo em que estive presente nas atividades, permeados por todos os quesitos de instabilidade de trabalho e emprego listado anteriormente, que configuram o que se entende por “trabalho precário”.

Outra questão relativa ao trabalho precário que pode ser elencada diz respeito às dependências físicas do empreendimento. Nos primeiros anos de funcionamento do Banco Nascente, enquanto ainda sediado dentro do prédio da Assistência Social, o espaço ocupado pelas trabalhadoras da época era pequeno, mal ventilado e iluminado, marcado pelo meu cheiro de banheiros entupidos. A

mudança para o Salão melhora as dependências de trabalho, ainda que para entrar no Salão elas tenham que atravessar o lixo e esgoto a céu aberto que se concentram no terreno que dá acesso ao Buracão.

Muitas vezes as trabalhadoras justificavam a presença delas no empreendimento mais como uma questão ligada à própria espiritualidade (o “espírito voluntário” católico) do que como propriamente um trabalho, apesar de o tempo gasto por elas no Banco inviabilizar o engajamento delas em outras atividades geradoras de renda. Principalmente com o final dos projetos que garantiam a sua remuneração, elas questionavam em diversos momentos o fato de que o tempo e os esforços gastos por elas no empreendimento não tinham o retorno de trazer à elas uma “vida digna”. Essa percepção era diretamente ligada às discussões acerca dos rendimentos econômicos que o trabalho no Banco lhes trazia, e cessadas as fontes de financiamento aos poucos elas foram deixando de se dedicar às demandas do empreendimento recusando-se a “trabalhar de graça”.

3.3.3 As condições de sustentabilidade do empreendimento

A partir do acompanhamento do dia-a-dia das atividades no Banco Nascente pude ver sua dependência em relação ao poder público, à medida que a garantia de sustentabilidade do empreendimento na questão crucial da remuneração de seu quadro de trabalhadoras, desde sua criação até os dias de hoje, depende de financiamentos advindos principalmente do governo federal na figura da SENAES. O atual momento de retração das políticas sociais, e de não renovação ou abertura de novos editais de fomento à BCDs, coloca em risco as possibilidades de funcionamento do Banco Nascente. Não há outra forma substancial de remuneração, e não há a possibilidade dessas mulheres, mães de família, trabalharem cotidianamente apenas movidas pelo “espírito voluntário” exaltado nas conversas diárias. A organização das atividades do Banco - da liberação de empréstimos à organização de eventos culturais - demanda uma carga horária de trabalho que não se sustenta sem a devida remuneração. Assim sendo, desde o

segundo semestre de 2017, encontram-se suspensas as atividades do empreendimento, inclusive as de acompanhamento dos créditos em andamento.

Nesse sentido, chega ao Banco Nascente uma mobilização que parte da Rede Brasileira de Bancos Comunitários com objetivo de construir caminhos para a autonomia financeira dos BCDs que, assim como o Banco Nascente, foram criados e funcionaram até então com o financiamento público. Uma das formas apresentadas para garantir a sustentabilidade financeira dos BCDs é um aplicativo de celular, o E-Dinheiro, que apresenta a possibilidade de retorno financeiro de acordo com a quantidade de movimentação feita via aplicativo e que, uma vez consolidado como plataforma digital para os serviços oferecidos pelos BCDs, poderia representar a garantia de remuneração de suas trabalhadoras.

Para o Banco Nascente essa realidade não chega como a “luz no fim do túnel” como aparece nas cartas e pronunciamentos da Rede. As trabalhadoras do Banco Nascente têm dificuldade com o uso de tecnologias como computadores e smartphones, situação que é compartilhada por muitos(as) moradores(as) da comunidade onde o Banco Nascente está inserido. Também são feitas ressalvas quanto ao pequeno tamanho da comunidade do “Jardim Gonzaga e entorno” quando comparada ao território de atuação de outros Bancos Comunitários brasileiros, sendo que isso será sentido no montante total de dinheiro movimentado e no retorno que isso significará concretamente para o fundo do Banco Nascente.

A questão da sustentabilidade financeira do Banco Nascente, que foi extensamente debatida nas reuniões internas das trabalhadoras ao longo dos últimos meses, me faz pensar, junto com as trabalhadoras, nos limites da autonomia de um empreendimento econômico solidário que, pela sua utilidade social, se justifica como uma política pública que requer investimento do Estado, e que, da forma como está construída como política pública, fica suscetível às formas de gestão dos diferentes governos. Assim como a mudança do governo municipal trouxe dilemas em relação à possibilidade de fechamento do Centro Público Municipal de Economia Solidária ou de uso do Fundo Municipal de Apoio à Economia Solidária, também parte do governo federal o repasse para políticas de fomento às finanças solidárias que até então garantiram o funcionamento do Banco Nascente.

De maneira geral, essa situação se reflete ao conjunto de empreendimentos econômicos solidários brasileiros, não só aos ligados às atividades de finanças solidárias. Uma sistematização dos empreendimentos autogestionários de São Carlos feita em 2016 mostra que mais de 50% deles não representa para seus membros a fonte principal de renda, enquanto cerca de 50% de trabalhadores(as) envolvidos nos EES alega ter renda de até dois salários mínimos. A forma como a pesquisa é apresentada não me permite confirmar o cruzamento desses dados, mas me instiga a pensar nas possibilidades dos EES em gerarem uma renda digna à seus membros, questão que me parece crucial à um movimento que pretende proporcionar às pessoas nele envolvidas o *bem viver*. Vejo como essa questão particular de São Carlos pode se desdobrar em outra pesquisa, que não tenho pretensão de desenvolver aqui. Por ora, com a descrição apresentada, procurei mostrar algumas questões que acredito irem de encontro a teses críticas de que a economia solidária, da forma como é construída no Brasil, pode vir a ser uma nova configuração de precarização do trabalho e que, em muitas situações, as políticas públicas de fomento às iniciativas solidárias ainda não se constroem como um caminho no sentido de gerar, além de renda digna e outras formas de garantia de direitos, a autonomia e soberania dos empreendimentos.

Vejo como essas formas de dependência não se restringem apenas à esfera econômica, e uma das situações mais expressivas para mim diz respeito à abertura das portas do Banco à comunidade. Desde que o Banco Nascente se mudou para o Salão São José Operário, não há nada que indique que ali funciona o empreendimento. Foi solicitado junto ao Conselho Gestor do Fundo Municipal de Apoio à Economia Solidária um banner que seria pendurado na porta do Salão, mas ele nunca chegou a ser impresso. Após inúmeras negociações, a liberação de recurso para impressão do material de divulgação foi aprovada, mas com o recente contingenciamento do Fundo por conta da situação financeira da prefeitura de São Carlos, não há perspectiva de quando esse banner chegará ao Banco. Até lá, as atividades continuarão acontecendo sem que seja identificado o local onde moradores(as) podem solicitar pedidos de empréstimo - isso fica apenas circunscrito às relações de vizinhança entre as pessoas que ali moram.

Ressalto a questão das relações de dependência financeira por reconhecer, a partir do dia-a-dia do Banco (assim como na vida das mulheres), que a esfera econômica é crucial para a construção de autonomia, seja das suas trabalhadoras, seja do empreendimento de maneira geral. Mas essa não é a única forma de dependência que vejo permeia as atividades desse empreendimento. Outra diz respeito à presença da universidade na história e no dia a dia do empreendimento. Vejo que essas relações de dependência se desenham e reafirmam cotidianamente, fazendo a equipe do NuMI parte de todos os processos e instâncias deliberativas do Banco, tendo atuação determinante na escolha de atividades e formas de desenvolvê-las, e também na mediação de conflitos e interesses entre as trabalhadoras.

Isso leva a pensar no papel da universidade na organização popular, e nas consequências da implementação de um empreendimento econômico solidário que, em suas diretrizes teórico-metodológicas, tem como pré-requisito a organização política endógena prévia da comunidade, percebendo que no caso do Banco Nascente isso se deu de forma bastante tímida, ao longo dos anos fazendo o Banco e o NuMI papel de articuladores dos interesses políticos da comunidade, e não o contrário. Essa mesma questão eu relaciono com a delimitação desse território, que também parte de estudos da universidade e que justifica uma série de ações de extensão, mesmo ele não se delimitando hoje como um recorte homogêneo dessa comunidade, e mesmo hoje já não se mostrando o *bolsão de pobreza* mais expressivo da cidade de São Carlos.

Por outro lado, apesar das inúmeras relações de dependência e controle que permeiam o dia a dia do Banco e das mulheres que nele trabalham, ao longo de minha convivência com elas, concluir esta dissertação apenas versando sobre relações de controle, gestão ou precariedade seria retirar do quadro as formas que elas criam e recriam se movimentando por essas relações. Se de fato aqui aponto para situações onde encontram-se entraves e limites para a construção da autonomia (da economia solidária, dos bancos comunitários de desenvolvimento, das mulheres), por outro, reconheço as possibilidades que foram, nesse campo de conflito, criadas e que contribuem para a construção subjetiva e identitária dessas mulheres, em movimento de perceber a política como subjetivação, e as

possibilidades que elas próprias criam para si mesmas. Essa questão será desenvolvida a seguir.

CAPÍTULO 4: AS EXPERIÊNCIAS DAS TRABALHADORAS DO BANCO COMUNITÁRIO DE DESENVOLVIMENTO NASCENTE: REFLEXÕES SOBRE A AUTONOMIA DAS MULHERES

Ao procurar compreender as possibilidades e desafios de transformação da realidade social e da vida cotidiana a partir dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, tivemos especial interesse nas atividades cotidianas do empreendimento Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente, *experienciadas* por suas trabalhadoras entre si, em relação a demais membros do movimento de economia solidária, a gestores e gestoras públicas, e moradores e moradoras da comunidade. Essas mulheres tiveram papel central no desenvolvimento desta pesquisa por serem beneficiárias da política pública de superação da pobreza via BCDs tanto indiretamente, por residirem no território de abrangência das atividades de desenvolvimento local; quanto diretamente, por terem suas atividades de Agentes de desenvolvimento local remuneradas a partir do quadro de beneficiárias diretas dos referidos projetos e programas de fomento aos BCDs.

A experiência, segundo Thompson (1981), é uma categoria com a qual podemos olhar para o mundo social a partir do agir dos indivíduos, a partir de ações históricas vividas e vivenciadas por homens e mulheres reais:

Sem a experiência, a estrutura é transmutada em processo e o sujeito some da história. A experiência é onde a vida familiar e social é estruturada e a consciência social encontra razão e expressão: parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias – tudo que, em sua totalidade, compreende a “genética” de todo o processo histórico, sistemas que reúnem todos, num certo ponto, na experiência humana comum, que exerce ela própria (como experiências de classe peculiares) sua expressão sobre o conjunto (THOMPSON, 1981, p. 188).

É com essa concepção do mundo social como um processo e da observação empírica da experiência como um caminho teórico e metodológico que procuramos apreender os conhecimentos produzidos pelos sujeitos em seu fazer cotidiano e pautado pelos conflitos e processos próprios que envolvem e são interpretados por eles. A proposta é a de observar como em determinados contextos históricos e campos de conflitos sujeitos configuram formas específicas de compreensão e tratamento dos problemas sociais que enfrentam.

Olhando justamente para os processos de constituição de autonomia e tutela de pessoas que compõem empreendimentos solidários, Lorena Holzmann (2012) traz reflexões valiosas acerca da experiência de homens e mulheres reais na construção dessa “outra economia”:

É com a experiência da falta de autonomia, da submissão, de não ter espaço para manifestação, de não ser tratado(a) como um indivíduo, de não poder questionar ordens sem pôr em risco seu emprego, de não poder definir o quê e como fazer, que homens e mulheres, socializados no mundo do trabalho dominado pela lógica do capital, incorporam-se a empreendimentos solidários. É essa experiência que orienta as condutas dos trabalhadores em novas condições sociais de produção. Um novo aprendizado deve ser feito, que leve os trabalhadores a agirem com autonomia, assumirem o protagonismo, constituírem enquanto sujeitos, construir novas experiências que superem a experiência de submissão inerente ao trabalho sob o capital. (HOLZMANN, 2012, p. 282).

A faceta da inserção das mulheres no jogo público que se fez possível a partir da participação delas no Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente - seja nas relações comunitárias, seja na relação com a universidade ou com o poder público, seja nas relações intrafamiliares - me mostram que essas mulheres chegam no debate público carregadas de experiências que elas têm enquanto mulheres, mães, católicas. Isso traz ao debate político uma série de formas de linguagem, preocupações, pautas e reivindicações. Afirmar que só de relações de gestão despolitizantes se constrói o Banco Nascente em suas relações territoriais, com o poder público e universidade, seria deixar permanecer no campo do invisível a agência dessas mulheres (que na própria atuação profissional se reconhecem e se reivindicam “agentes”).

Incorporando as questões de gênero no debate, procuramos entender qual o papel e responsabilidade das mulheres, em especial as mulheres pobres, nas formas de tratamento e superação da pobreza, e na conquista e garantia de direitos. A convivência com as trabalhadoras do Banco Nascente me mostrou que circunscrever suas histórias apenas às situações de opressão, dependência e controle, seria cair no binarismo sociológico que não dá conta de abarcar a suas experiências de vida cotidianas.

Pensando nessa trama de interesses e conflitos que constroem a dinâmica e o contexto de existência do Banco Nascente, acompanhei cotidianamente o traquejo das trabalhadoras em articular em diferentes situações determinadas questões a fim de se estabelecerem enquanto uma entidade de referência na comunidade.

A constante procura do e pelo Banco para o estabelecimento de parcerias, com pessoas ou entidades internas e externas ao bairro das mais diversas naturezas, e também a relação com o território e a comunidade que ali vive faz com que as trabalhadoras do Banco Nascente tenham o cuidado constante em traçar *estratégias de proteção*, sejam para si próprias (pensando na segurança física e nas suas relações pessoais de proximidade e de vizinhança), sejam como forma de garantir a integridade do empreendimento. Como ilustração dessas situações, temos a relação com a droga e o medo como reação da violência e também a preocupação com a inserção de pessoas externas ao empreendimento nas reuniões deliberativas internas.

Também em relação a múltipla trama de ações que incidem no território e que moldam as formas de funcionamento do Banco, vejo como as trabalhadoras mobilizam em diferentes espaços *estratégias para garantir a sustentabilidade do empreendimento*. Isso significa acessar diferentes sujeitos com o intuito de estabelecer parcerias para a organização de eventos e oficinas, canais de divulgação das atividades e de comunicação com a comunidade, e também garantir a manutenção das condições materiais indispensáveis para o funcionamento do Banco. Nesse sentido, ressaltam-se os Encontros da Comunidade organizados conjuntamente com outras instituições do bairro como outras iniciativas solidárias, serviços e equipamentos públicos; o acionamento de gestores(as) públicos e organizadores(as) de projetos comunitários para divulgação desses eventos ou do serviços do Banco; e o estabelecimento das parcerias que garantiram uma sede física que abrigasse o Banco, seus materiais e equipamentos, e que permitissem um ambiente de trabalho para os encontros da equipe do Banco, com as equipes do NuMI, e de atendimento à população.

Por fim, nota-se que a mediação que as trabalhadoras do Banco fazem tem como preocupação central a construção de *estratégias de aproximação com a comunidade*. Nesse sentido, temos a procura e o estabelecimento de boas relações

com as mais diversas por lideranças locais (de membros do PCC ao Padre), sempre buscando demonstrar afinidade com os interesses da própria comunidade. Essa questão é particularmente sensível no estabelecimento de parcerias com entidades e instituições externas à comunidade, como as diferentes formas de intervenção do poder público (seja na figura de políticos, seja via assistência social, seja com o contato com a Universidade).

O quadro de trabalhadoras do Banco Nascente já mudou muitas vezes desde que o empreendimento foi inaugurado, já tendo eu mesma participado de atividades organizadas por diferentes arranjos de trabalhadoras - no tempo que eu acompanhei, sempre mulheres. Nos anos de 2012-2014 eram duas mulheres que se ocupavam das atividades desenvolvidas no seio do empreendimento. Em 2016, apenas Violeta continuava próxima do empreendimento, e o quadro era formado por mais três mulheres que se aproximaram das atividades do Banco a partir de 2015. Essas quatro mulheres estiveram presentes no dia a dia do empreendimento em conjuntura de perda de financiamento e encerramento das atividades do Banco, e foi na presença e convivência com elas que refletimos juntas sobre os temas que nesta dissertação apresento.

4.1 As trabalhadoras do Banco Nascente

Margarida tem 49 anos de idade e veio de Pernambuco morar em São Carlos no final da década de 1990, em busca de melhores condições de vida. Mora com seus dois filhos em uma casa vizinha do Salão onde funciona do Banco, e por isso é particularmente interessada nas discussões sobre o acúmulo de lixo no terreno vizinho ao Salão, já que isso afeta diariamente também a dinâmica de sua casa. Ela se autodeclara branca, cisgênera, e tem o ensino médio completo. Margarida participa ativamente das atividades ligadas à Igreja Católica e já havia participado também de algumas atividades esporádicas ligadas ao Banco desde 2011 (atividades de sensibilização para a economia solidária, reuniões do fórum de desenvolvimento local), vindo a entrar para o quadro de trabalhadoras como Agente de desenvolvimento local em 2015. Em 2016, ela ocupa uma das cadeiras do

Conselho Municipal de Economia Solidária representando o segmento de serviços, em mandato de dois anos.

Durante os últimos meses de 2016, Margarida se queixava muito dos problemas que tinha em casa, relatando se sentir sobrecarregada por ter que lidar com situações de tensão principalmente administrando conflitos entre o marido e um dos filhos. Desde o início de 2017, ela se afastou das atividades do Banco e do Conselho Municipal de Economia Solidária por estar se dedicando exclusivamente aos cuidados de seu marido que, por conta de um problema de saúde, faleceu no final do ano.

Margarida é uma “resolvedora” de problemas, e não tem muitas “papas na língua” para dizer o que pensa. Tem uma opinião formada sobre tudo, e escolhe sempre falar por último nas discussões - “para não influenciar a fala das outras pessoas”. Antes de trabalhar no Banco Nascente, ela ocupava o posto de controladora de acesso em uma empresa privada; e diz que entrou para a economia solidária porque “não nasceu para ficar parada, sou mesmo do movimento”. No dia a dia do empreendimento, ela mantém sempre uma postura crítica e combativa, estimulando a participação e envolvimento das colegas nos dilemas e decisões do Banco.

Rosa: costureira, padeira, Agente de desenvolvimento local, esposa e mãe de dois filhos. Veio morar em São Carlos em busca de emprego na década de 1980. Hoje *seu marido é dono* (assim ela diz) de uma loja de materiais de construção e de duas casas de aluguel, além da casa onde mora e da casa vizinha, onde mora sua filha. Rosa cresceu em um sítio no interior do Paraná e antes de estabelecer-se definitivamente em São Carlos alternava entre o trabalho em casas na cidade e o trabalho durante a temporada de colheita na roça. Na cidade, Rosa trabalhou também como varredora de rua, inclusive durante a gestação do segundo filho. Sua filha conta que, trabalhando grávida, Rosa ganhou respeito no bairro onde morava por ser vista como um exemplo de mulher trabalhadora que “não desistia mesmo nas piores condições de trabalho”. Ela também já trabalhou em facções de costura

de grandes empresas - tem um ateliê de costura nos fundos de sua casa que divide com sua filha, também costureira.

Rosa assa pães de fermentação natural, que antes distribuía entre amigas e recentemente começou a comercializar na Feira Compre no Bairro. É uma receita de família, e a muda de fermento ela mesma alimenta há muitos anos. Em agosto de 2017, Rosa me informa que deixará de participar da Feira por algum tempo, pois sente muitas dores nas articulações por passar a tarde em pé na praça em dias de Feira.

Rosa atuava como Agente Ambiental no Projeto Águas Quentes. Atualmente, ela é coordenadora da Pastoral da Criança da Paróquia de São Francisco de Assis. Isso significa que é responsável pelo diálogo e articulação entre a Comissão Pastoral Paroquial, as demais líderes, e as famílias das mais de 100 crianças atendidas pelo projeto. No início de 2017, Rosa coordenou a ação de venda de mil pedaços de bolo em comemoração ao dia de São José Operário. Ela trabalha no Banco Nascente desde 2015. Ela diz que vê em comum na Igreja e na economia solidária dois jeitos de fazer coisas para melhorar a vida das pessoas a sua volta. Rosa, cisgênera, tem 58 anos e estudou até a quarta série. Ela se autodeclara parda. É uma mulher muito carinhosa, atenta e acolhedora.

Jasmin começou a trabalhar no Banco no início de 2016. Na ocasião, as trabalhadoras da época coordenaram um processo seletivo em decorrência da perspectiva de contratação de mais uma pessoa moradora local para compor o quadro de Agentes de desenvolvimento local. Jasmin, filha de Rosa, se inscreveu na vaga, e na entrevista disse que gostaria de trabalhar no Banco pois havia acompanhado o processo de aproximação de sua mãe no empreendimento e, nesse tempo, tinha sentido na dinâmica da própria família mudanças na postura de Rosa que fizeram com que ambas se relacionassem melhor. Antes disso, ela trabalhava em facções de costura, e diz ter procurado a economia solidária como uma forma de “fugir da escravidão capitalista dos trabalhos em facções”, de mudar sua própria vida “e também a de outras pessoas”. Aos poucos foi se apropriando do Banco e dos

princípios da economia solidária, e em 2016 vira presidenta da AMADESOL, a associação que carrega CNPJ do Banco Nascente.

Jasmin tem 39 anos, cisgênera, é casada com um homem, e tem um filho criança e uma filha já adolescente. Ela tem o ensino médio completo e se autodeclara parda. Antes de trabalhar no Banco, ela não exercia trabalho remunerado fixo, mas prestava (e ainda presta, eventualmente), serviços de corte e costura. Das trabalhadoras do Banco, é a que tem mais afinidade com tecnologias digitais, como a administração do e-mail do empreendimento, da comunicação pelas redes sociais, ou com aplicativos de movimentação financeira para celulares.

Ela atua ativamente em atividades da Igreja Católica, em especial no grupo Encontro de Casais com Cristo. Por conta de restrições alimentares sua e de seus filhos e aproveitando de conhecimentos tradicionais indígenas de sua família, Jasmin desenvolveu especialidades culinárias e terapêuticas que agora começaram a transformar-se em fonte de geração de renda, com a comercialização de doces sem glúten e sem lactose na Feira Compre no Bairro. Frequentemente ela compartilha receitas da medicina tradicional para cura de determinada doença ou para estimular que suas amigas cuidem da própria saúde e bem estar. Ela é uma mulher muito sensível e determinada a lutar pelas coisas que acredita.

Violeta tem 44 anos. Ela me conta que começou a trabalhar com 8 anos ralando coco na casa de uma boleira, e que desde esse dia ela está “decidida a não ter patrão”. Há 15 anos ela participa de atividades ligadas à economia solidária no território do Jardim Gonzaga. Ela é a única mulher do quadro de trabalhadoras que foi sócia da COOPERLIMP, a primeira iniciativa de economia solidária do bairro, participando ativamente de todos os processos de implementação e consolidação do Banco Nascente. Depois do final da Cooperativa, ela passou a dividir seu tempo entre as ocupações ora de Agente de crédito, ora de Agente de desenvolvimento local, compondo o quadro de trabalhadoras do Banco Nascente; com a produção de produtos de limpeza artesanal, em uma iniciativa de economia solidária denominada LimpSol. Ela já atuou como Agente Ambiental no projeto Água Quente e é líder da

Pastoral da Criança, construindo sua trajetória como uma pessoa atuante nos assuntos comunitários locais.

Violeta mora com 2 filhos, uma menina que está cursando o ensino médio e um menino de 5 anos, e passou a cuidar também de 2 netos crianças depois que sua filha mais velha foi presa por envolvimento com o tráfico de drogas. Ela tem mais 2 filhos, um já casado e um menino adolescente que mora com o pai.

Ela é uma mulher forte e que carrega consigo o espírito solidário que exalta quando fala sobre o Banco Nascente. Mesmo passando por muitas dificuldades emocionais e financeiras, principalmente depois que sua filha foi presa e se viu responsável por manter e cuidar de quatro crianças, ela permaneceu sempre atenta e disponível a ajudar as pessoas a sua volta, fazendo questão de dividir o que tem.

A respeito do encerramento das remunerações que faziam possível a presença dela no Banco Nascente, ela diz: “eu lutei muito para aprender tudo o que aprendi. Trabalhei por mais de 15 anos na economia solidária. Aprendi a trabalhar sem patrão, a trabalhar em grupo, aprendi a trabalhar em autogestão. Agora devo voltar a ser faxineira? Para responder às piores ordens ganhando mal e trabalhando muito?”.

Imagem 11 - Foto tirada em uma das reuniões das trabalhadoras do Banco



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora. Foto tirada em janeiro de 2017.

Da esquerda para direita: Jasmin, Violeta, Beatriz (pesquisadora), Livia (assessora da equipe do NuMI), Rosa e Margarida.

Imagem 12 - Comemoração do aniversário da Rosa durante a reunião das trabalhadoras do Banco.



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora em janeiro de 2017.

Imagem 13 - Um dia comum de trabalho no Banco Nascente



Da esquerda para direita: Violeta, Rosa, Margarida, Jasmin.
Fonte: Foto tirada pela pesquisadora em agosto de 2016.

Imagem 14 - As agentes de desenvolvimento local com banner de divulgação do Banco Nascente e a moeda social VIDA



Da esquerda para a direita: Margarida, Jasmin, Violeta, Rosa.
Fonte: Foto tirada pela pesquisadora.

4.2 “Uma nova economia acontece” e é construída por mulheres

Ao longo do capítulo anterior foram abordadas diversas questões a respeito da dimensão mercantil de iniciativas da economia solidárias - seja as formas de financiamento, a remuneração das trabalhadoras, as condições de trabalho no empreendimento Banco Nascente e nas formas de geração de renda fomentadas por ele. No entanto, a todo momento fizemos lembrar que esses elementos não esgotam o que entendemos por “economia”. Agora procuraremos refletir sobre outras questões relativas a ela – que, no entanto, fogem da visão hegemônica dos processos e elementos econômicos.

A visão crítica que olha para além de processos mercantis e monetários é construída por uma série de autoras que quer entender e dar visibilidade à participação das mulheres na economia. Diversas pesquisadoras apresentam críticas feministas às concepções econômicas tradicionais, propondo uma visão que tira a economia à serviço do capital e a coloca à serviço da vida (CARRASCO, 2014; STRASSMAN, 2002), rompendo uma visão econômica que seja diretamente associada ao mercado (GUERIN, 2005), ampliando o conceito de trabalho de forma a tirar da invisibilidade o trabalho de cuidados historicamente realizado pelas mulheres (SORJ, 2008; NOBRE, 2003a; HIRATA; KERGOAT, 2007).

A incorporação do trabalho de cuidados doméstico e familiar realizado pelas mulheres, como já foi apresentada anteriormente, é um caminho para que possamos entender que nem só de dinheiro (seja o Real, seja a moeda VIDA) são compostos os processos econômicos:

O saber econômico, ao menos em sua versão ortodoxa mas que ainda hoje é a mais difundida, consagra a separação de dois universos considerados estanques: o econômico e o não-econômico, o mercantil e o não-mercantil. Apesar de uma pretensa neutralidade, essa separação se baseia, além disso, na divisão sexual dos papéis. Essa série de oposições não é nem uma constatação empírica, nem uma simplificação da realidade: trata-se antes de tudo de ficções, provenientes de uma reconstrução normativa da realidade social. (GUERIN, 2005, p. 27).

Reconhecer que essa divisão do que é e do que não é econômico pautada numa visão estritamente mercantil, que olha para a economia e vê o mercado, é arbitrária parece ser o caminho para que possamos refletir e incorporar o trabalho

das mulheres como constituinte dos processos econômicos - de geração de riqueza e de reprodução da população. Assim, entendemos que, ao alargar a visão da economia, precisamos alargar o que entendemos por conceitos canônicos como “trabalho”, e também procurar novas formas de avaliar processos e relações que tradicionalmente seriam vistos apenas a partir de uma ótica mercantil e monetária (CARRASCO, 2012).

Assim, à medida que já foram apresentadas questões relativas ao trabalho no empreendimento, à remuneração das mulheres, e de formas de incentivar a geração de renda, faz-se indispensável que possamos olhar para os mesmos processos com outras preocupações que fogem dessa visão tradicional do que se entende por “trabalho” e de seus resultados econômicos esperados.

As trabalhadoras do Banco Nascente, apesar de discutirem correntemente sobre a forma e quantidade da remuneração do tempo dedicado ao empreendimento, avaliam sua participação na economia solidária a partir de outros elementos. Elas valorizam a incorporação de novos aprendizados, a convivência que têm entre si e com demais pessoas presentes no dia a dia do empreendimento, relatam significativa melhora na própria autoestima e nas relações intrafamiliares, e dizem encontrar espaços onde podem ressignificar suas trajetórias individuais. Essas questões apareceram nas discussões relativas ao trabalho no Banco Nascente propriamente dito, e também com a participação de outras mulheres nas Feiras Compre no Bairro organizadas com o apoio das trabalhadoras do Banco.

No segundo semestre de 2016, como um movimento de rearticulação da iniciativa de construção de uma feira de bairro, equipes do NuMI e as trabalhadoras do Banco Nascente realizaram um mapeamento da produção local, caminhando pelas ruas do bairro e conversando de porta em porta, onde se pôde identificar o que era produzido e comercializado por moradores e moradoras locais. Todas as pessoas envolvidas em alguma atividade produtiva foram convidadas para reuniões no Banco Nascente, onde foram explicados os fundamentos da economia solidária e o projeto de construção de uma feira em uma das praças do território. Ao longo do segundo semestre de 2016 e do primeiro semestre de 2017, o grupo se reuniu periodicamente para atividades de formação técnica e política planejadas e

executadas por equipes do NuMI, e organizou coletivamente as feiras, que passaram a acontecer semanalmente aos sábados.

Esse grupo, que se identifica como coletivo Compre no Bairro, durante esse período de 2016-2017 foi formado por 09 mulheres. Quatro delas eram as Agentes de desenvolvimento local do Banco Nascente que acumulavam nesses espaços dupla identidade: trabalhadoras do Banco Nascente e produtoras locais. Violeta comercializava seus produtos de limpeza produzidos artesanalmente, ao mesmo tempo em que, junto com uma vizinha, tinha uma barraca de pastel. Rosa comercializava pães de fermentação natural, de receita que é tradição em sua família, feitos com a mesma muda de fermento há muito e muitos anos. Jasmin, por conta de restrições alimentares pessoais, se especializou na produção e comercialização de doces sem glúten e sem lactose. Margarida organizava um bazar com roupas reformadas por ela, que conseguia através de doações. As outras mulheres envolvidas com o coletivo comercializavam artesanato feito em tecido e EVA; salgados fritos; sucos, tortas, verduras e legumes orgânicos cultivados na Horta Comunitária; e uma única mulher que não é moradora do território, mas que tem algum envolvimento anterior com as atividades do Banco por ter participado de equipes do NuMI, e compôs o coletivo como produtora de doces sem derivados de origem animal.

Imagem 15 - Produtoras durante a Feira Compre no Bairro



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora em janeiro de 2017.

Durante o período indicado o coletivo se reuniu periodicamente para organizar as feiras e, nesses encontros, as mulheres compartilhavam não só a experiência de comercialização conjunta, mas também os desafios de ser produtora e mulher, mãe, esposa, dona de casa. Ele era composto pessoas bastante diversas: senhoras e mulheres de meia idade, que frequentem a Igreja Católica e o candomblé, pernambucanas, paranaenses, todas mães, casadas ou separadas. Ao longo do tempo, dois homens participaram das reuniões do grupo, acompanhando suas companheiras, as produtoras.

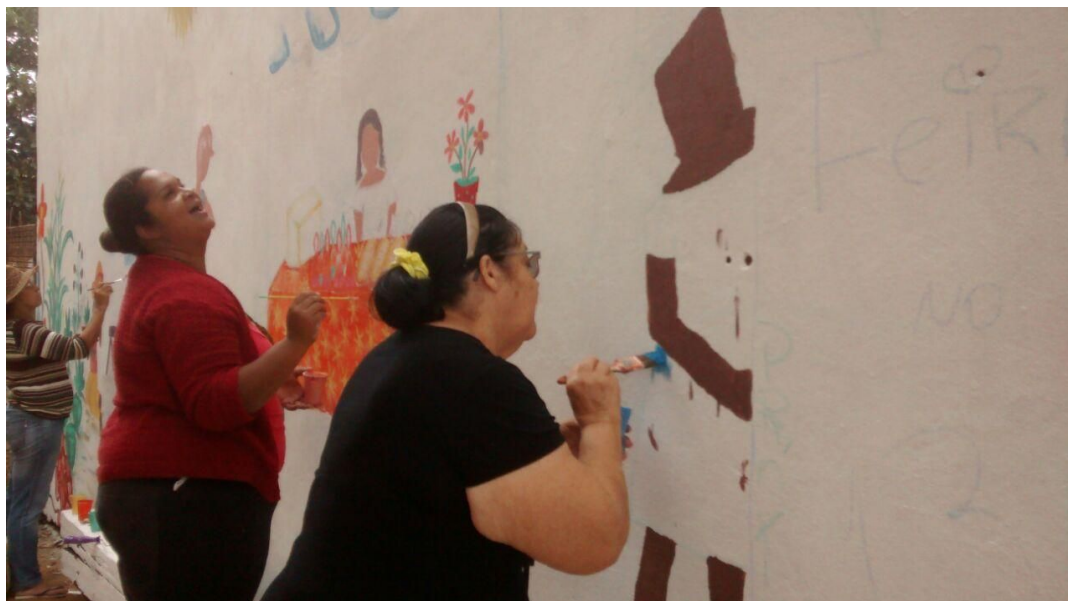
Por conta do mato que crescia na praça onde acontecia a feira, foi trazido a uma das reuniões a necessidade de garantir a capina e também uma melhor iluminação da praça, uma vez que o poste da rua que deveria iluminar a praça estava queimado. Na ocasião, um dos homens sugeriu que todas as pessoas se dividissem para garantir a manutenção da praça. Nessa situação, Margarida contrapôs a fala do senhor propondo que o grupo se organizasse para escrever um ofício que o Banco Nascente poderia enviar ao Departamento de Apoio à Economia Solidária reivindicando essas melhorias na praça, já que a praça era um espaço público e isso era responsabilidade da Prefeitura Municipal. Assim discutido, o

senhor organizou na feira seguinte um sistema de iluminação puxando energia do poste de cima, e algumas pessoas foram à praça antes da feira fazer a capina. Outras pessoas ficaram responsáveis em escrever e protocolar o ofício.

Essa discussão sobre os deveres do poder público, dos direitos da sociedade civil e diferentes formas de reivindicação desses direitos foi conduzida por Margarida com base na experiência que tivera na participação no Conselho e no Fórum Municipais de Economia Solidária. Ela compartilhou com o grupo os caminhos e documentos necessários para que a reivindicação chegasse a gestores públicos. A essa fala somou a preocupação de que talvez as melhorias não acontecessem de fato a tempo das próximas feiras, já agendadas para as semanas seguintes, e se dispôs também a ajudar nas tarefas de manutenção, sem abrir mão do envio do ofício.

Gostaria de me ater brevemente nessa questão da imbricação das relações público e privadas que se desenham no encontro desse coletivo de mulheres que se reúne para comercializar produtos para demais moradores(as) do bairro. O uso das praças do bairro em atividades do Banco, principalmente nas atividades ligadas à comercialização, provoca constantemente a reflexão sobre as responsabilidades e deveres do poder público em relação às pessoas e também aos espaços e serviços públicos disponíveis no bairro. Com a organização sucessiva das feiras, as mulheres aos poucos foram se apropriando da praça e formulando com mais clareza reivindicações necessárias para a sua manutenção, não apenas para uso durante os dias de feira, mas também para demais moradores(as) que circulam por ali. Além de construir essas reivindicações de forma que pudessem ser levadas ao poder público, elas também passaram a se mobilizar para fazerem elas próprias algumas intervenções no espaço. Uma dessas iniciativas foi a pintura do muro da praça, articulada com militantes feministas do coletivo Marcha Mundial das Mulheres. Com alegria, as mulheres pintaram no muro a si próprias e as atividades de produção e comercialização que as ligam àquela praça, preocupadas em registrarem nas pinturas representações de si e de outras mulheres que fossem “reais”, de pessoas que “existem fora das revistas e da TV” (segundo elas, mulheres gordas e pretas), e do processo completo de cultivo dos alimentos e transformação deles nos produtos comercializados na feira.

Imagem 16 - As produtoras pintando a si próprias no muro da Praça Cristiane de Nardo



Fonte: Foto tirada pela pesquisadora, maio de 2017.

Para a feira do mês de março de 2017 o tema escolhido para pautar as atividades de Feira foi a luta das mulheres, em referência ao dia 8 de março, dia internacional de luta das mulheres. Aconteceu entre as feirantes uma discussão sobre as imbricações entre ser mulher e ser feirante. As mulheres compartilharam com o grupo dificuldades que têm enquanto mães e esposas, principalmente de conciliar a produção com os cuidados da casa e família, seja por conta da questão do tempo que exige esse trabalho de cuidados, seja pelo fato de que a logística de produção acontece na própria casa, onde matérias-primas e itens de uso pessoal da família se misturam. Das dificuldades na produção que foram compartilhadas pelas mulheres, algumas relatam a falta de dinheiro para compra de matéria prima. Outra questão bastante recorrente é o desafio de conciliar a produção com as tarefas domésticas e o cuidado com filhos. Algumas mulheres casadas relataram resistência dos maridos em ajudá-las na feira (seja com a produção, seja com a montagem e desmontagem das barracas ou levando os produtos até a praça, seja frequentando a feira como consumidores).

O retorno financeiro que elas tiveram nas feiras foi recebido por elas com muito apreço. Me lembro que enquanto desmontávamos a feira que aconteceu em

dezembro de 2016, Margarida me falou que estava muito feliz pois tinha ganhado dinheiro suficiente para conseguir comprar uma tinta de cabelo que estava querendo e não tinha “um tostão” pra comprar, entusiasmada pois passaria o natal “bem lindona”. Esse diálogo aconteceu no sábado à noite, e logo no domingo de manhã recebo uma mensagem dela falando que estava muito feliz pois já tinha comprado a tinta de cabelo. Ela continuou a montar seu bazar nas demais edições da feira, e com o dinheiro que juntou, pagou uma consulta ao oftalmologista, e pegando a indicação de novas lentes, conseguiu também trocar os óculos para adequá-lo às suas necessidades (coisa que, segundo ela, precisava ser feito há muito tempo).

No que diz respeito às trabalhadoras do Banco, a autonomia financeira é uma questão correntemente debatida nas reuniões internas, tanto quando o assunto é a remuneração do trabalho de Agentes de desenvolvimento local, quando se trata da participação delas na feira enquanto produtoras. Contando sobre a experiência de trabalharem no Banco, elas falam da importância de ganharem o próprio dinheiro, ainda que considerem o que ganham pouco para o trabalho que desenvolvem. Rosa relata que é seu marido quem sustenta economicamente a casa, mas que quem faz todo o trabalho de manutenção, limpeza, organização e alimentação é ela, e por todo o esforço que já dispõe, não usa o dinheiro do seu salário para nada da casa, sim em coisas para si própria.

Outra questão determinante para a participação das trabalhadoras nas atividades desenvolvidas no Banco Nascente é o fato de que elas conseguem montar a própria rotina de trabalho, conseguindo assim conciliar com tarefas domésticas (como o preparo das refeições da família, o contraturno das crianças na escola, eventuais compromissos externos como consultas médicas). Elas falam também que com o trabalho no Banco Nascente tiveram a experiência de conhecer muitas novas pessoas e foram até viajar, e que isso são “coisas que o dinheiro não compra”.

Essa questão da autonomia financeira relatada pelas mulheres do Banco e pelas demais produtoras do coletivo Compre no Bairro é uma das principais pautas do debate feminista que gira em torno das análises e teorias que versam sobre a economia solidária. Nobre e Freitas (2012) demonstram o potencial da economia solidária em contribuir para a autonomia financeira das mulheres, acompanhados de

ganhos nos campos políticos e culturais, a partir da construção de outras formas de articulação entre os trabalhos produtivo (remunerado) e reprodutivo (de cuidado com a casa, da alimentação, educação, cuidado com a saúde da família).

No coletivo de mulheres da Feira Compre no Bairro as mulheres relatam também que a participação no grupo de produtoras significa para elas mais do que o retorno financeiro, que para muitas delas é a autonomia financeira em relação aos maridos, ainda que instável pois não é sempre que as vendas são boas. Elas ressaltam também os momentos de encontro de amigas que tinham nas reuniões e nas feiras, sem a presença dos maridos.

Para além da questão financeira, que tem peso simbólico especial para essas mulheres que historicamente se dedicaram ao trabalho doméstico e de cuidado- não remunerado, percebo também como a comercialização toca em questões relacionadas à valorização da autoestima dessas mulheres. Madeleine Hersent (2009), ao pensar nas relações de cooperação e autonomia em iniciativas solidárias compostas por mulheres, fala justamente do ganho de autoestima, respeito e autonomia advinda da experiência da organização coletiva e autogestionária do trabalho. Para além disso, vejo como a comercialização de produtos fabricados por elas próprias carregam não só o fato de representarem a autonomia financeira, mas também da valorização e reconhecimento de seus saberes, impactando diretamente em sua autoestima.

Adotar como constitutivas (produtos e produtoras) dos processos econômicos questões relativas à construção identitária das mulheres (como sua autoestima ou trajetórias individuais), relações intrafamiliares (de desigualdade, violência mas também de cuidados e confiança), ou novas possibilidades de arranjo das questões públicas e privadas (de diálogo, por exemplo, com gestores e gestoras da prefeitura municipal), é um movimento de apreender e analisar o mundo econômico a partir de categorias que deem conta de abarcar a realidade e experiência de mulheres reais, de suas vidas cotidianas.

Aproveitando o slogan usado em campanhas de divulgação da economia solidária, podemos a partir do empreendimento Banco Nascente e das iniciativas que dele irradiam, perceber que de fato “uma nova economia acontece”. Cotidianamente, resilientemente, e não apenas pelo fato de que ela desafia as

formas de propriedade e formas de tomada de decisão (como correntemente pode-se perceber nos mesmos discursos que divulgação e afirmação identitária da economia solidária), mas, principalmente, essa nova economia acontece porque ela é construída por mulheres.

Questionar as divisões capitalistas da economia (das capacidades intelectuais e operacionais, da propriedade dos meios de produção) não parece suficiente para explicar a realidade de atuação dessas mulheres no campo econômico, que questionam também formas de divisão sexual do trabalho, articulando de outra forma os trabalhos reprodutivos e produtivos. No caso do Banco Nascente, pode-se perceber como a participação das mulheres em uma instituição financeira de microcrédito transforma essas práticas hegemonicamente capitalistas de oferta de microcrédito para pautar valores como confiança e cooperação; e também como transforma as relações intrafamiliares de divisão sexual do trabalho, trazendo para a esfera pública questões historicamente relegadas ao domínio privado da vida doméstica e trazendo para dentro de suas casas novas perspectivas do trabalho que lá realizam e nova formas de dividi-lo com as demais pessoas com quem residem. O fato de essa nova forma de fazer economia que vemos no Banco Nascente ser construída por mulheres passa longe de ser irrelevante para a constituição desse projeto político de “outra economia”.

4.3 Bancos Comunitários de Desenvolvimento como espaços de mediação

É nesse sentido da incorporação de outros valores e modos de funcionamento que autoras que se dedicam a refletir sobre iniciativas solidárias mostram como essas iniciativas podem se construir como *espaços de mediação* (GUERIN, 2005; BRAZ, 2014). Essa questão aparece tanto na incorporação da confiança, vizinhança e territorialidade nas práticas financeiras, como no sentido da construção de novas relações entre a vida privada-doméstica e a vida pública.

Juliana Braz (2014) ao refletir sobre o Banco Palmas e suas práticas financeiras, apresenta, em contraposição à uma indústria do microcrédito típica do capitalismo financeiro, a oferta de microcrédito “solidário” marcada pelo

enraizamento comunitário e territorial que olha para a produção e dinamismo dos recursos locais. Segundo a autora, a *forma* como as ferramentas financeiras são utilizadas é que leva à transformação o sentido da economia como um modo de organização da vida, fugindo do sistema convencional de maximização de lucros marcado pela competição. O próprio adjetivo “solidário” aparece dentro do campo das finanças e microcrédito com a intenção de subverter a lógica econômica utilitarista por uma visão de economia regida pela lógica da confiança, da cooperação, do cuidado.

Assim, a autora apresenta “micronegociações” e “deslocamentos” (Braz, 2014) das práticas financeiras dos BCDs, uma vez que não se pautam pelas mesmas diretrizes e modos de atuação dos bancos convencionais. São características dos Bancos Comunitários elencadas a circulação de uma moeda social que traz o resgate da cultura e identidade locais; a adoção de critérios de concessão de empréstimo flexíveis, com análises baseadas em critérios econômicos e também em critérios sociais; e o caráter educativo das práticas financeiras solidárias.

No Banco Nascente, pude vivenciar como as trabalhadoras operam com as linhas de crédito, na avaliação e monitoramento dos empréstimos e nas formas de lidar com a inadimplência de uma *forma* bastante diferente do sistema de microcrédito capitalista convencional. Mais do que medir o sucesso da experiência de oferta de serviços financeiros a partir de números ou cifrões, ressalto algumas práticas do Banco Nascente que vêm de encontro com essas transformações das relações público-privado que se estabelecem a partir da família, da vizinhança e da proximidade.

Destarte, ressalto o “aval solidário”, a espinha dorsal das diretrizes de concessão de empréstimos do Banco Nascente, que requer à pessoa que entra com pedido de empréstimo não documentos que comprovem seu nome limpo na praça ou comprovante de residência, mas o contato de três pessoas da comunidade que confirmem que essa pessoa é moradora local e está apta a receber e quitar empréstimos com o Banco. Uma vez marcado pela expressiva experiência de inadimplência, as pessoas que deram o aval para que fossem concedidos os empréstimos que não voltaram ao fundo do Banco Nascente foram acionadas como

forma de garantir a rede de relações locais para contribuir com o controle daquele dinheiro.

As próprias formas de tratamento da inadimplência, extensamente discutidas ao longo dos anos pela equipe do Banco Nascente, sempre teve como guia o acolhimento das dificuldades de pagamento, das condições de vida daquela pessoa que estava devendo, e a preocupação em propor outras formas de pagamento da dívida: seja com a renegociação das parcelas, seja com a substituição pela realização de algum serviço no lugar do pagamento do dinheiro. Nesses procedimentos, as trabalhadoras do Banco visitavam as casas das pessoas inadimplentes, e tinham como preocupação a forma como esse diálogo se estabeleceria, querendo construir uma relação de acolhimento e não de cobrança.

Hoje participei de uma reunião específica para tratar do assunto da inadimplência. As trabalhadoras decidiram fazer uma nova tentativa de negociação das dívidas e também procurar as pessoas que deram aval solidário. Elas falaram da importância em reconhecer as dificuldades e necessidades das pessoas que estão devendo para além da dívida com o Banco. Uma possibilidade será o pagamento das dívidas na forma de prestação de serviços ao Banco, o que não pode acontecer é uma dívida ser esquecida porque o banco tem normas e regras. Elas montaram uma escala de visita à inadimplentes, que chamaram de “Prosa com inadimplentes”. A ideia é fazer uma visita casa a casa para ter uma conversa amigável sobre a situação das pessoas. Enquanto trabalhadoras do Banco, elas dizem se preocupar com o bem estar dos moradores e moradoras da comunidade para além da situação financeira: porque será que não estão pagando a dívida? Será que estão passando por mais dificuldades? É preciso ter cuidado nas abordagens, fazer esforço para se colocar no lugar do outro, estabelecer uma relação solidária. Nessa visita elas se dispõem a “ouvir mais que falar”. A “ajudar e não cobrar”. Falam da importância da sinceridade e em não deixar a pessoa desconfortável. Também decidem que não farão as visitas sozinhas, mas sempre em dupla de trabalhadoras. (Anotações próprias, abril de 2014.)

Essas diretrizes de “acolhimento” da inadimplência tinham dentro das reuniões internas deliberativas do Banco a preocupação de que a relação estabelecida entre o Banco Nascente e a comunidade não fosse o de cobrança de dívidas, mas sim do apoio à geração de trabalho e renda acompanhada de uma adequada organização e gestão financeira. Assim, dentro das atividades propostas como formas de tratamento da inadimplência, foram propostas pela equipe do Banco oficinas de gestão financeira (do empreendimento e doméstica). Na época, apenas duas inadimplentes compareceram à essas atividades.

Vale ainda citar o caso de Seu Francisco, primeiro tomador de empréstimo da história do Banco Nascente, que solicitou o Crédito Produtivo para que pudesse comprar matéria-prima para confeccionar chinelos decorados. Seu Francisco foi o primeiro tomador de empréstimo do Banco Nascente e também o primeiro inadimplente. Depois de inúmeras tentativas de contato com ele e com as pessoas que lhe haviam dado o aval solidário, a equipe de trabalhadoras do Banco recorre ao padre, e juntos conseguem articular o pagamento da dívida com um serviço que Seu Francisco prestaria à Igreja. Em 2014 Seu Francisco falece deixando para trás uma dívida com o Banco Nascente de 400 reais de serviços ainda não realizados:

A Violeta chegou no Banco hoje contando que faleceu Seu Francisco, o primeiro tomador de empréstimo do Banco Nascente. Ele deixou uma dívida de 400 reais com o Banco, ele havia combinado de prestar alguns serviços para a Igreja mas ainda não tinham sido finalizados. As trabalhadoras decidem não cobrar a dívida da família. Enfatizando que as dívidas nunca devem ser perdoadas para que a população não se acostume com isso, elas chegam à conclusão de que nesse caso especial isso não seria nem um pouco “solidário” da parte do Banco, porque sabem que a família do senhor passa por dificuldades financeiras e tem ainda que lidar com mais dívidas contraídas por ele em outros “estabelecimentos capitalistas” (palavras delas). Anotações próprias, 2014.

Ainda sobre a proximidade das relações estabelecidas em torno da movimentação financeira do Banco, gostaria de me atentar à figura das trabalhadoras, mais propriamente à história de uma delas – Violeta, a que está há mais tempo no Banco, tendo no passado participado daquela Cooperativa de prestação de serviços de limpeza que foi a primeira iniciativa de economia solidária no território (e no município). Essa mulher, concomitante à sua atuação no Banco Nascente, também se dedica a uma iniciativa econômico solidária de produção de produtos de limpeza artesanais. Nessa condição, ela é também uma tomadora de empréstimo do Banco, que foi concedido em nome dessa iniciativa para compra de matéria-prima. Assim como outras tomadoras de empréstimo, ela também é inadimplente. Sua dívida é sempre mencionada quando se faz o monitoramento das situações de inadimplência, mas a explicação de porque ela não é quitada não acontece, visto que as demais trabalhadoras parecem conhecer os dilemas pessoais de Violeta e a dificuldade que ela tem em quitar essa dívida na atual situação familiar em que se encontra.

Também a respeito das relações de proximidade que se constroem a partir da oferta de crédito e circulação financeira no território, voltamos aos esforços de construção da Feira Compre no Bairro. Ainda que inicialmente essa iniciativa tenha sido construída pelas trabalhadoras do Banco como uma estratégia de fomento à produção e comércio locais, quero me atentar aos ganhos não-econômicos que ela movimentou no território e entre seus(suas) participantes. A escolha do local onde ela acontece ainda nos dias de hoje parte da procura por uma movimentação mais intensa de transeuntes que circulam pela rua do comércio. Essa escolha de local, no entanto, aparece também como uma forma de levar para fora do Gonzaga o que lá é produzido, como tentativa de mediar e transformar as relações internas ao território, muitas vezes conflituosas, e que circunscrevem ao Gonzaga apenas atividades ligadas ao comércio ilegal de drogas e à cultura das doações. A comercialização, assim, parece ter uma faceta que não pode ser quantificada em termos econômicos, mas sim de mudança do estigma do que significa ser “favelado”, incidindo nos conflitos e fronteiras construídas ali mesmo, internas ao território.

Ainda a respeito desse papel mediador de um Banco Comunitário de Desenvolvimento, para além das relações territoriais e comunitárias inseridas na lógica financeira do microcrédito, vemos também como as trabalhadoras do Banco Nascente conseguem, no bojo do empreendimento solidário, articular diferentes questões que tocam suas vidas particulares trazendo-as ao debate público.

Assim como vimos que saberes tradicionais das mulheres são inseridos nas relações e transações financeiras, como os ligados à alimentação (da venda de pães artesanais à feijoada que visa auxiliar no pagamento de empréstimos atrasados), vemos também como a participação no empreendimento solidário permite conciliar a atuação profissional com a vida doméstica familiar.

Repensar as formas de divisão sexual do trabalho no Banco Nascente aconteceu tanto nas conversas cotidianas entre as trabalhadoras em que elas reconhecem e se isentam mutuamente do peso das obrigações de cuidado da responsabilidade feminina, como também nos momentos em que elas assumiam a importância dessas atividades para reprodução e o bem-estar próprios e de suas famílias, e assim reafirmavam sua disposição para exercê-las. O movimento de alargar a esfera pública aqui vem no sentido tanto de identificar e questionar a

divisão sexual do trabalho, mas também de incorporar nos espaços de trabalho fora de casa questões tradicionalmente circunscritas à esfera doméstica como preocupações pertinentes da esfera econômica.

Isabelle Guérin (2005) mostra como os espaços e iniciativas solidárias podem caminhar nesse sentido de construção de uma economia plural, que abarque a repartição das competências e responsabilidades entre sociedade civil, mercado e poderes públicos, e também que dê visibilidade à complementariedade dos recursos mercantis, não mercantis, e não monetários na construção dessa economia.

Outra questão que a autora apresenta é a possibilidade de construção de um projeto político coletivo entre mulheres, e que isso pode significar em termo de acesso à direitos, a partir da mediação entre os interesses individuais e a construção de interesses coletivos. Para tanto, assim como a autora coloca e como se pode notar na prática do Banco Nascente, é necessária a familiarização com o ambiente institucional no qual as iniciativas solidárias estão inseridas (GUERIN, 2005).

A ocupação de novos espaços - geográficos, institucionais, de interlocução pública - foram uma parte significativa das experiências que acompanhei no Banco Nascente. Isso acontecia não só nos momentos de interlocução com gestores(as) públicas ou com a universidade, mas também a partir da participação das trabalhadoras nos espaços de articulação política da economia solidária como movimento social.

Assim como coloca Guérin (2005) no contexto de iniciativas solidárias na França e Senegal, também foi possível perceber como a participação das mulheres no Banco Nascente também foi uma forma de aproximá-las do ambiente institucional ao qual elas estão cotidianamente inseridas, seja no que diz respeito à informações sobre o funcionamento burocrático de uma figura jurídica, seja nas formas e caminhos de diálogo com o poder público, seja com termos técnicos com os quais se deparam também em situações fora do empreendimento.

Circular por diferentes lugares da cidade, no Centro Público de Economia Solidária ou na Câmara Municipal, significa circular também por novos espaços de articulação política: pelas discussões sobre política públicas, sobre o papel e deveres do poder público, sobre o Plano Pluri Anual Municipal ou a Lei Orçamentária Anual - coisas que até então não faziam parte de suas vidas cotidianas. Margarida

me explica os meandros da audiência na Câmara Municipal que deliberou sobre a Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017, que ela acompanhou enquanto conselheira de economia solidária tentando garantir que fossem reservados recursos para o Fundo Municipal de Economia Solidária. Ela diz: “Me pergunta se no ano passado eu sabia o que era LOA? Sabia nada! Mas agora eu tô lá, tô sabendo o que é, e se der vou dar a minha opinião pra mudar.”.

Aqui procuramos olhar para o Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente como uma instituição mediadora de novas referências e produtora de novos sentidos para o fazer econômico, social e político. Pudemos observar isso em diferentes situações: nas ferramentas financeiras que tomam formas familiares; na apropriação crítica e política de imperativos da lógica financeira; na moeda social que transcende as funções existentes no capitalismo para reivindicar também o pertencimento e valorização do território e suas nascentes. Pudemos ver como no bojo do empreendimento fez-se possível articulação de ferramentas tradicionalmente capitalistas com as relações sociais predominantemente baseadas na familiaridade, proximidade, vizinhança, incorporando valores como igualdade e justiça social embutidos no funcionamento das atividades de crédito. Nesse sentido, reconhecemos o Banco Comunitário como um espaço de resistência à homogeneização das relações sociais pela lógica mercantil.

Também como uma forma de resistir e transformar essa lógica mercantil pode-se elencar as relações estabelecidas por essas mulheres entre o ambiente profissional do empreendimento e questões ligadas à suas vidas familiares. Nesse sentido temos a incorporação de outras preocupações, saberes, modos de fazer, também teve o movimento de dar visibilidade e repensar as formas tradicionais da divisão sexual do trabalho. Podemos observar como o conjunto de práticas e discursos vinculados ao contexto e dinâmica locais e familiares constrói no dia a dia do empreendimento uma “contrarracionalidade” de articulação da cultura e história local à produção de seu desenvolvimento, de valorização dos trabalhos das mulheres na produção de suas próprias histórias (BRAZ, 2014).

4.4 Autogestão como exercício cotidiano da fala pública

A autogestão é uma questão essencial à economia solidária, a despeito das diferentes visões e abordagens construídas na literatura e na prática de empreendimentos e iniciativas solidárias em todo o país. Ela se caracteriza por processos deliberativos coletivos horizontais participação democrática, em que todos(as) os(as) sócios(as) participem das decisões relativas ao rumo do empreendimento (SINGER, 2002).

Acompanhando o funcionamento das atividades cotidianas no Banco Nascente, vejo como o estabelecimento e manutenção desses processos deliberativos se apresenta na prática como potencializador de algumas questões, ao mesmo tempo em que se desenha como um obstáculo para outras. Nesta seção, gostaria de me ater brevemente sobre as formas concretas como se experimentam os processos autogestionários das trabalhadoras do Banco Nascente entre si, para pensar como isso se relaciona com a emergência das mulheres como sujeitos políticos.

Partindo do fato de que a maioria das discussões e das decisões tomadas no âmbito Banco Nascentes acontece em conjunto das trabalhadoras com a equipe de incubação que vem da universidade, ficam nítidos nessas situações os desafios de se construir processos autogestionários a partir do encontro de diferentes saberes. Nenhuma das trabalhadoras possuía ensino superior, tão pouco familiaridade com textos acadêmicos ou forma como esse conhecimento científico é produzido e distribuído, inclusive de referenciais próprios do campo da economia solidária que sustentam as ações propostas pelo NuMI de implementação no território. Os saberes que elas trazem são outros, que vem da experiência da articulação comunitária nas atividades paroquiais, na vivência que elas têm na própria comunidade, e das experiências que tem enquanto mulheres, enquanto administradoras das dinâmicas familiares, do refletir e construir na prática relações solidárias entre si e com as pessoas que usufruem dos serviços do Banco.

No contexto do Banco Nascente, percebo que há alguns tipos de saberes que são essenciais para o desenvolvimento das atividades do empreendimento: algumas

habilidades de informática; a familiarização com contas matemáticas necessárias à análise e cálculo dos empréstimos e das suas parcelas de pagamento; a linguagem jurídica própria dos estatutos de associações da sociedade civil. Nesse sentido, faz parte das ações desenvolvidas pelo NuMI atividades de formação para que as mulheres consigam se apropriar de tais saberes necessários para a gestão do banco comunitário de desenvolvimento: oferecendo para as mulheres aula de educação etnomatemática ou oficinas de inclusão digital, por exemplo.

Por outro lado, a vivência que elas têm enquanto mulheres integrantes dessa comunidade, de quem mora e se relaciona com as pessoas dali, e vive na pele as riquezas, os dilemas e necessidades do território, muitas vezes aparece nas falas das próprias mulheres como constituindo saberes menos importantes, menosprezados, subalternos.

Na prática se pode perceber como era difícil que a opinião das trabalhadoras fosse apreendida de forma horizontal, tanto por pessoas ligadas a universidade, quanto por pessoas da comunidade, inclusive por elas próprias. Vejo os *efeitos centralizadores de poder* vinculados à essa legitimidade do conhecimento acadêmico científico (FOUCAULT, 2005; PELÚCIO, 2012), muitas vezes faz com que elas evitem expor suas opiniões; que elas acatem opiniões e propostas que vem da universidade; ou que elas, em suas falas, diminuam o saber que têm por ele não ter esse status de ser científico ou acadêmico.

Essa hierarquização de diferentes saberes se constrói como um desafio para instituição de processos autogestionários, e para a construção da autonomia - tanto do empreendimento no rol das demais iniciativas da cidade, do movimento de economia solidária, das políticas públicas de fomento e financiamento; quanto para as próprias trabalhadoras enquanto pessoas envolvidas nesses espaços de discussão e deliberação.

A preocupação em garantir que todas as decisões referentes ao empreendimento se deem de forma coletiva traz ao dia a dia também a dificuldade de divisão de tarefas. A garantia de que todas as trabalhadoras participem de todos os comitês e comissões formados no desenvolver das atividades do empreendimento apresenta desafios quanto ao estabelecimento de possíveis datas para os encontros de encaminhamento de tarefas, e acarreta em certa morosidade

no processo de tomada de decisões, que às vezes precisa ser mais rápido do que se faz possível nos tempos disponíveis por todas as trabalhadoras reunirem informações pertinentes e se encontrarem para debater e decidir coletivamente.

Vejo nessas situações os desafios de se garantir um processo autogestionário respeitoso, ágil e eficaz entre mulheres que, apesar de terem muitas coisas em comum, tiveram em suas trajetórias diferentes experiências: são de diferentes gerações, têm diferentes apropriações dos termos da economia solidária e dos conhecimentos matemáticos necessários para os processos de análise e concessão de empréstimo, e diferentes formas de se colocar no mundo e expressar suas opiniões. Essas dificuldades fazem-se sentir, muitas vezes, no desgaste das relações internas entre as trabalhadoras e na dificuldade em tomar decisões rápidas e que contemplem a todas.

Por outro lado, pode-se perceber como a preocupação na manutenção de processos autogestionários fez com que as trabalhadoras desenvolvessem mecanismos e estratégias de processar dilemas e tomar decisões coletivamente. Ressalto a importância que elas dão à “escuta ativa”, ou: o fato de prezarem sempre por ouvir a opinião de todas as trabalhadoras quando se discute algum assunto. Na prática, há a preocupação em que nenhuma das mulheres seja interrompida quando fala, e o incentivo mútuo para que todas expressem suas opiniões sinceras. Quando as discussões aquecem, elas próprias introduzem na discussão o “bastão da fala”, um artefato qualquer que garante que apenas a pessoa que o segura terá direito a fala, enquanto as demais ocupam-se em escuta-la atentamente e sem interrupções.

Outro aspecto a ser ressaltado é a importância que as trabalhadoras dão à valorização dos potenciais e conquistas individuais de cada uma como um estímulo ao trabalho coletivo. Nos momentos de avaliação das atividades executadas, elas sempre prezam por não apenas criticar ou propor sugestões de mudança, mas em ressaltar o que foi positivo da atuação das demais companheiras de trabalho na situação em questão. As mulheres sempre se atentam em elogiar a postura e atuação umas das outras ressaltando as qualidades que essa pessoa traz ao coletivo do Banco, seja em atividades desenvolvidas no âmbito do empreendimento, seja em atividades desenvolvidas nas atividades paroquiais ou nos ambientes domésticos.

Por fim, pelo fato de ter acompanhado esse quadro de trabalhadoras desde que a maioria delas se aproximou do Banco e da economia solidária, com exceção da Violeta, vejo como o envolvimento nos processos deliberativos autogestionários foi importante para o exercício da fala pública e da sustentação de argumentos dessas mulheres. Construir e sustentar uma fala pública é uma das formas de se construir como um sujeito, se colocando como uma mulher munida de palavras e voz que manifestam suas percepções do mundo e dilemas comuns.

Ao longo do tempo, vejo como o exercício que as trabalhadoras fazem de incentivar umas às outras a contribuir ativamente com as opiniões pessoais na tomada de decisões coletivas, é sentido no ganho de segurança e firmeza com que elas emitem as opiniões em outros espaços fora das reuniões internas do coletivo (reuniões com parcerias externas, no Conselho Municipal de Economia Solidária, em atividades ligadas à economia solidária fora do território como mesas redondas ou palestras, e também falando, por exemplo, no microfone nas atividades que acontecem no próprio bairro).

Nobre e Freitas (2012), ao pensar nas construções da igualdade de gênero na economia solidária, ressaltam justamente as possibilidades de emancipação das mulheres por meio do poder de decisão e autonomia desenvolvidos na participação em espaços autogestionários. Da mesma forma, Madeleine Hersent (2009) debate as formas de organização coletiva do trabalho, pensando as possibilidades da corresponsabilidade e da polivalência da participação das mulheres em situações de autogestão, e nos ganhos de autoestima, respeito e autonomia sentidos por elas. A autora apresenta esses espaços e momentos de trabalho coletivo como sendo espaços onde as mulheres podem vir a articular de maneira dinâmica diferentes componentes de suas trajetórias: de gênero, origem, diferenças sociais. Essas trocas de experiências e práticas são justamente o que, para a autora, apresentam a potencialidade de colocar em questão a ordem estabelecida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da discussão a respeito da garantia de direitos e da inserção no mercado, buscamos apresentar diferentes correntes teóricas que pensam a respeito de formas de tratamento da questão social no Brasil. Nesse sentido, pudemos ver como são feitas críticas à estratégias de combate à pobreza que pautam-se no atendimento focalizado direcionado à inserção dos pobres no mercado, cujos efeitos são tanto a despolitização e individualização da pobreza, como a não incorporação na esfera pública questões relativas à reprodução da população, deixando-nas circunscritas ao espaço doméstico onde são tratadas, historicamente, pelas mulheres.

A partir do acompanhamento de perto e de dentro do dia a dia do Banco Nascente pode ser identificada uma série de momentos em que a participação no empreendimento não se construía como via de acesso à alguns direitos formais. Estamos falando das diversas formas de trabalho precário a que são submetidas as trabalhadoras do Banco Nascente e as pessoas que recorrem aos empréstimos como forma de geração de renda; da instabilidade e insegurança do vínculo empregatício dessas mulheres; da falta de uma remuneração justa e de um ambiente de trabalho confortável e seguro; da relação que se constrói entre o empreendimento e poder público, especialmente no que diz respeito às formas de sustentabilidade econômica dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Vamos desenvolver algumas dessas questões como considerações finais do esforço de pesquisa de campo e reflexão aqui apresentadas.

À respeito de uma visão de microcrédito para geração de renda que incentiva o envolvimento das pessoas tomadoras de empréstimo em situações de trabalho inseguras e precárias, percebe-se importância dessas formas de movimentação do sistema financeiro estarem ancoradas politicamente. Estamos falando de aliar a oferta de crédito com a criação de vínculos com outras formas de mudança da realidade que possam contribuir para a valorização de direitos fundamentais, seja com ações de formação política e econômica, seja por meio da aliança com demais movimentos sociais que pautam diferentes formas de redistribuição e justiça. Para isso, parece ser imprescindível o diálogo com a população que toma os

empréstimos, se vimos é justamente a *forma* como os empréstimos concedidos que diferencia a economia solidária do sistema financeiro convencional (BRAZ, 2014). Veremos como essa questão ainda é um desafio no dia a dia do Banco Nascente.

Particularmente no caso do Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente, nota-se que esse empreendimento não surgiu da organização endógena prévia da comunidade, movimento que talvez permitisse que essa iniciativa fosse avaliada como surgindo “de baixo para cima”, da população organizada para incidir no Estado (como, vimos, aconteceu em outros momentos da criação das políticas públicas de economia solidária). Pelo contrário, a própria concepção da natureza de um Banco Comunitário e de como ele poderia incidir na realidade dessa população aparece primeiro no discurso da Universidade Federal de São Carlos que, contando com financiamento público, pauta a construção de um Banco Comunitário de Desenvolvimento no território do “Jardim Gonzaga e bairros do entorno”. No cotidiano do empreendimento isso traz dificuldades no diálogo da equipe do Banco com a população (seja com a não devolução dos empréstimos concedidos, seja na dificuldade de organização e participação da comunidade nas ações de articulação e mobilização política).

À respeito da suposta separação entre um empreendimento solidário e o Estado, algumas dúvidas ainda não foram resolvidas. Tanto no discurso das políticas de fomento aos Bancos Comunitários de Desenvolvimento, quanto no discurso das próprias trabalhadoras do Banco Nascente, é feita essa divisão entre Estado e sociedade civil - a oposição que coloca o empreendimento solidário como sociedade civil organizada em oposição à gestores e gestoras públicas (seja de nível municipal, estadual, nacional). Essa cisão aparece também nos discursos da universidade à respeito do Banco Nascente e também de políticas públicas de fomento à iniciativas solidárias. Pudemos ver, no entanto, que os elementos que a literatura mobiliza para aproximar um Banco Comunitário de Desenvolvimento de uma experiência da sociedade civil organizada não se concretizam na história e no dia-a-dia do Banco Nascente.

Constatar que no Jardim no Jardim Gonzaga e bairros do entorno não há uma articulação política endógena traz inúmeros questionamentos a respeito da metodologia dos Bancos Comunitários e do discurso territorial e participativo no qual

ela se assenta. Qual o papel da Universidade na articulação dos moradores e moradoras e uma comunidade? Conseguirá o Banco Nascente construir sua autonomia e soberania frente à gestão pública e à universidade, se os próprios esforços de sua criação tiveram início fora do território? Será o Banco Nascente mais um braço do Estado que atua nesse território?

Pensar sobre essas questões, especialmente sobre a dificuldade de mobilização da comunidade de abrangência do Banco, não pode ser feita descolada dos diferentes conflitos que permeiam a vida nesse território. A partir do resgate histórico e localizado de algumas forças que atuam no território, pudemos ver como a desarticulação política tem a ver com a atuação desmobilizadora e despolitizante de gestores e gestoras públicas (da intervenção nas associações de moradores(as) locais, passando pela assistência social, à violência policial), e também, em alguma medida, em ações coordenadas pela universidade, apesar de carregarem consigo o discurso da “emancipação”.

Trazer essa discussão a partir do que deve ser um Banco Comunitário veio justamente no sentido de questionar se essas diretrizes e metodologias foram de fato construídas coletivamente e de acordo com os interesses da comunidade do Jardim Gonzaga e dos bairros do entorno. Na prática, parece que a experiência pioneira do Banco Palmas chega a São Carlos, interior do estado de São Paulo, como uma série de normativas que não dá conta de abarcar os dilemas, as necessidades, e a experiência cotidiana de moradores e moradoras locais, em especial das trabalhadoras do Banco Nascente.

Não podemos deixar de ressaltar que, ao longo de sua história e decorrente de sua visibilidade nacional e internacional, o Banco Palmas contou (e conta) com uma série de fontes de financiamento, inclusive internacionais, até então inexistentes no Banco Nascente. O contexto localizado do Banco Nascente é diferente dessa história, suas possibilidades de existência e atuação também. Vejo a iminente e constante desmotivação de não conseguir alcançar o objetivo sonhado de, assim espelhado na história do Banco Palmas, transformar a realidade do território e da vida das pessoas que nele moram - muitas vezes essa era a sensação relatada pelas mulheres depois de um longo dia de trabalho no Banco Nascente.

Será a luta contra a pobreza economicamente viável? No caso do Banco Nascente não, e não há inclusive a pretensão de que ela assim se construa. Ficou evidenciada com a participação e reflexões acerca do Banco Nascente que as próprias trabalhadoras do empreendimento não traçam como objetivo que o empreendimento seja mantido economicamente apenas com a mobilização financeira de seus empréstimos. Pelo contrário, lembrando a história do Banco Palmas, elas reivindicam fontes estáveis de financiamento que garantam a continuidade de seu trabalho no empreendimento e para com a comunidade.

Outra questão bastante marcante durante a pesquisa de campo foi apreender diversas situações em que o papel e a presença da universidade eram entraves para a construção da autonomia dessas mulheres. Essa questão me foi particularmente cara, uma vez que em muitos momentos o papel e a presença da universidade no Banco Nascente se davam na minha própria figura de assessora técnica. Assim, durante o período de tempo em que acompanhei as atividades do Banco, ficou nítido como existiram poucos espaços construídos sem presença de assessores(as) ligados à universidade. Como esperar autonomia de um empreendimento que, desde a concepção de ideia de sua implementação, passando por todos os procedimentos burocráticos, e também no diálogo com a população, foi tutelado pela universidade?

No dia a dia do Banco Nascente o diálogo com a comunidade parece ser o principal desafio enfrentado pelas trabalhadoras. Essa questão me faz pensar, junto com as trabalhadoras do empreendimento, sobre a importância de intencionalizar, nas políticas públicas e também na incubação universitária, a autonomização dos empreendimentos e iniciativas. Essa caminho parece ser menos o da implementação de diretrizes e metodologias externas ao território, ainda que se digam participativas e democráticas, e mais com o diálogo com outras políticas públicas que incidem nesses territórios e com a história (inclusive e principalmente) da articulação política dessa comunidade.

Entender os entraves de construção da autonomia do empreendimento a partir dos conflitos do território onde ele está inserido também faz pensar que o empreendimento sozinho não será capaz de transformar essa realidade em sua totalidade. Fica evidente a necessidade de uma série de políticas públicas

integradas que conversem entre si antes de incidirem na vida de moradores e moradoras locais. Estamos falando de políticas de moradia popular, em programas e políticas de acompanhamento e redução de danos para o uso abusivo de drogas, na educação pública e de qualidade para as crianças da comunidade, educação sexual para meninos e meninas, estamos falando também em espaços e atividades de cultura e lazer que faltam à população que ali vive. Pode-se notar como todas essas questões influenciam o dia a dia e a possibilidade de atuação do Banco Nascente no território.

Perceber e denunciar as formas de controle e tutela que orbitam o dia a dia do empreendimento solidário em questão não há de ser um motivo para sustentar o argumento que se extingam tais iniciativas solidárias ou suas políticas de financiamento. Como vimos, há uma série de ganhos na participação em um empreendimento autogestionário formado por mulheres que há de ser computado na avaliação dessa experiência. Refletir sobre situações de controle, aprisionamento, gestão, é uma forma de pensar caminhos e desafios para que essas iniciativas possam construir sua própria autonomia. Exatamente por esse motivo não houve aqui a pretensão de avaliar se o Banco Nascente é uma experiência de gestão ou se é a erupção da política. Pensar os processos, as condições, os caminhos, é criar subsídios para que se possa repensar e refazer tais processos que, ainda que assentados em um discurso de “soberania” e “autonomia”, na prática não o são.

Na vida das mulheres, pudemos ver como questões relacionadas a emergência delas como sujeitos extrapolam as dimensões do trabalho exercido fora de casa, da remuneração recebida e da perspectiva de sustentabilidade dos postos de trabalho no empreendimento Banco Nascente. Vimos também como há outras questões pertinentes à participação das mulheres na esfera pública e sua contagem como pessoas que tem o direito a se ter direitos. Essas questões são relativas à auto-estima, à fala pública, à saberes e responsabilidades que elas carregam consigo que historicamente foram circunscritas à esfera privada.

Nesse sentido, pudemos reconhecer como o Banco Comunitário Nascente é construído cotidianamente como um espaço de resistência à homogeneização das relações sociais pela lógica mercantil, tanto no sentido de trazer às relações financeiras questões relativas à familiaridade e vizinhança; como também pelo fato

de que no trabalho no empreendimento elas encontraram espaços nos quais puderam refletir sobre e reformular as tradicionais divisões sexuais do trabalho.

Assim, encontramos caminhos para questionar conceitos canônicos da Economia e da Sociologia, ao perceber que na realidade concreta da vida dessas mulheres há questões particulares que se mostram, a todo momento, pertinentes de serem tratadas na esfera pública. Essas questões vão desde a hora em que o almoço deve ser feito para que as crianças possam atender à escola, como questões relativas a trajetória individual e a auto estima das mulheres. Construir-se como um sujeito que reivindica ser reconhecido como tal parece envolver inúmeras questões que fogem às análises econômicas e sociológicas tradicionais do direito como uma categoria institucional, cujo lugar de análise perpassa o Estado, o mercado, e suas instituições.

Colocar essas teorias e conceitos a partir do prisma da “produção do viver” é um debate que se mostra bastante pertinente ao discurso do “bem viver” que atravessa a construção da Economia Solidária como um projeto político de transformação da sociedade. Ainda que a Economia Solidária *a priori* não contribua para a luta contra uma série de violências e desigualdade de gênero, percebemos como ela pode vir a ser um terreno profícuo para tal ao pautar uma visão plural da economia que permita uma reavaliação das formas da divisão do trabalho - inclusive da sexual.

No Banco Nascente, além da questão de incorporar dilemas das mulheres particulares de suas vivências como mães, esposas, moradoras da comunidade, também outra questão bastante significativa é relativa ao envolvimento delas em processos autogestionários de discussão e deliberação. Esse exercício cotidiano pôde ser sentido tanto dentro do próprio empreendimento - à medida que, com o tempo, as trabalhadoras foram se mostrando mais seguras e dispostas a elaborar argumentos para sustentar suas decisões e as formas como apresentá-los às colegas trabalhadoras; como também no movimento de colocarem-se em espaços de deliberação do movimento de empreendimentos autogestionários de São Carlos, na Rede de Bancos Comunitários, e em diversos espaços para os quais a participação delas no empreendimento as levou.

Falar em público não é tarefa simples. Muito menos quando se é mulher, com pouca inserção no sistema de ensino formal, moradora de uma favela historicamente estigmatizada na cidade. Pude perceber como o exercício cotidiano da autogestão no seio do Banco Nascente contribuiu para a apropriação de ferramentas de fala e escuta entre essas mulheres, que passaram, com o tempo, a reivindicar tal espaço e condição de fala em outros lugares, como a Câmara Municipal de Vereadores, mesas redondas e palestras sobre economia solidária, eventos de pesquisa e investigação acadêmica, entre outros. Falar em público também é reivindicar-se enquanto sujeito que fala, que tem palavra, voz, que reflete e constroi o mundo. Nesse sentido, vimos como o exercício cotidiano da autogestão entre mulheres se concretizou no Banco Nascente como uma prática diária de entender-se e colocar-se enquanto sujeito falante.

Se a Economia Solidária é construída discursivamente (tanto como política pública quanto como movimento social) como forma de combater uma série de processos de controle e gestão da população brasileira, isso só se concretizará à medida que incorporar no exercício de denúncia das formas de divisão capitalista do trabalho, também a dimensão sua sexual. Uma nova economia só será possível se ela articular, entre todos os gêneros, formas mais horizontais e democráticas de lidar com o trabalho de cuidados doméstico e familiar, e também quando ela incidir incisivamente na desconstrução e combate à desigualdades e violências de gênero nos espaços públicos e também no âmbito familiar e doméstico.

Apresentar e analisar o cotidiano do Banco Comunitário de Desenvolvimento Nascente e das mulheres que nele trabalham teve, nesta dissertação, o sentido de pensar, em tempo real, nas iniciativas construídas com a intenção de transformação da realidade. Identificar processos e caminhos que obstruem a participação dessas mulheres no jogo público ou que relegam suas preocupações à esfera privada é uma tentativa de aprender com os erros em tempo para que possam ser reformulados. Também nesse sentido busquei refletir sobre a minha própria atuação enquanto assessora técnica e como parte de uma equipe maior do NuMI-EcoSol.

De maneira geral, no entanto, sinto-me segura em finalizar esta dissertação valorizando os caminhos trilhados por essas mulheres no seio do empreendimento, e reconhecendo como, em muitos momentos, isso fez possível com que elas

ressignificassem suas relações intrafamiliares, suas trajetórias, identidades e sonhos, e a forma como constroem suas falas públicas. Nesse sentido, afirmo as possibilidades de iniciativas da Economia Solidária em contribuir para a autonomia das mulheres e para sua construção enquanto sujeitos políticos, mesmo em contexto de ameaça à manutenção de direitos historicamente conquistados pela população brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ARENDRT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro. BERTRAND BRASIL: 2002

BIONDI, K. **Junto e misturado**: imanência e transcendência no PCC. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003-2010**. Brasília: MTE, 2012.

BRAZ, J. O. B. **Os dilemas de se estar no fio da navalha**: a experiência do Banco Palmas e suas práticas cotidianas. 2014. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BRITO, M. N. C. Gênero e Cidadania: referenciais analíticos. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 291-298, jan. 2001.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 42-62.

_____. La Investigación-Acción en convergencias disciplinares. **LASAFORUM**. Pittsburgh, EUA, v. 38, n.4, p.17-22, 2007.

CARRASCO, C. Con voz propia: La economía feminista como apuesta teórica y política. **Athenea Digital**. Madrid: La Oveja Roja, v. 15, n.1, p.323-329, 2014.

_____. **Estatísticas sob suspeita**: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres. Tradução de José Valenzuela Perez. São Paulo: SOF, 2012.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DOZENA, A. (Org). **São Carlos e seu Desenvolvimento**: Contradições Urbanas de um Pólo Tecnológico. 1 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão**: política e violência nas periferias de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2011. v. 1. 366p.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Fórum Brasileiro de Economia Solidária**: a experiência de gestão e organização do movimento de economia solidária no Brasil. Brasília: FBES, 2006. Disponível em: <<http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c725c2c79.pdf>>. Acesso em: jan/2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). V Plenária Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável**. Luziânia, FBES: 2012.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Por que os BCDs são uma forma de organização original?. In: INSTITUTO PALMAS; NESOL-USP. **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. 1ed. São Paulo: A9 Editora, 2013, v. 1, p. 83-93.

FREIRE, M. V. A importância dos bancos comunitários para a inclusão financeira. In: INSTITUTO PALMAS; NESOL-USP. **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. 1ed. São Paulo: A9 Editora, 2013, v. 1, p.41-59.

GEORGES, I.; LEITE, M. P. (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2012. 440p.

GEORGES, I.; SANTOS, Y. G. dos. **As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência**: produção local do serviço e relações de gênero. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2016. v. 1. 355p.

GEORGES, I.; RIZEK, C. B.; CEBALLOS, M. As políticas sociais brasileiras: o que há de novo? In: GEORGES, I.; RIZEK, C. B.; CEBALLOS, M. (Orgs.). Coordination du dossier: As politiquas sociais brasileiras. **Caderno CRH**. Salvador, v. 27, n. 72, 2014, p. 457-461.

GOMES, A. M. C. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HERSENT, M. Cooperação e autonomia das iniciativas de mulheres em economia social e solidária: duro reconhecimento. In: LEITE, M. P.; GEORGES, I. (Orgs.). **Economia solidária e as novas configurações do trabalho**. São Paulo: Editora Annablume, 2010.

HILLENKAMP, I. Economía solidaria y transformación social: pluralidad y tensiones - Lecciones de Bolivia. In: PIMENTEL, B. M. **Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina**: una perspectiva descolonial. 1 ed. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2012, p. 231-258.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dez 2007.

HOLZMANN, L. Empreendimentos solidários: autonomia ou tutela?. In: LEITE, M. P.; GEORGES, I. (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e economia solidária**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2012, p. 269-286.

IVO, A. L. **Viver por um fio**: pobreza e política social. São Paulo: Annablume, 2008.

KALLEBERG, A. L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 24, n. 69, p. 21-30, fev. 2009.

LAUTIER, B. O consenso sobre as políticas sociais na América Latina: negação da democracia?. **Caderno CRH**. Salvador, v. 23, n. 59, p. 353-368, aug. 2010.

LIMA, J. C. Trabalho informal, autogestionário e gênero. **Sociedade e Cultura**. Goiânia, v. 9, n.2, p. 303-310, 2006.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MIES, M.; INSTITUTE OF SOCIAL STUDIES (Netherlands). **Towards a Methodology of Women's Studies**. The Hague: Institute of Social Studies, n. 77, 1979.

MIES, M. Investigación sobre mujeres o investigación feminista? El debate en torno a la ciencia y la metodología feminista. In: BARTRA, Eli (comp.). Debates en torno a

una metodología feminista. Universidad Autónoma Metropolitana- Xochimilco, México, 1998.

MOLYNEUX, M. Mothers at the service of the New Poverty Agenda: Progresas / Oportunidades, Mexico's Conditional Transfer Programme. **Social Policy and Administration**, v. 40, n. 4, pp.425-449, aug. 2006.

NOBRE, M. Diálogos entre economia solidária e feminista. In: NOBRE, M.; FARIAS, N. (Orgs). **A produção do viver**. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2003a.

_____. Mulheres na Economia Solidária. In: CATTANI, A. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Editora Veraz e Unitrabalho, 2003b.

NOBRE, M.; FREITAS, T. V. Possibilidades e limites na construção de igualdade de gênero na economia solidária. In: GEORGES, I.; LEITE, M. P. (Orgs.). **Novas configurações do trabalho e Economia solidária**. 1ed. São Paulo: Annablume, 2012, p. 399-422.

OLIVEIRA, Francisco de. "Vulnerabilidade social e carência de direitos", Cadernos ABONG, 8, 1995.

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política. In: Oliveira, Francisco de e Paoli, Maria Célia (Orgs.). Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global. Editora Vozes, 1999, p.55-81. (26p)

_____. **Crítica da Razão Dualista: O Ornitorrinco**. São Paulo. Boitempo. 2003.

OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. Os sentidos da democracia. Petrópolis, RJ: Vozes. 1999.

OLIVEIRA, J. P. de. Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social. **Sociedade e Cultura**. Goiânia: UFG, v.11, n. 2, p.325-332, 2008.

OLIVEIRA, M. W. de. Pesquisa e trabalho profissional como espaços e processos de humanização e de comunhão criadora. **Cadernos CEDES** (Impresso), v. 29, p. 309-321, 2009.

PAOLI, M. C. P. M. Empresas e Responsabilidade Social: os enredamentos da cidadania. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar e Democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.374-418.

_____. 2007. "O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política." In: OLIVEIRA, Francisco de, RIZEK, Cibele Saliba (orgs.), A era da indeterminação. São Paulo, Boitempo. 221-256.

PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**. São Carlos, v. 2, n. 2, p. 395-418, jul-dez 2012.

RAGO, M. Uma imagem da cultura em Michel Foucault e E. P. Thompson. **Pontos de Interrogação**: A invasão linguístico-literária das ciências humanas. Alagoinhas, v. 1, n. 2, p.9-30, jul./dez. 2011.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996a.

_____. O dissenso. In: NOVAES, A. (Org). **A crise da razão**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.

_____. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS. **Termo de Referência dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. Caucaia-CE, 2007.

RIZEK, C. S. Práticas culturais e ações sociais: novas formas de gestão da pobreza. **Cadernos PPG-AU/FAUFBA**, v. 1, p. 127-142, 2011.

ROJAS LASCH, C. R. Sexuación y subjetivación en las prácticas de asistencia en Chile. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 44, n. 152, p. 312-333, jun. 2014.

ROSA, T. T. Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, 2009, Caxambu - MG. **Anais ANPOCS**, 2009.

_____. **Fronteiras em disputa na produção do espaço urbano**: a trajetória do "Gonzaga" de favela a bairro de periferia. 2008. 213f. Dissertação (Mestrado em

História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Y. G. dos. As mulheres como pilar da construção dos programas sociais. **Caderno CRH**. Salvador, v.27, n.72, p.479-494, 2014.

SILVA, D. E. M. da. **Da festa à chacina**: formas de gestão da violência e do crime em São Carlos/SP. 2014. 166 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SILVA JUNIOR, J. T. Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial: analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. **Cadernos Gestão Social**, v. 1, p. 1-18, 2007.

SINGER, P. I. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Economia Solidária: Geração de renda e alternativa ao liberalismo. In: Globalização e desemprego, diagnóstico e alternativas; SINGER, Paul. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. *Estudos Avançados*, v.18, n.51. 2004

_____. O banco comunitário de desenvolvimento como política pública de economia solidária. In: INSTITUTO PALMAS; NESOL-USP. **Banco Palmas 15 anos**: resistindo e inovando. 1ed. São Paulo: A9 Editora, 2013, v. 1, p. 35-40.

SORJ, B. O Trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: SILVEIRA, M. L. da; TITO, N. (Orgs.). **Trabalho Doméstico e de Cuidados**. 1ed. São Paulo: Semprevisa Organização feminista, 2008. p. 77-89.

STRASSMANN, D. A economia feminista. In: FARIA, N.; NOBRE, M. (Orgs.) **Economia Feminista** (Cadernos semprevisa). São Paulo: Semprevisa Organização Feminista, 2002.

TAFURI, D. M. **A experiência educativa da gestão de um banco comunitário na periferia de São Carlos/SP**. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Educação, Universidade de Federal de São Carlos, São Carlos, 2014a.

_____. Interfaces entre Estado e Economia Solidária em um bairro de periferia urbana. **Illuminuras**. Porto Alegre, v. 16, p.185-217, 2014b.

TAFURI, D. M.; POMPERMAIER, H. M.; FREITAS, M. M. Finanças solidárias como estratégia integradora das diversas iniciativas no território. In: CORTEGOSO, A. L.; POMPERMAIER, H. M.; OLIVEIRA FILHO, M. A. B. de; GODOY, T. M. P. de. (Orgs.). **Economia Solidária: a experiência da UFSCar em uma década de ensino, pesquisa e extensão**. 1ed. São Carlos: EDUFSCar, 2016. p. 215-228.

TEIA - CASA DE CRIAÇÃO. **Boletim de divulgação do projeto Água Quente**. São Carlos: 2009.

TELLES, Vera da Silva. **POBREZA E CIDADANIA**. São Paulo: 2011.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. La sociedad inglesa del siglo XVIII: Lucha de clases sin clases?. In: THOMPSON, E. P. **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: Estudios sobre la crisis de la sociedade pré-industrial**. Barcelona: Editorial Critica, 1989. p. 13-61.

VERSCHUUR, C; HAINARD, F., et al. **Empoderamiento de las mujeres en las crisis urbanas, género, medio ambiente y barrios marginados**. Madrid: IEPALA, 2002.

YAZBEK, M. C. A política social brasileira nos anos 90: a refilantropização da questão social. **Cadernos ABONG: políticas de assistência social**. São Paulo, v. 1, n.1, p. 15-24, 1995.